

PROGRAMA DE FORMAÇÃO
Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL)
Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

MODULO IX

MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICALISMO

Curso 21: Os Movimentos Populares

- Alexandre Samis. “Sindicalismo e Movimentos Sociais”.
- Luta Libertária. “Movimentos Sociais Autônomos e Combativos”.
- FAU. “Sindicato e Tendência”

Curso 22: Nível de Massas: Poder Popular e Organização Popular

- UP / MTD-RJ. “Organização Popular”.
- Gilmar Mauro. “Construir o Poder Popular”.
- Fábio Lopez. “Poder e Domínio – Excertos”.

Curso 23: Os Anarquistas e os Movimentos Populares

- Errico Malatesta. “Os Anarquistas e os Movimentos Operários”.
- Felipe Corrêa. “Criar um Povo Forte”.

CURSO 21

OS MOVIMENTOS POPULARES

SINDICALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Alexandre Samis

Entre 7 e 10 de agosto de 2008 realizou-se, em Rio Pomba-MG, o 4º Seminário de Educação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE). Organizado pelo GT de Políticas Educacionais do sindicato, o encontro tinha como tema a “Educação Emancipatória”. O conteúdo do artigo a seguir é a expressão escrita de uma intervenção que encontrou grande acolhimento da plenária.

Breve histórico do sindicalismo contemporâneo

No início do ano de 1980, ainda sob o espectro da ditadura militar, os trabalhadores do Brasil iniciaram um movimento em favor de uma nova forma de organização. O tipo de sindicalismo saído da ditadura era uma estranha simbiose do velho corporativismo varguista e outras formas de sujeição ao Estado militarista, inaugurado em março/abril de 1964. Reunidos em encontros estaduais, os Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora (ENCLATs), os trabalhadores deram à estampa diversos documentos que deveriam ser analisados em um encontro nacional. Para tanto, no mês de agosto de 1981, na Praia Grande, São Paulo, aconteceu a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a I CONCLAT. Desse evento participaram não apenas as velhas confederações e federações, como também um número expressivo de associações pré-sindicais, representadas por delegados de base, que prefiguravam, em grande medida, a renovação das premissas sindicais até então vigentes.

Como resultado prático da Conferência, surgia uma Comissão Pró-Central Única dos Trabalhadores (CUT) e evidenciava-se uma ruptura irreconciliável entre os setores mais radicalizados e a antiga burocracia sindical. Em agosto de 1983, com o nome de Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, também sob a sigla de I CONCLAT, os grupos à esquerda organizaram as bases para a criação da CUT; enquanto, o bloco contrário, em novembro do mesmo ano, no também CONCLAT, inaugurava uma Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras e conservava a legenda CONCLAT. Esta última entidade seria responsável, em 1986, pela criação da Central Geral dos Trabalhadores, a CGT.

Entretanto, já na I CONCLAT, a de 1981, o tema da *greve geral*, tradicional bandeira do sindicalismo revolucionário, aparecia para clivar a distinção entre os grupos presentes. Muitos dos delegados de base aglutinaram-se, então, em torno da proposta que, em 1982, deveria ser posta em prática como forma de anunciar o nascimento da CUT e pressionar o governo e patrões a transigirem em favor de uma pauta unificada. Mas a formação de blocos antagonísticos no interior da CONCLAT – o “Bloco Combativo”, formado por uma nebulosa de grupos da esquerda radical, setores progressistas da Igreja Católica e independentes, e o “Bloco da Reforma”, de composição de ativistas pouco engajados politicamente, além de partidários dos dois PCs e do MR-8 – acabou por atrasar a programação para o ano seguinte, inviabilizando,

assim, a *greve geral*, sendo possível aos do “Bloco Combativo” apenas a fundação da CUT.

Dessa forma, a CUT nascia com um estatuto provisório que destacava a sua independência dos patrões, do governo, dos partidos políticos e dos credos religiosos. Além disso, o mesmo documento, insistindo em três pontos, definia-se pela autonomia e a liberdade sindical, a organização por ramo de atividade produtiva e a organização por local de trabalho, as então em voga “comissões de base”. Tais posicionamentos afastavam o grupo que formou a CUT ainda mais do que, em 1986, criou a CGT. Assim, a opção da nascente central sindical colocava-a na linha direta de sucessão da tradição sindicalista revolucionária dos primeiros anos do século XX, não apenas no Brasil como na França, EUA e outros países em igual período. Segundo Leôncio Martins Rodrigues: *“Esses pontos de contato podem ser encontrados na valorização do sindicato como um instrumento de mudança social, na defesa de sua autonomia frente aos partidos políticos, na idéia da construção de um sindicalismo ‘de base’, agressivo, sem burocracia, desprezando a atuação partidária, política e parlamentar e exaltação da ação direta e o conflito, vendo a greve geral como principal arma do trabalhador”*.

Apesar das afinidades programáticas com o sindicalismo revolucionário dos primeiros tempos, boa parte dos sindicalistas atuava na estrutura das entidades oficiais. Tal situação colocava-os em flagrante contradição com os propósitos revolucionários e autonomistas uma vez que, em paralelo, gozavam dos benefícios concedidos pela legislação trabalhista em vigor. Assim, a ação dos sindicalistas acabava por fortalecer a estrutura corporativa e oficial que, contraditoriamente, pretendiam estes destruir por força das estratégias impressas nos documentos e estatutos. O III CONCURTO, em 1988, selaria “pela direita” a idiosincrasia que nascera com a CUT em 1983. Nesse encontro celebrado no Estádio do Mineirão, em Belo Horizonte, no mês de setembro, apesar das teses políticas reafirmarem o *ethos* do socialismo, foi a de número 10, apresentada pela corrente Articulação, organicamente ligada ao PT, que ganhou a maioria dos votos do plenário. A corrente conhecida genericamente por “CUT pela Base”, que defendia as teses ainda do estatuto provisório de 1983, foi derrotada e a burocracia sindical ganhou, por assim dizer, definitivamente a Central Única dos Trabalhadores.

Finalmente, com a vitória eleitoral de Lula, em 2002, a CUT, que havia se transformado na maior central sindical do país, passou a identificar sua política com as diretrizes defendidas pelo novo governo. Um claro desdobramento da tese vitoriosa em 1988 e que, por conta da fatídica associação, tornou mais didático, portanto mais evidente, o acelerado grau de burocratização da entidade de classe.

Os sindicatos hoje

Grosso modo, podemos caracterizar a identidade sindical a partir de três condutas distintas. Os sindicatos que hoje representam mais claramente os interesses do governo/patrões são os **colaboracionistas** ou **chapa-branca**. Estes subordinam sua política a postulados puramente economicistas, encarando o governo como um interlocutor legítimo, uma instância imprescindível e fundamental na resolução dos problemas. Via de regra, tentam fazer entender à base que a função do órgão de classe é, na sua essência, pôr em entendimento os “interlocutores naturais” – governo/patrão e trabalhador – que, por uma falha na dinâmica do diálogo, estão em posição de oposição

provisória. Mesmo invocando no campo da retórica imagens tradicionalmente esposadas pelo campo socialista, o que fazem, no mais das vezes, é re-significar o conteúdo das lutas dos trabalhadores em favor da conciliação de classe. Neste caso, as vantagens para a categoria, obtidas ou não na ação sindical, passam a ser encaradas como um fim em si mesmas, um acumular de “direitos” que reforça a sujeição às políticas econômicas macroestruturais do Estado, justamente aquelas que são as responsáveis pelas mazelas salariais da classe. Tal sindicalismo, portanto, mistifica a ação sindical determinando para as bases um papel de coadjuvante no conjunto orquestrado das políticas de governo.

Existem também os sindicatos que, em determinada conjuntura, apresentam certo grau de combatividade, sem a pretensão de tornar determinante o diálogo com o governo. Tais entidades de classe entendem a posição que ocupam no cenário da luta de classes, buscam o enfrentamento, mas o fazem a partir de uma pauta quase exclusivamente econômica, aproveitando as crises e as agendas eleitorais para arrancar do governo as melhorias imediatas. Têm, mais por instinto que por ideologia, a disposição para a luta, fato que se observa em momentos de ascenso organizativo, mas que, em uma conjuntura desfavorável, pode se perder com impressionante velocidade. Seus métodos acabam por reforçar muito mais o campo do ativismo sindical – importante de fato, entretanto insuficiente – ao investirem exclusivamente na reação às medidas governamentais. Agem, dessa forma, estimulados pelas agendas eleitorais e políticas do Estado, ainda que em oposição a elas. Assim, a despeito da forma, no conteúdo orientam-se pela luta imediata, sem referências claras na própria classe, uma vez que o acúmulo é insuficientemente utilizado para formular um projeto de autonomia e emancipação definitiva dos trabalhadores. Ancorados no que é apenas visível, ou seja, as necessidades imediatas, esquecem do que é desejável, a mudança radical em favor de todos e não apenas da categoria. Aos sindicatos que adotam esta conduta podemos chamar **corporativos**.

A terceira conduta sindical pode ser identificada por sua ação em associação com seus postulados teóricos. Em comum com as demais, ela caracteriza-se também pela representação da classe. Preocupa-se com as necessidades imediatas da mesma e se legitima em determinados ritos e emblemas identitários do trabalho coletivo. Mas, para além destas semelhanças, o **sindicalismo de resistência** propõe-se a um enfrentamento mais claro e efetivo do Estado burguês. Utiliza o corte classista não para evidenciar a singularidade entre trabalhador e patrão/governo, mas para explicitar o fosso que separa a classe trabalhadora daqueles que a exploram. Pensa o sindicalismo como um meio importante para que os trabalhadores dêem combate diuturno ao sistema que oprime a eles e aos seus iguais em destino. Nas reivindicações econômicas, igualmente, enxergam um meio para mais didaticamente perceberem os da classe, por evidências numéricas, as suas reais condições de explorados. E, uma vez que não se limitam ao sintoma, denunciam o capitalismo e suas mais claras manifestações como o motivo de todo o estado de coisas. Destarte, o **sindicalismo de resistência** articula a teoria revolucionária, que podemos chamar de socialismo, com suas ações políticas e sociais, instituindo a primeira em conformidade com a realidade específica da segunda.

Orientações e concepções sindicais

Pode-se, de forma esquemática, apresentar três etapas importantes para o desenvolvimento de um programa estratégico de classe no sindicalismo. Tais etapas, no entanto, longe de obedecerem uma linha evolutiva, combinam-se e orientam-se mutuamente. São como vasos comunicantes que formam um mesmo corpo vivo e indiviso. A primeira parte de um programa estratégico deve versar sobre os ganhos de curto prazo. Aqueles que vão orientar as lutas do dia-a-dia, que devem mobilizar os ânimos e que se vinculam as necessidades igualmente prementes, inadiáveis e comuns a todos indistintamente no interior da classe. Circunstância que pode contar com campanhas de naturezas diversas, mas de preferência com forte apelo conjuntural. As campanhas salariais, acompanhadas de análises da política governamental, são formas bastante utilizadas e, quase sempre, trazem algum resultado. Nas questões de curto prazo, os sindicalismos **colaboracionista**, **corporativista** e mesmo o de **resistência**, às vezes se parecem muito.

Entretanto, é nas questões de médio e longo prazo que se distanciam sobremaneira as condutas sindicais. Na realidade, tanto os **colaboracionistas** quanto os **corporativistas**, não possuem as dimensões de médio e longo prazo. Não as possuem, ao menos, no sentido autônomo do termo, pois, uma vez que se guiam pelo pragmatismo, dificilmente vão além do que se apresenta de imediato. Além disso, diferenciam-se mais na forma do que no conteúdo ao se dirigirem ao governo, não indo além da colaboração declarada para um e consentida para outro. *Mutatis mutandis*, acabam adotando como referencial para a luta as estratégias do Estado, mesmo que na forma inversa para os **corporativistas**, visto que suas agendas serão sempre determinadas pelos embates com o governo, contra o qual deveriam estar criando suas próprias estratégias, mas que, uma vez presos a este, não fazem mais do que repetir, como imagem invertida, o que determina a política oficial. Sofrem os efeitos de uma espécie de tautologia que os remete sempre ao mesmo ponto, percorrendo o mesmo trajeto, em idas e vindas, em um jogo de soma zero que acaba por favorecer sempre aquele que é, de fato, o causador do problema.

De outra maneira, os **sindicatos de resistência**, buscam sempre em seus programas estratégicos salientar as questões de médio e longo prazo. Tal preocupação deve-se a já terem os sindicalistas, vinculados a esta concepção, entendido que aquelas entidades que lutam apenas pelas questões imediatas, o que fazem, no mais das vezes, é garantir ao governo um certo grau de legitimidade. Se por um lado, as reivindicações podem parecer contestatórias, e algumas vezes o são, elas induzem, por outro, subliminarmente, o coletivo da categoria a acreditar que a resolução depende sempre da aquiescência do governo. O que retira do trabalhador boa parte de seu princípio decisório e reforça as teses reformistas. É, portanto, nas projeções mais de fundo, aquelas que irão possibilitar o contato com um universo mais amplo de explorados e, a partir daí, consolidar a luta ideológica contra o capital, que se encontra a real estratégia para o desmonte de toda a estrutura que garante a manutenção do atual sistema. Não apenas isso, mas também, a elaboração deste programa auxilia no acúmulo de valores que, por ser de fato o resultado das experiências de luta e das reflexões extraídas a partir delas, constitui-se na essência de uma dimensão de mundo genuinamente de classe. Para reforço de tal raciocínio, escreveu E. P. Thompson: *“Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas*

relações humanas". E ainda, segundo Lúcia Bruno: *"A classe operária não é uma realidade moral, mas social. Ela não tem qualquer realidade além da forma como se organiza"*. Outra questão se soma, com idêntica importância, às aqui abordadas. Que tipo de organização ou dinâmica interna permitiria a plena realização de um **sindicalismo de resistência**?

O universo das experiências históricas em favor da organização dos trabalhadores é generoso, entretanto, boa parte dos registros foi alienada de sua diversidade por força de modelos hegemônicos que tomaram seu próprio triunfo por verdade revolucionária. Sob tal perspectiva, a "Comuna de Paris" perdeu vários de seus matizes, os "soviets", viraram a manifestação de um partido único e os "conselhos de trabalhadores", momentos prévios em situações históricas que careciam de uma direção de vanguarda. Apesar das versões autorizadas, uma outra literatura revolucionária, que apareceu como marginal, mesmo herética, teimou em registrar as nuances de um fazer proletário de enorme vigor organizativo. O eixo insistentemente retomado pelas ações organizativas "marginais" dos trabalhadores encontrou sempre seu "ponto de Arquimedes" na **autonomia**. Foi com base nela que diversas iniciativas culminaram na Revolução Russa, de 1917, e na Espanhola, de 1936. As correntes libertária e autonomista, esta última batizada pela derivação da palavra-essência, firmaram seus postulados, ou antes, fizeram partir tudo desta premissa. Não era uma panacéia, mas uma metodologia que permitiria colocar, em uma mesma circunstância histórica, o conjunto da classe na condição de protagonista. Para L. Bruno: *"Uma luta é revolucionária quando cria relações sociais que permitem a união dos trabalhadores. Quando viabiliza a associação de homens livres que é, ao mesmo tempo, forma de luta e transformação social. Quando os trabalhadores criam organizações onde podem decidir em conjunto os rumos da luta, realizar uma nova divisão do trabalho e formas comunitárias de existência, estão criando o terreno sobre o qual o socialismo pode se desenvolver e generalizar"*. Este é, em poucas palavras, o princípio lógico dos "conselhos de trabalhadores". Como se organizam então os conselhos de trabalhadores?

Os conselhos de trabalhadores definem sua representação a partir da base. É na base, organizada em comissões, que os delegados classistas são eleitos. Mas a representação é diversa daquela preconizada pelo capitalismo. As diferenças são as seguintes:

- 1ª: Os delegados não decidem por si mesmos. São apenas a voz do seu conjunto, daqueles que os elegeram;
- 2ª: Os delegados eleitos executam as tarefas, não determinam as linhas de ação, a menos que sejam sugeridas pelo coletivo que o indicou;
- 3ª: Os delegados ficam no cargo até o término da tarefa, ou seja, o tempo suficiente para executá-la, pois do contrário poderia haver certa cristalização de funções;
- 4ª: Os delegados não podem se afastar por muito tempo de seu local de trabalho, junto à base, as suas atividades não lhes conferem nenhum privilégio. Outro ponto importante é que as delegações podem ser revogadas pela base a qualquer momento. A forma sugerida garante também que as habilidades pessoais de determinados sindicalistas sirvam a todos e não ao próprio indivíduo que, no que se verifica hoje, uma vez agindo em nome do coletivo, pode, na realidade, colocar adiante das deliberações coletivas suas próprias preferências partidárias.

O método, cuja centralidade está na autonomia dos trabalhadores, propugna também

pela ação direta no que diz respeito aos interesses políticos e econômicos. Para a produção e a regulação da natureza do trabalho de cada categoria, indica o regime da autogestão generalizada. E ainda o estímulo a atitudes que unifiquem todas as frentes de luta: a econômica, a política e a ideológica, tendo-se como fim a edificação da nova sociedade.

Tal estrutura organizativa é fundamental para impedir a burocratização dos sindicatos, o distanciamento entre a base e a direção e a dicotomia entre massa e vanguarda. É também um meio no qual estão embutidos os fins, uma vez que o trabalhador apreende e elabora no cotidiano do trabalho e nos embates contra o capital os elementos vitais para sua emancipação. Como chamavam os sindicalistas revolucionários do século passado, é a “ginástica revolucionária”. Uma relação que se forja no fazer contínuo do confronto e que, por ser concomitantemente experiência sensível e teórica, realizada por quem mais necessita das mudanças, estabelece novas formas de organização desalienadas.

As tarefas de médio prazo e os movimentos sociais

Uma vez que o **sindicalismo de resistência** se institui na luta e sem o concurso da classe esta concepção é quase impossível de ser atingida, cabe identificar as tarefas que são da responsabilidade dos trabalhadores envolvidos com as questões revolucionárias. As construções de médio prazo hoje são da maior importância. Nelas se encontra o caminho através do qual irá a classe efetivar a direção a ser tomada para a liquidação final da ordem capitalista. Nesse sentido, cabe uma pequena ponderação sobre a separação que hoje se constata entre sindicalismo e movimentos sociais.

No início do século XX, há exatos 100 anos, era fundada a Confederação Operária Brasileira (COB). Com a entidade nascia também o seu órgão de propaganda *A Voz do Trabalhador*, em 1908. Por longos anos, a COB deu suporte e foi espaço organizatório dos trabalhadores contra a burguesia, valendo-se dos métodos do sindicalismo revolucionário. Nas primeiras três décadas do século XX, a COB foi fundamental para a caracterização da fisionomia social que, em público, exibiam os operários grevistas e insurretos. Entretanto, com o advento do sindicalismo corporativista, elevado a política de Estado após o movimento político-militar de 1930, cujo fato concreto mais saliente é a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as bases do sindicalismo se viram bastante alteradas. O setor reformista, já existente em períodos anteriores, tornou-se paradigmático e as ações radicais ganharam “foros” de crime contra a segurança nacional. Tal situação, reforçada por medidas oficiais em “benefício dos trabalhadores”, desmobilizou boa parte da massa assalariada e consagrou o Estado como árbitro de todos os litígios entre capital e trabalho. Estes fatos estão na origem - inaugurando assim uma ainda presente matriz interpretativa da História do Brasil - da perspectiva de que foi no governo De Getúlio Vargas (1930-1945) que os direitos dos trabalhadores foram, de fato, alcançados. Fenômeno conhecido como “ideologia da outorga”.

O populismo que marcou as décadas seguintes, até o golpe Militar de 1964, e mesmo o sindicalismo de subordinação, praticado durante os “Anos de Chumbo”, alteraram ainda mais a configuração das organizações sindicais. Nos anos posteriores, com o processo de redemocratização, após a frustração das esperanças na retomada de um sindicalismo revolucionário, o aparelhamento que fez o PT da CUT jogou por terra boa parte das

expectativas e drenou a energia de importantes bases sindicais. No conjunto, estes acontecimentos colaboraram para o afastamento dos sindicatos do que se convencionou chamar hoje de **movimentos sociais**. A burocracia, triste emblema ostentado pela maioria das entidades, continua, a despeito de louváveis esforços de uns poucos, a representar sérios limites ao desenvolvimento das políticas de médio e longo prazo. O sindicato passou a ter outra fisionomia, determinada agora, e nesse sentido como no passado, por sua prática social.

No caminho inverso estão, entretanto, outros setores organizados ou em vias de organização. Estes, envolvidos em uma grande membrana conceitual a qual se atribui o nome de **movimentos sociais**, são de procedência diversa. Apesar da pluralidade, esta nebulosa de organizações possui certa identidade. Existem elementos comuns a elas, mesmo com as demandas específicas. Os eixos, como no passado, na Associação Internacional dos Trabalhadores, são sempre de viés econômico. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados, cuja centralidade se encontra na geração de renda; o Movimento Nacional dos Catadores, que tiram dos resíduos urbanos a sua sobrevivência; o Movimento dos Sem-Teto, que elegeu a questão da moradia; os inúmeros grupos que se formam nas comunidades faveladas, sob a bandeira da cultura ou da denúncia contra a violência e finalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, que sustenta com maior evidência a defesa da Reforma Agrária, contemporaneamente, assumiram um protagonismo importante, cujos resultados não podem ser ignorados, até mesmo pela grande mídia.

Em comum, e isso encontra correspondência nos comunicados e panfletos, possuem a radicalidade. Aquela disposição para o confronto, típica das pautas de médio e longo prazo. Tal característica tem sido utilizada pelo governo, inclusive, para a criminalização destes movimentos que insistem nas táticas de ação direta e gestão coletiva dos meios de produção, esgarçando a formalidade jurídica do sistema. Inovações como as “Comunas” do MST, no Rio Grande do Sul e São Paulo, têm obrigado o Incra a reinventar a legislação vigente para adequar parâmetros ao quadro geral já determinado pela prática concreta dos acampados e assentados. A dinâmica social e a ação dos militantes concebeu experiências mistas, urbano-rurais, criando outra alternativa para o trabalhador das periferias. Nos grandes centros, os desempregados ocupam fábricas abandonadas, estabelecem novas normas de produção e tentam instituir outro padrão de subsistência, inclusive, na direção inversa do capital.

A despeito da tentativa de apropriação dos movimentos por alguns partidos, e mesmo a clara atuação de militantes destes nas bases ou direções, boa parte da massa trabalhadora envolvida preserva um grau de independência satisfatório. Suficiente ao menos para esboçar, em momentos de claudicância dos “quadros partidários” envolvidos, quando estes tentam fazer passar a política do partido, esquecendo as demandas genuínas da classe, uma reação dos setores mais organizados. De qualquer forma, é por força do modo como se organizam os movimentos sociais que estes apresentam as características já bem salientadas aqui. São eles a expressão sem retoques da luta de classes, a unidade pela ação e pelos propósitos, movimentos que conseguem nas suas bandeiras, algumas muito simples, sintetizar e aglutinar os esforços e esperanças de todo um setor de excluídos.

O fenômeno que se caracteriza pelo crescimento da importância e da visibilidade dos movimentos sociais não é exclusivamente brasileiro. Com um número maior de

exemplos podemos observar, a partir do início dos anos 90 do século precedente, o ascenso de manifestações nesse sentido. Em 1994, o levante *zapatista*, em Chiapas, no México, revelou ao mundo uma organização indígena-militar com muitas demandas. Entre elas, a que mais se destacava era a autonomia. No mesmo país, outros índios e “minorias”, reunidos sob a legenda do *magonismo*, alusão ao líder revolucionário Ricardo Flores Magón, já utilizavam a tática da desobediência civil para enfrentar o governo. Em outras partes de “Nuestra America”, como Equador, Chile, Colômbia e Bolívia, empunhando a bandeira da autonomia, levantaram-se também índios e camponeses em insurreições e levantes. Inaugurando o novo milênio, os *piqueteros* na Argentina, também pela ação direta, lograram sucessos e colocaram a classe como protagonista da história.

Para reforço do exposto, podemos analisar brevemente os recentes acontecimentos no estado mexicano de Oaxaca, no ano de 2006. Uma greve da educação, promovida pela 22ª seção sindical, acabou por determinar a ocupação da praça central da capital do estado. Oaxaca (a capital tem o mesmo nome do estado), em maio, parecia ser palco de apenas mais uma de muitas outras manifestações. O diferencial, entretanto, deu-se com a aproximação da seção sindical dos movimentos sociais da região. As cerca de 16 etnias indígenas que estão representadas no estado, com importante tradição de luta, além de outras organizações populares, formaram a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca, a APPO. Em junho, os prédios públicos foram ocupados e o governo popular foi decretado, em substituição ao oficial de Ulises Ruiz Ortiz. Na prática, a capital passou a ser organizada pela APPO. As principais demandas como: democracia, liberdade e autonomia, tudo isso estava resumido na proposta de deposição do governador. A greve do sindicato gerou o fato, mas a evolução dos acontecimentos e mesmo a reação do governo federal mexicano, que enviou tropas para reprimir o movimento, só se deu por força da unidade entre entidade de classe e movimentos sociais.

A experiência que se estendeu até novembro daquele ano, contribuiu sobremaneira para o acúmulo revolucionário em toda a região. A chamada “Comuna de Oaxaca” legou à sociedade a manutenção dos organismos de resistência popular. As rádios comunitárias, os comitês de bairros que se formaram no âmbito da APPO continuam vivos e funcionando na perspectiva de novos embates do aperfeiçoamento da organização.

A tormenta social que atinge a América Latina representa, assim pensando, nada mais que a reação a outro ciclo de ataques do capital. A posição que as organizações populares assumem diante desta realidade é de transcendental importância para o que se dará a seguir. Os recuos são igualmente importantes, entretanto, para auxiliar as forças que exploram desde sempre os trabalhadores. O sindicalismo, para tanto, deve aproximar-se dos movimentos sociais para novamente reencontrar nesta simbiose política a vocação revolucionária.

Os paradigmas da esquerda e os partidos políticos

Boa parte do que se discute hoje no campo estratégico da esquerda é ainda tributário de concepções bastante recuadas no tempo. Se por um lado, a leitura e a observância dos clássicos do socialismo é fundamental, por outro, a interpretação dogmática e mecânica dos mesmos traz sérios riscos para o resultado das análises e, dessa forma, também para

as linhas estratégicas gerais. Um exemplo claro podemos encontrar, para não irmos muito além, na própria determinação de certos atores sociais privilegiados para liderar o processo revolucionário. Segundo Marx, primeiro no *Manifesto Comunista*, de 1848, com o reforço do capítulo 24, de *O Capital*: “Sua [a burguesia] ruína e o triunfo do proletariado são igualmente inevitáveis... Entre todas as classes que hoje se confrontam com a burguesia, a única realmente revolucionária é o proletariado. As outras decaem e desaparecem com a expansão da grande indústria, enquanto o proletariado é desta o produto mais autêntico. Todos os setores da classe média, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, **o camponês** (grifos nossos), combatem a burguesia para assegurar sua existência como classe média em face da extinção que os ameaça... São reacionários, pois procuram fazer andar para trás a roda da história”. Para Marx existe um sujeito histórico, um que, mesmo sem sabê-lo, tem a missão de alterar a ordem social. Este sujeito é o proletariado urbano, a massa que é explorada pelas indústrias.

Se considerado este postulado, a História recente da América Latina encontrar-se-ia em desalinho com a teoria. Uma vez que as forças insurgentes no continente, e mesmo a guerrilha que sobrevive, possuem caráter marcadamente camponês ou indígena. Os grupos que, segundo Marx, seriam “reacionários, pois procuram fazer andar para trás a roda da história”, fazem muito mais pela revolução que o “proletariado industrial” que, no caso brasileiro, é co-participante da gestão das instituições e do próprio Estado. Razão pela qual as discussões corporativas, quase sempre nos limites da legalidade burguesa, ocupam cada vez mais as agendas sindicais.

Outro problema, que deriva igualmente de fonte correlata, é a idéia de que “o sindicato é correia de transmissão do partido”. Este primeiro executa e o segundo pensa as políticas de médio e longo prazo. Tal lógica acaba por conferir status diferenciado a quem pensa e a quem trabalha, justificando, inclusive, o afastamento de trabalhadores por longo tempo da base em tarefas de direção que, no mais das vezes, tornam-se uma porta para a burocratização. Alguns, inclusive, vinculados a partidos político, como referido anteriormente, acabam por não ter clareza entre o papel de quadro partidário e de liderança sindical.

Mas tal prática encontra, sim, suporte na teoria, uma vez que boa parte dos partidos de esquerda percebe no sindicato um meio para levar adiante o programa do partido, a dualidade pensamento-ação passa, dentro do âmbito da classe, a vivenciar seu correspondente prático. Mas, existe aí um princípio deletério para a autonomia dos trabalhadores. Uma vez que o programa do partido pode substituir o da classe, este programa igualmente pode estar cumprindo o papel do Estado. Assim, um tipo específico de ideologia substitui o governo e abre caminho para uma nova burocracia, uma nova instância decisória, que se assemelhará, no conteúdo, à ordem que se pretende derrubar. Ela é parcialmente estranha à classe, pois foi gestada fora dela, ou antes, por um princípio que acredita pouco nas experiências não tuteladas. A autonomia, para tal concepção, pode não passar de um “espontaneísmo” ou falta de consistência ideológica.

O entendimento que temos é o de que a **organização dos trabalhadores é, portanto, indivisa**. Não se pode separar as instâncias política, econômica e social. O ato de pensar não pode estar desvinculado do ato de fazer. O programa da classe tem que partir dela própria, do acúmulo de suas experiências na luta por uma sociedade livre e socialista. Os corpos sociais não podem ser fragmentados, seccionados em câmaras estanques,

postos para dialogar apenas articulados por direções “bem intencionadas”, porém equivocadas no método. Nesse sentido, é fundamental a criação das organizações de base e a definição do papel destas no contato com o coletivo de representantes de toda a unidade de produção.

O papel da ideologia, entretanto, é fundamental. O debate de idéias no interior do sindicato se faz necessário. Mas tal debate deve obedecer aos fóruns organizativos e com eles dialogar permanentemente. A pluralidade das tradições de esquerda, sem a qual tudo se tornaria saber de manual, deve ser contemplada e as diversidades devem ser encaradas, todas elas, como um conjunto patrimonial a ser apropriado pela classe. Apropriado na medida das necessidades, daquilo que o conjunto de trabalhadores entenda pertinente para o tempo e o espaço presentes. A ideologia deve servir à classe e não o inverso. São os trabalhadores que, em última instância, vão mudar as coisas. Não contribuí para a autonomia dos trabalhadores um sindicalismo que faça opção tácita por qualquer ideologia de esquerda; se assim fosse, estaria fazendo papel de partido e não de entidade de classe.

Podemos afirmar que a separação que hoje experimenta o sindicato em relação aos movimentos sociais, para além do fato da burocratização, pode ser explicada pela associação desse com os partidos políticos, confirmada na adesão de muitos às campanhas eleitorais. É bom ainda que se diga que, uma vez que os trabalhadores têm posições políticas diferentes, as paixões eleitorais acabam fracionando ainda mais o corpo sindical. Um programa próprio, que não implicasse na utilização de candidaturas institucionais, mesmo sob a alegação tática, diminuiria significativamente a divisão e atribuiria aos programas de médio e longo prazo a importância que estes realmente possuem.

Outro fato que pode ser verificado, cada vez com mais clareza, é que a associação dos sindicatos aos partidos trouxe, com a crise destes últimos, significativos desgastes para aqueles. Associa-se livremente, com o respaldo de inúmeros exemplos, os sindicatos aos fracassos da democracia representativa burguesa. Figuram as entidades de classe nos mesmos veículos de denúncia onde deveriam estar apenas os partidos. O sindicalismo, assim, cai na “vala comum da crise”. Por um motivo que é alheio à sua natural área de atuação colhe os frutos amargos da difamação junto com as instituições que dele fizeram uso para uma política ainda mais alheia à classe.

Sindicalismo, burocracia e movimentos sociais

No geral, o que temos abordado desde o início do texto à esta parte é, por assim dizer, o problema da burocracia, da clausura e dos limites dos métodos adotados pelos sindicatos. Limites que afastam o sindicato do paradigma revolucionário e de seus virtuais parceiros na direção da emancipação dos explorados. Embutidos na apreciação geral estão elementos importantes a serem considerados para uma posterior tomada de decisão em relação aos caminhos a serem trilhados pelos trabalhadores. O diagnóstico, longe de evidenciar inteiramente o problema, convida, a partir de indícios, à busca de soluções. Sempre optando pela ação coletiva de indivíduos inseridos em sua classe e representados em suas categorias profissionais.

O socialismo é o eixo propositivo e seu algoz, ainda tanto quanto o próprio capitalismo, a burocracia. Segundo Cornelius Castoriadis: “*O socialismo é a supressão da divisão da sociedade em dirigentes e executantes, o que significa ao mesmo tempo **gestão operária** em todos os níveis – da fábrica, da economia e da sociedade – e poder dos **organismos de massa** – soviets, comitês de fábrica ou conselhos. O socialismo tampouco pode ser, em nenhum caso, **poder de um partido**, qualquer que seja a sua ideologia e sua estrutura. A organização revolucionária não é e não pode ser um órgão de governo. Os únicos órgãos de governo em uma sociedade socialista são organismos tipo soviético, abarcando a totalidade dos trabalhadores. O caráter burocrático das organizações ‘operárias’ atuais não se expressa somente em seu programa último, o qual – sob a cobertura de uma fraseologia mistificadora – não visa mais do que modificar as formas de exploração para melhorar seu conteúdo. Expressa-se igualmente, ao mesmo tempo, em sua estrutura própria e no tipo de relação que mantêm com a massa operária: quer se trate de partidos ou sindicatos, esses organismos formam ou tentam formar direções separadas das massas, reduzindo essa a um papel passivo e tentando domina-la, reproduzindo uma profunda divisão entre dirigentes e militantes (ou contribuintes) em seu próprio seio”.*

A questão da autonomia, portanto, é fundamental para manter um órgão de classe fiel aos postulados emancipatórios sem afastar deste, por uma conveniência político-partidária, alheia quase sempre às necessidades dos trabalhadores, os objetivos de médio e longo prazo resultantes da experiência da classe. Neste sentido, os movimentos sociais hoje podem servir de horizonte para o reforço de algumas práticas de autonomia; a despeito da participação de militantes com o duplo vínculo, partidário e ativista de classe, a dinâmica organizativa e mesmo setores hostis ao atrelamento partidário contribuem sobremaneira para dificultar o processo de burocratização. Com base em tais reflexões, e certamente não serão estas as únicas ponderações a serem feitas sobre o assunto, é fundamental hoje para os sindicatos a construção de uma agenda que possa articular seus interesses mais imediatos às lutas dos trabalhadores em geral, não apenas os formalmente admitidos no mercado de trabalho, mas todo aquele que estiver disposto a lutar e se organizar em favor de uma transformação radical e efetiva da sociedade rumo ao socialismo.

Bibliografia:

- Bernardo, João. *Democracia Totalitária*. São Paulo: Cortez, 2004.
- Bruno, Lúcia. *O que é Autonomia Operária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Castoriadis, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Colombo, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- Leval, Gaston. *Bakunin, fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2007.
- Marx, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- Rodrigues, Leôncio Martins. *Cut: os Militantes e a Ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Thompson, E. P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Revisão: Kátia Mota.

* Alexandre Samis é militante da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ).

MOVIMENTOS SOCIAIS AUTÔNOMOS E COMBATIVOS

Luta Libertária

“(...) para interessar e para arrastar todo o proletariado na obra da Internacional, era preciso e é preciso dele não com suas idéias gerais e abstratas, mas com a compreensão real e viva dos seus males reais; e os seus males do dia a dia, ainda que apresentem um caráter geral para o pensador, e ainda que sejam na realidade efeitos particulares das causas gerais e permanentes, são infinitamente diversos, tomando uma multiplicidade de aspectos diferentes, produzidos por uma variedade de causas passageiras e reais (...)”

Então, para tomar o coração e conquistar a confiança, o consentimento, a adesão, a afluência do proletariado (...) é preciso começar por lhe falar, não dos males gerais de todo o proletariado internacional, nem das causas gerais que lhe dão nascença, mas dos seus males particulares, quotidianos, privados. É preciso lhe falar de sua profissão e das condições do seu trabalho precisamente na localidade em que habita; da duração e da grande extensão de seu trabalho cotidiano, da insuficiência de seu salário, da maldade do seu patrão, da carestia dos víveres e de sua impossibilidade de nutrir e de instruir convenientemente sua família. E lhe propondo meios para combater os seus males e para melhorar a sua posição, não é preciso lhe falar logo dos objetivos gerais e revolucionários (...)”

M. Bakunin

Não concebemos um processo revolucionário que não seja protagonizado pelas classes trabalhadoras. Não acreditamos em cúpulas, elites ou vanguardas que sejam capazes de substituir os trabalhadores em luta, de representá-los. O sujeito da revolução para nós, são as classes trabalhadoras organizadas em movimentos sociais autônomos e combativos. Por isso mesmo temos como orientação permanente gerar a maior participação popular possível nas lutas desde já. Construir movimentos sociais combativos e autônomos em relação ao Estado, organizações e partidos políticos é uma necessidade para garantir a unidade dos trabalhadores em luta.

Defendemos que os movimentos sociais não sejam partidarizados, que não sirvam de correia de transmissão para partidos, organizações ou mesmo grupos e coletivos políticos. Este tipo de prática que subordina o movimento social aos interesses políticos de uma ou outra agrupação política, retira a autonomia do movimento, limita o movimento aos que aderem à política do setor hegemônico causando um esvaziamento do mesmo.

Existem várias formas de subordinação política dos movimentos sociais. Na conjuntura atual, a forma mais evidente, atrela o movimento à questão eleitoral, fazendo dele um cabo eleitoral do político da agrupação que o domina. Dentro destes estreitos limites da atuação político-eleitoral, o movimento é tolhido em sua atuação. Da mesma forma somos contra a ideologização dos movimentos sociais, o atrelamento ideológico a uma corrente política específica. Isso porque avaliamos que um movimento social com perfil ideologizado (seja ele anarquista, marxista ou qualquer das variantes políticas existentes) é extremamente limitante, impede a aproximação de pessoas que não

compartilham da ideologia reinante ali e se esvazia. No final das contas não se torna nem um movimento social amplo, nem uma organização política que funcione, acaba sendo um movimento político quase sempre amorfo e pouco funcional, mesmo quando ganha certo peso político, as pessoas que fazem parte destes movimentos ideologizados não fazem parte dele pelas idéias que o mesmo sustenta, mas sim por determinado método de ação e conquistas reivindicativas que estes movimentos conseguem assegurar.

Fazemos questão de deixar claro esta nossa posição, pois apesar de sermos anarquistas, não acreditamos na viabilidade de movimentos anarco-sindicalistas, anarco-estudantis, anarco-ecologistas, etc. Mesmo quando o anarco-sindicalismo foi historicamente forte e de massa, avaliamos que gerou divisões no interior das classes trabalhadoras com sérios reflexos históricos. Além disso, a caracterização ideológica do movimento atraiu sobre ele uma repressão seletiva por parte do Estado e facilitou a desmobilização da classe.

Além disso, ao ideologizar o movimento social, tentando transformá-lo em movimento social anarquista, como no caso do anarco-sindicalismo, surge a necessidade de se discutir um programa mais elaborado e questões eminentemente clandestinas no âmbito do próprio movimento social. Questões de tipo programático acabam sendo mal discutidas ou simplesmente não discutidas, questões mais delicadas quando discutidas em público facilitam o trabalho da repressão.

No entanto, cabe uma ressalva, ser contra a partidarização e a ideologização dos movimentos sociais não significa dizer que sejamos contra a existência de agrupações políticas atuando nos movimentos sociais. Coletivos, grupos, organizações, federações e partidos, todas estas formas de agrupação política, existem nos movimentos sociais. Muitas vezes o papel das agrupações políticas no movimento social é salutar, eleva o nível dos debates, trabalha para que o movimento não seja puramente reivindicativo, para que não caia no reformismo, para que se coordene com outros setores da classe e amplie seus horizontes. Não nos opomos às agrupações políticas em si, mas à postura de subordinar o movimento aos seus interesses, de aparelhar os movimentos sociais, de torná-lo meros auxiliares de um ou outro político. Nossa posição não tem nada de apolítica.

Outra questão fundamental é que não pensamos que os movimentos sociais devam ser apenas reivindicativos. Certamente é diante dos problemas concretos da realidade que o movimento se organiza e luta (moradia, salário, emprego, a luta contra o racismo, o acesso a cultura, água, luz, educação, saúde, o fim da violência doméstica e do machismo, etc.). Mas estes problemas são apenas as conseqüências deste sistema e o movimento pode avançar para além destas reivindicações, pode ampliar seus horizontes, pode assumir progressivamente um papel de protagonista, de sujeito transformador e não de apenas de quem reclama algo para alguém. O movimento também pode começar a ter ações solidárias com o conjunto das classes trabalhadoras, tomando consciência da necessidade de se articular coletivamente para alcançar vitórias.

Rejeitamos a separação rígida que muitos partidos estabelecem entre suas atribuições e as do movimento social, onde normalmente delegam ao movimento apenas a reivindicação, e tomam para si a tarefa de discutir e propor as soluções. Esta prática atribui aos partidos o papel de sujeito histórico e não aos movimentos sociais. Em nosso projeto os movimentos sociais são embrião do poder popular socialista que buscamos

construir, um poder que se articule pelo nível social e cujo sujeito pretendemos que sejam os movimentos sociais autônomos e combativos.

Somente alcançaremos uma ruptura revolucionária com o desenvolvimento e formação destes movimentos sociais autônomos. São poucos hoje em dia, é certo, e muitos foram destruídos, burocratizados e atrelados exclusivamente às eleições de um ou outro candidato. Não parece ser à toa que se esvaziaram ou foram esvaziados. Porém, ao mesmo tempo existem vários movimentos sociais autônomos surgindo aqui e acolá, se formando, protagonizando lutas, experimentando novos caminhos, retomando práticas abandonadas e buscando se coordenar desde já. O que pretendemos impulsar é o crescimento destes movimentos, a ampliação destes movimentos para diversas frentes de atuação.

Nossa aposta no campo social é nestes movimentos, porque sem movimentos sociais, sem os trabalhadores organizados e mobilizados não temos processo revolucionário. Por mais que existam os coletivos, grupos e organizações revolucionárias constituídas, acúmulo teórico de discussões e programas ou mesmo grupos armados, sem as classes trabalhadoras nada se faz em termos revolucionários.

Ao mesmo tempo há que se ter cuidado quando afirmamos isso. A ideologia burguesa é tão forte que para muitos quando se fala em participação popular com caráter de massas o que vem à cabeça é o critério eleitoral. Não é preciso que metade mais um da população saia às ruas para um processo revolucionário. Por participação popular, de massas, entendemos um setor das classes trabalhadoras, um setor organizado e combativo, capaz de gerar mobilizações, de ir para a rua, como nas Greves Gerais de 1917 e nas Greves Operárias do ABC em 1978-1980.

Todavia, este nível de atuação social, por mais importante que seja, não basta para se chegar a uma ruptura revolucionária. Se assim fosse, os exemplos que citamos teriam se convertido em revolução. Faltaram outros elementos, alguns dentro do próprio campo social, outros que correspondem a outros níveis de atuação, mas que também são muito importantes para se gerar um desenlace revolucionário.

Os movimentos sociais mais radicais da história contavam em seu seio com elementos que desejavam modificar de forma revolucionária a sociedade, porém, estas pessoas sempre foram minoria dentro destes próprios movimentos, a grande maioria, como dissemos, participou destes movimentos mais pelo método de ação e pelas conquistas obtidas do que por qualquer pretensão de se transformar a história da humanidade.

Além disso, outros elementos são necessários num processo revolucionário, elementos que os movimentos sociais não dão conta de abarcar, seja pelo seu caráter de massas, como no caso da organização de uma luta mais violenta contra o sistema, ou por seu caráter imediatista, onde as lutas concretas imediatas são o norte de atuação destes movimentos e não a luta revolucionária de longo prazo, com um programa que possa responder satisfatoriamente esta luta.

Mas, estas limitações não fazem com que o movimento perca a sua importância como elemento central de qualquer projeto de transformação revolucionária da sociedade. O que acontece de fato é que os movimentos sociais por mais autônomos e combativos que sejam não perdem a sua característica de serem movimentos reivindicativos.

Dependendo da forma como estes movimentos se acostumem a atuar num período pré-ruptura revolucionária eles podem ou não transformar-se cada vez mais em protagonistas de um poder horizontal a serviço das classes trabalhadoras visando a abolição da sociedade de classes.

SINDICATO E TENDÊNCIA

ELEMENTOS DE FORMAÇÃO

Federação Anarquista Uruguaia (FAU)

“E por ser para todos, precisamente, é que em períodos difíceis como o atual, se faz difícil também para os sindicatos, como tais, serem responsáveis por um nível mais elevado da luta. [...] Daí a necessidade dos setores mais conseqüentemente combativos, os que chegaram a uma compreensão maior das exigências atuais, agrupem-se e unam-se em outro nível: a tendência.”

Aqui vão três textos compilados para discutir e buscar orientações para o trabalho sindical. Elementos extraídos e traduzidos na publicação Cartas da FAU, que compreendemos possuir, nas suas linhas fundamentais, a atualidade para construir um discurso e um projeto militante para abrir frente no movimento sindical. Esta é a terceira compilação preparada para estes fins – material que vem estudando e discutindo um grupo de companheiros/as.

Sindicato e Tendência. 27 de abril de 1970

A tarefa de fixar objetivos adequados e concretos para a ação dos grupos de tendência combativa, vincula-se à necessária delimitação do nível preciso de atividade que eles desempenham. Nesse sentido são úteis certas precisões.

Em primeiro termo convém ter sempre presente que a organização de tendência não equivale a organização da categoria, sindical...

Não há sindicato que possa subsistir muito tempo se abandona a defesa da categoria que agrupa. Defesa da categoria em geral e de seus interesses em particular, frente aos patrões e autoridades.

[...] O sindicato está aberto a todos. Entre seus membros habitualmente existem as mais diversas opiniões e orientações políticas e ideológicas e é correto que assim seja. Essas distintas opiniões confrontam-se dentro da vida sindical e se a categoria tem – como deve ser – um tipo de organização que reflete com fidelidade a opinião de seus componentes, será a orientação majoritária a que reflete a opinião do sindicato. É necessário e lógico que nestes se ocupem de temas que vão mais além da preocupação salarial, de luta econômica. *Mas na medida em que vão – e vem – mais além, surgem as discrepâncias. Sobre métodos, sobre formas de atuar e, às vezes, inclusive, sobre programas. E tudo isso está bem.*

Se o sindicato cumpre cabalmente sua função primária e básica de defender a categoria, é necessário que se ocupe desses temas. Mas – aí está o problema – sobre esses assuntos, é difícil que haja unanimidade e, portanto as posições dos sindicatos ao respeito podem mudar e de fato mudam, segundo o jogo de maiorias que vão se dando nas eleições, assembléias, etc. *O sindicato não pode, por isso, ser um cimento suficientemente sólido para construir, a partir dele, um movimento revolucionário.*

[...] Por isso, se queremos levar adiante uma linha regular e conseqüente de ação combativa no nível de massas, além de atuar sindicalmente, devemos nos reunir como tendência, que já implica um primeiro grau de definição, maior que o sindical.

Participar da tendência supõe aceitar um conjunto de definições que podem ser

compartilhadas por companheiros de diversas extrações ideológicas, mas que já entranham certas exclusões (a dos reformistas, por exemplo), imprescindíveis quando se procura um mínimo de verdadeira coerência operativa.

Algumas das coisas que discutimos aqui podem parecer óbvias. Sem dúvida é útil tê-las presentes. Especialmente tê-las presentes no momento de atuar, para não voltar a cair em velhos erros [...] atribuindo às organizações sindicais pautas de ação político-ideológica, que o tempo demonstrará que não pode assumir conseqüentemente. Que são pautas, no nível de massas, de grupos de tendência.

Sindicatos e Tendência II. 4 de maio de 1970

[...] O fundo mais verdadeiro, a realidade habitual segue sendo essa: defender o salário, as condições de trabalho de todos. E por ser para todos, precisamente, é que em períodos difíceis como o atual, se faz difícil também para os sindicatos, como tais, serem responsáveis por um nível mais elevado da luta. [...] *Daí a necessidade dos setores mais conseqüentemente combativos, os que chegaram a uma compreensão maior das exigências atuais, agrupem-se e unam-se em outro nível: a tendência.*

Isso significa que tem de ser abandonada a atividade sindical? Claro que não. Temos que seguir atuando nas categorias, impulsionando a luta até onde seja legítimo e possível. *Devemos chegar o mais longe possível, mas não tão longe para ficarmos isolados.* [...] Nem para freá-las artificialmente, como faz o reformismo, nem para querer levá-las artificialmente aonde a categoria não quer ir, como, às vezes fazem os que ficam cegos com os seus próprios desejos e não vêem o que o trabalhador realmente quer.

Isso não significa que o militante tem de ser escravo do espontaneísmo das massas. Que tem de esperar sentado até que as massas “se toquem” para movimentar-se, para começar o movimento. A função do militante é a de promover a luta ativamente. [...] Mas promover a luta é uma coisa e deixar-se levar pelo subjetivismo é outra. Para promover realmente lutas na categoria, ele tem de pautar-se em coisas que sejam realmente desejadas pela categoria. [...]

A repressão trata de converter os que são “passivos” em assustados, os que são combativos às vezes em “passivos” e assim isolar os setores mais duros. Esses acabam sendo golpeados sozinhos. O reformismo joga no mesmo sentido e falará contra os “aventureiros” e pedirá “direções responsáveis” para tentar fazer base aproveitando as condições de retrocesso, de enfraquecimento, criadas pela repressão.

Uma vez concretizada a tendência, a experiência vem demonstrando que suas possibilidades transbordam o marco da atividade exclusivamente sindical. Há muita gente nos bairros que não está compreendida nos quadros sindicais, mas que está disposta para o combate, que se organiza para lutar. *A tendência não pode dar as costas para essa realidade.* [...] *Isso implica a superação de velhos esquemas, de hábitos negativos, às vezes muito arraigados.* Ela tem de romper, definitivamente, com os prejuízos isolacionistas, que encerram a atividade das agrupações dentro de sua própria categoria. Tem que ampliar as perspectivas, elevá-las ao nível que a situação exige. Deve concretizar, realmente, operativamente, a coordenação de atividades entre grupos de tendência que atuem na mesma zona, no mesmo bairro. *Abrindo possibilidades concretas para que participem na luta todos os que estejam dispostos a ela. Estejam ou não filiados a um sindicato.* Trabalhadores de fábricas ou oficinas não sindicalizados, estudantes do lugar, desempregados, donas de casa devem ter a possibilidade de participar no combate.

Devem ser criadas as formas organizativas que o habilitem. Nesse sentido se fará

um vastíssimo campo. Todas as iniciativas assim o tem demonstrado. Só assim se consegue rodear de apoio e solidariedade, o que é imprescindível. [...] *Só assim se conseguirá canalizar organizativamente o espírito de rebeldia e protesto que ferve em setores cada vez mais amplos do povo.* Proceder de outra maneira seria desperdiçar forças.

Pode-se começar por uma reivindicação concreta, mas para que a ação não se esgote e termine assim que o problema for solucionado, deve-se ter, desde o princípio, uma perspectiva mais ampla. Mostrar às pessoas que com movimento a gente pode conseguir, não uma, mas várias coisas, que *se unindo, lutando juntos, criamos consciência da própria força.* E ao mesmo tempo demonstrar, na experiência viva, nos fatos que nunca mentem, quais são os obstáculos. Mostrar, de maneira inequívoca, por cima de todas as falácias, quem são os amigos e quem são os inimigos. *E inclusive os próprios limites da ação de massas.* [...] Não é porque se realiza em um nível superior ao sindical que a ação de tendência deixa de ter limites precisos. Esses limites são os que põem a existência do sistema. [...] Daí seu incalculável e esclarecedor alcance político. Porque como toda outra forma de ação de massas, ela deixa clara a necessidade de uma transformação de fundo. De uma transformação que modifique os próprios fundamentos do sistema.

E isso já é uma tarefa mais complexa e difícil, que exige um compromisso maior, que exige métodos diferentes, níveis ainda mais elevados. *É uma tarefa já definida e especificamente política que só uma organização política pode encarar.* Os sindicatos significam um nível, primário e geral, de ação de massas. As agrupações de tendência coordenadas entre si e enraizadas no conjunto de setores mais combativos do povo, nos bairros, são um nível superior ao anterior. Mas a transformação de fundo do sistema só pode ser conseguida na medida em que exista *uma organização especificamente política, capaz de disputar o poder com as classes dominantes.* E para isso são necessários formas de organização e métodos de ação que só em uma organização ideologicamente homogênea e apta para atuar em todos os terrenos, pode se dar. Isto nos conduz a outro plano de considerações que iremos desenvolvendo.

Crítérios para o trabalho no nível de massas – Recortes Uruguai

Atuar sindicalmente, com uma perspectiva revolucionária, fundido nas massas, e ao mesmo tempo não deixar de lado as tarefas reivindicativas da ação sindical gera dificuldades, sugere problemas.

A função essencial dos sindicatos, o que legitima sua existência como organização de massa é sua função de luta reivindicativa. É preciso evitar o erro de tentar converter os sindicatos em espécies de partidos políticos com definições totais e reivindicações sobre os mais diversos problemas.

É necessário ter critérios claros sobre quais são os objetivos em que vamos centrar as lutas. É certo que reivindicações não faltam, em todos os sindicatos e categorias. O problema consiste em eleger qual ou quais delas são preferíveis agitar primeiro para lançá-las depois como motivo de mobilização.

As organizações associativas e sindicais são, por definição, organismos de massas. Não teria sentido, dentro de uma perspectiva correta, tentar transformá-las em mecanismos para manipular verticalmente as massas. O aparato sindical deve ser um calço, e não um freio. As formas organizativas que são adotadas devem garantir o contato mais amplo, rápido e direto com as bases e os órgãos representativos de direção.

A convocatória de uma mobilização, a pertinência de um recuo, se estabelece através de uma análise concreta de condições e possibilidades. Em primeiro lugar a

situação do sindicato: nível de organização e de consciência, experiência de luta, disponibilidade de quadros, etc. Em segundo lugar, a situação do conjunto do movimento popular: possibilidades de solidariedade e de influência sobre outros setores, orientações predominantes em direções e aparatos, etc. Em terceiro lugar, as peculiaridades do momento: crescimento ou refluxo momentâneo das lutas, situação e meios do inimigo na conjuntura. Com uma análise deste tipo e contato estreito com as massas é possível enfrentar, com eficácia, as mais difíceis circunstâncias.

Nesta perspectiva, evitar o isolamento (dos militantes mais combativos, dentro do sindicato; do sindicato dentro do conjunto do movimento sindical e popular) torna-se um dos aspectos fundamentais. Mas, para tanto, é necessária uma coordenação, estável e funcional, ampla e sem sectarismos, de todos os que estão verdadeiramente dispostos a lutar.

Quando a conjuntura muda é necessário proceder com formas diferentes. É necessário uma estratégia mais complexa e para tanto é necessário mais maturidade, criatividade e flexibilidade na militância sindical. Também é necessário mais dureza e combatividade, condições estas que não são incompatíveis, como alguns dizem, com as anteriores.

A proposta de lutas isoladas vincula-se à forma mais ou menos espontânea das lutas que vem se produzindo. Faz-se decisivo canalizar adequadamente o impulso espontâneo para que, se desenvolvendo e organizando, alcance os resultados mais eficazes. Para estar em condições de golpear no momento mais oportuno, concentrando maior quantidade de forças, é necessário prever, e isto supõe organizar-se, superando a etapa espontaneísta. Supõe um plano de luta que estabeleça objetivos, critérios de trabalho e medidas conjuntas elencadas, a partir de uma avaliação global da situação. Supõe uma direção que encabece e dirija efetivamente, que seja capaz de determinar os fatos em vez de correr atrás deles quando acontecem.

A respeito disso, é preciso ter bem claras algumas coisas.

Não basta que haja uma corrente de opinião favorável em um sindicato. É necessário implementá-la organizativamente. É imprescindível criar, em cada sindicato que haja possibilidades, agrupações que unam a todos que estejam dispostos a sustentar uma clara linha combativa e de luta.

Por agrupações entendemos organismos estáveis, estruturados internamente, com meios próprios de atuar, que desenvolvam uma ação permanente. Nas agrupações deve-se proceder com amplitude, sem sectarismos, mas sobre a base de posições claras e precisas. Evitar o sectarismo que isola.

A atitude sectária origina-se habitualmente da errônea tentativa de atribuir aspirações e objetivos que são próprios de organizações especificamente políticas (partidos) aos grupos de tendência dentro dos sindicatos. Em virtude deste erro acaba-se jogando sobre estes grupos definições abarcadoras e exaustivas sobre os mais diversos problemas.

A propensão a incorrer nestes erros se observa, quase sempre, entre pessoas independentes que, por carecer de possibilidades para canalizar adequadamente suas inquietudes políticas dentro de organizações específicas (partidos), tratam de fazê-lo partidarizando os grupos de ação sindical.

A organização é um meio, um instrumento para desenvolver a luta por determinados objetivos. Cresce na medida em que cumpre esses fins, na medida em que é funcional em relação a isso. É, portanto, equivocado o critério que faz do crescimento organizativo uma finalidade em si.

Às vezes, fazem-se reuniões, cria-se uma agrupação, instrumentaliza-se a agrupação organicamente, trabalha-se em torno de alguma meta precisa (participar de

uma eleição, atuar em uma mobilização), mas terminada esta instância não se sabe mais o que fazer. As reuniões saturam e originam intermináveis discussões gerais. O grupo fica sem objetivos, sem ter “coisas pra fazer”. Se uma situação desse tipo continua, conduz inevitavelmente a impotência e ao fracasso. Não importa o quão numeroso e bem organizado que tenha chegado a ser o grupo. Não importam as posições que o grupo ocupe dentro de seu sindicato. Se não tem objetivos, se não luta ativamente por eles, fracassará sem remédio.

Também é certo o contrário. Qualquer grupo, por pequeno que seja, se escolhe adequadamente seus objetivos, se promove com atividade e entusiasmo a luta por eles, crescerá. Quem quer que seja que queira lutar se dirigirá para este grupo, reconhecerá nos companheiros que o integram seus verdadeiros e reais referentes, ainda que não estejam ocupando cargos de direção no sindicato. E essa é a função da direção que interessa.

Mas quando falamos de objetivos, do que estamos dizendo? Nesta etapa e no nível em que se desenvolve atualmente a luta os objetivos de uma agrupação serão, habitualmente, reivindicações de tipo sindical.

Já temos proposto que as reivindicações pelas quais lutar definem-se pelo grau de urgência com que são reclamadas pela massa do sindicato. Nesta matéria, não cabem “ocorrências”. Só interessam as reivindicações que são realmente sentidas pelas pessoas.

Na medida em que uma agrupação deste tipo traduz um nível de definição maior que a organização sindical (que é para todos) deve ter, inclusive para o plano reivindicativo, um enfoque próprio. Sua função é de animar a luta no marco do sindicato e portanto, sua proposta própria como grupo deve ir mais além das reivindicações da organização sindical.

Toda reivindicação concreta é manifestação parcial localizada de problemas mais gerais. Em matéria de reivindicações salariais, por exemplo, é fato que todas elas chocam-se com uma política geral do governo. Assinalar este fato utilizando a luta reivindicativa para esclarecer, no nível de massas, os motivos e características desta política, é tarefa que às vezes não se pode realizar pelo sindicato. Nestes casos, a agrupação deve fazê-la como tal.

Em resumo, trata-se de não perder de vista 3 coisas:

- 1) O que define a agrupação como tendência são posições e propostas políticas que se diferem claramente dentro do conjunto do sindicato e compõem o próprio perfil da agrupação.
- 2) Esse nível de definição, nas agrupações, deve ser suficientemente amplo para não se identificar totalmente com organizações especificamente políticas, não partidizar.
- 3) Ter certa definição política não implica afastar-se dos problemas reivindicativos. É necessário ter sempre objetivos concretos para o trabalho de grupo. E estes objetivos, dentro do possível, devem abarcar as reivindicações que são necessárias promover dentro da organização sindical.

CURSO 22

**NÍVEL DE MASSAS:
PODER POPULAR E
ORGANIZAÇÃO POPULAR**

ORGANIZAÇÃO POPULAR

Universidade Popular RJ e MTD Pela Base RJ

LUTAR CONTRA O CAPITALISMO

Como vimos, o capitalismo é um regime social de dominação e de exploração. Se nenhum regime deste tipo pode ser total, cabe a nós **construirmos uma alternativa de combate** a ele; uma **forma de resistência**.

MAS COMO?

Para construir a luta contra o capitalismo teremos necessariamente que **pensar em organização**. **Existe nas classes exploradas uma força social** que podemos chamar de elementar ou mesmo de potencial. Para que esta força social sirva para combater o capitalismo, ela deve:

1. **Estar organizada**
2. **Ser colocada em prática**

De nada adiantará se esta força elementar e potencial não estiver organizada e não for colocada em prática.

Quando esta força social que está latente (em repouso, oculta) nas classes exploradas está organizada e quando ela sai do campo das possibilidades e passa para o campo prático, ela se transforma em uma força social real, que é a verdadeira possibilidade que temos de combater o capitalismo.

UMA RELAÇÃO DE FORÇAS

O **capitalismo**, dessa forma, é um sistema composto de hábitos, leis, instituições políticas e econômicas, e outras representações simbólicas. Ele se constitui de fato em uma **cultura**. Hoje, este sistema consegue **limitar seriamente as lutas anticapitalistas**.

É fundamental que os explorados consigam **contrapor a sua força social à força do capitalismo**. No momento em que essa **força dos explorados for maior que a força do capitalismo**, tal situação possibilitará uma **real transformação social** alicerçada na solidariedade e no apoio mútuo; na liberdade e na igualdade. No entanto, **para que a luta leve ao objetivo pretendido, é vital pensar em uma oposição conseqüente e eficaz**, ou seja, **aumentar a força social dos explorados**.

Somente com muita organização se conseguirá transformar esta força elementar e potencial em força social real. Para que isso aconteça, é fundamental se refletir sobre a organização popular.

POR QUE FALAR EM ORGANIZAÇÃO?

A organização é a coordenação de forças com um objetivo comum. Ela possibilita a aproximação dos que defendem os mesmos interesses e que, juntos, podem aumentar permanentemente a sua força social.

A organização multiplica as forças do conjunto de explorados; juntos, eles não representam só uma soma das forças individuais, mas uma força coletiva, uma força social.

Por exemplo, vamos supor que se queira protestar, em frente a uma prefeitura, porque o poder do Estado quer ou permite que venham demolir as casas de uma coletividade. Qual seria a diferença entre ir um morador de cada vez ou, ao contrário, irem todos juntos? **O fato de estarem juntos, organizados, certamente daria dos moradores muito mais força. A força coletiva é muito maior que a soma das forças individuais.**

Quanto mais força social os anticapitalistas tiverem, mais o capitalismo estará ameaçado.

POR QUE FALAR EM POPULAR?

Diz-se popular, pois **não estamos falando de qualquer organização.** Falamos da **organização das classes exploradas, da organização do povo que está sofrendo as conseqüências do capitalismo.** As classes exploradas devem se **organizar e coordenar as forças de todos os indivíduos dominados e explorados que são vítimas do capitalismo.** Portanto, a organização popular tem um caráter **classista**, ou seja, busca trabalhar com a **perspectiva de classe.**

A organização popular busca a união das classes exploradas para que estas lutem contra a classe dominante.

Nesta luta, **os explorados devem recorrer ao apoio dos setores mais combativos, com os quais possuem afinidades naturais,** sem, é claro, abrir mão de **envolver na sua organização, o máximo possível, os setores que sofrem de maneira mais dura os impactos do capitalismo.**

O caráter popular da organização se dá quando se imprime um caráter classista a ela, de maneira que isso estimule e dê forças à luta de classes. Como vimos, a luta de classes é o combate constante entre a dominação e a vontade de se livrar dela. A organização, assim, deve ser a das classes exploradas que, na dinâmica da luta, acabam por adquirir o gosto pela liberdade, tornando-se então mais claramente anticapitalistas.

RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA: REPENSANDO AS CLASSES EXPLORADAS

A concepção de **transformação social “pelo centro”**, ou seja, a partir dos **elementos centrais de poder** de uma sociedade, ou seja, **dos intelectuais, dos ricos, do Estado,**

do partido ou do exército, é uma **concepção autoritária** que, ao invés de resolver os problemas da exploração e da dominação, simplesmente **troca os opressores de lugar**. Quem utiliza o centro para mudar a sociedade, acaba não mudando nada, a não ser a **tiranía que se coloca sobre a sociedade**.

A **transformação social** deve vir “**pela periferia**”, ou seja, **desde baixo, desde as classes exploradas**. Estas **classes são muito mais amplas** do que o proletariado industrial urbano, definido por parte dos anticapitalistas como “**sujeito histórico**”. Hoje, a periferia do mundo pode ser considerada de maneira muito mais ampla: **culturas e sociedades indígenas, pequenos produtores, trabalhadores especializados, camponeses, desempregados, pobres, assalariados, etc.**

Construir a transformação social a partir da periferia é buscar a organização popular fora dos centros de poder, tais como os intelectuais, os ricos, o Estado, o partido e o exército. Isso significa estimular a organização popular e, dessa forma, construir, de baixo para cima, uma alternativa de luta social.

LUTA CONTRA A DOMINAÇÃO

A **organização popular** é **anticapitalista e luta contra a dominação das classes exploradas**. Essa dominação, como vimos, é mais evidente no âmbito econômico, mas não se resume a ele.

Falar que a “**transformação social deve vir pela periferia**” significa que **a luta de classes, traduzida na organização popular, pode tomar diversas formas**. Pode ser uma organização de indígenas que lutam contra a destruição de seus valores tradicionais; ou de povos nativos de um país que lutam contra a exploração de um Estado/governo (o deles ou outro); de camponeses que lutam por terra ou pequenos trabalhadores rurais que reivindicam ter onde plantar. Pode ser uma organização de desempregados que lutam contra o desemprego; de trabalhadores que foram marginalizados pelo sistema; ou ainda de trabalhadores assalariados. Em última instância, **todos estes setores são a periferia do sistema capitalista**.

Além disso, a **organização popular pode incorporar outras reivindicações** na sua pauta de reivindicações e lutas: as questões **ecológicas**, de **gênero** (relações homem-mulher), de **comunicação**, de **cultura**, de **raça**, de **orientação sexual**, etc.

A organização popular é uma luta contra a dominação do capitalismo, mas pode incluir dentro de si o combate a outras formas de dominação.

A VONTADE DE LUTAR

Para **construir a organização popular** é fundamental a **vontade de lutar**. Isso porque **a organização popular não será construída “do nada”, de maneira espontânea**. Mesmo sabendo que muitas formas da luta de classes surgem espontaneamente, **não adianta ficarmos esperando que sem intenção e esforço surja uma força social organizada contra o capitalismo e que venha a substituí-lo**.

Para transformar a sociedade e acabar com o capitalismo **será necessário muito trabalho**. A **vontade de lutar**, enquanto classe de explorados, é o caminho mais seguro para **sustentar a organização popular como uma ferramenta permanente de luta**.

Se os explorados querem transformar a sociedade, não há outra forma: eles, os mais interessados, precisam ter muita vontade de lutar. Sem essa vontade, o sistema nunca mudará; ele continuará a ser cada vez mais forte. Ao contrário, se esta vontade for transformada em organização popular, então haverá um importante elemento para disputar a decisiva “queda de braços” contra o capitalismo.

OS MOVIMENTOS DE MASSAS OU SIMPLEMENTE “MOVIMENTOS SOCIAIS”

A melhor maneira de construir a organização popular é criar e estimular o que alguns chamaram no passado de **“movimentos de massas”**. Apesar de vários anticapitalistas usarem esse termo, o fato é que muitos (**os autoritários**) acabaram achando que o **movimento de massas deveria ser aparelhado pelo partido político**.

Para os autoritários, o movimento de massas é somente um organismo que obedece às ordens ditadas pelo partido, sendo que muitas vezes, as pessoas do partido que ditam as regras estão afastadas das lutas sociais. Ou mesmo, por conta da “burocratização”, passam a pensar e agir no sentido contrário dos interesses dos verdadeiros agentes da transformação, ou seja, os trabalhadores.

Contra essa posição de movimento aparelhado, de “massa de manobra” que não é a vocação dos povos e grupos livres, **o termo mais adequado para o conjunto de trabalhadores em vias de organização ou já organizados**, é o de **“movimentos sociais”**. Sabemos que muitos movimentos sociais ainda são mera “massa” funcionando a serviço de interesseiros de todos os tipos, mas falaremos disso daqui a pouco.

Mas, por agora, o importante é esclarecer que **esta lógica vem de muito longe e está respaldada por velhos preconceitos**. Ela é de uma época na qual a **divisão entre trabalho manual e intelectual estava radicalmente marcada**. Ou seja, um período recuado na História em que os verdadeiros produtores das riquezas, embrutecidos por longas horas de trabalho, até 16 horas diárias, viviam trancados em galpões imundos e escuros. E que aqueles que, em condições privilegiadas, pensavam formas de “libertar” os outros, o faziam por um esforço intelectual muitas vezes separado do cotidiano de quem era diretamente explorado. E que, dessa forma, na prática, reproduziam a lógica perversa do sistema ao reforçarem as diferenças entre, ao que se chamava de **“vanguardas” e “massas”**.

O que importa saber, neste momento, é que para construir a organização popular, é necessário estruturar e fortalecer os movimentos sociais. São eles que, organizados de baixo para cima, darão a força social necessária para o combate que se quer fazer ao capitalismo.

O QUE É UM MOVIMENTO SOCIAL?

Um movimento social é um grupo de pessoas e/ou entidades associadas que possui interesses em comum para a defesa ou a promoção de certos objetivos perante a sociedade. Esses movimentos podem estar nos mais diferentes lugares e defender as mais diversas bandeiras de luta. Quase sempre, e isso fica muito claro nos programas defendidos por eles, os movimentos sociais se formam tendo como base comum a necessidade. A realidade econômica de um país, principalmente aquela de uma sociedade com enormes injustiças como o Brasil, serve como fator de aglutinação, de aproximação entre os indivíduos pertencentes a grupos de explorados.

Esta condição de necessidade, somada à vontade e a organização forma o tripé que sustenta a constituição dos movimentos sociais.

No Brasil, podemos identificar muitos movimentos sociais existentes hoje. Vejamos.

Há os movimentos de **sem-terra**, que lutam contra o latifúndio e pedem uma distribuição justa da terra; de **sem-teto**, que lutam pelo direito à moradia e contra a especulação imobiliária; de trabalhadores **desempregados**, que lutam por emprego digno e por novas relações de trabalho; e os **das comunidades** (favelas), que além do peso das outras necessidades, sofrem cotidianamente a violência policial no local onde moram. Há muitos outros: **movimentos comunitários**, movimentos para conquistar a gratuidade e melhorar a qualidade do **transporte público**, cooperativas de **catadores de lixo reciclável**, movimentos **indígenas**, movimentos **estudantis**, **sindicatos**, movimentos **feministas**, **negros**, **gays**, **conselhos populares**, movimentos **artísticos e culturais**, **ambientalistas**, etc.

Mas há um problema: **não são todos os “movimentos sociais” que buscam construir a organização popular com o objetivo de combater o capitalismo. Muitos desses movimentos sustentam o capitalismo e seus valores. Na realidade, então, esses grupos seriam de opinião, de pressão, para a obtenção de reformas no sistema capitalista, mas apenas isso. Não poderíamos chamá-los de movimentos sociais, uma vez que os movimentos sociais, de fato, são anticapitalistas.**

Em todos os campos da sociedade, a luta contra a dominação aparece, sendo sua principal forma a luta de classes. Um movimento social dá o corpo para esta luta contra a dominação que, por ser muito ampla, faz com que os movimentos sociais tenham as mais diferentes bandeiras de luta. Como o capitalismo tem diversos efeitos negativos sobre as vidas das populações, muitos movimentos sociais existem como forma de resistência a esses efeitos.

FORÇA PARA CRESCER E LUTAR

Os **movimentos sociais** devem ser cada vez mais **fortes**, possuindo cada vez **mais pessoas e mais organização**. Para possuírem esta força é fundamental que **não sejam “ideologizados”**. Isso significa que um movimento social não deve ser anarquista, social-democrata, marxista, monarquista, etc. **Ele não deve se subordinar a qualquer ideologia.**

Dentro do movimento social devem estar todos os que querem lutar, independente

de sua ideologia.

Em um movimento de sem-teto, deve haver o maior número de pessoas que querem lutar pela moradia. Em um movimento de desempregados, devem estar todos os que querem lutar por trabalho digno. Em um movimento feminista, devem estar todos que querem lutar contra o machismo e o patriarcado.

Não se faz um movimento com corte ideológico estreito e restrito, por exemplo: movimento estudantil marxista, ou movimento sem-teto anarquista, etc. **O movimento social sempre se organiza em torno da questão pela qual decidiu lutar. É a necessidade a grande força impulsionadora.**

No entanto, isso não significa que **entre todas as pessoas** que estão dentro do **movimento social**, não existam pessoas das **mais diferentes ideologias**. **Isso é normal e vai acontecer sempre**. Também não podemos proibir pessoas que defendam alguma ideologia de estarem no movimento social e nem proibir que façam propaganda. **O que não pode acontecer de forma alguma é uma dessas ideologias dominar o movimento social**. O movimento social está **dominado** (alguns dizem “**aparelhado**”) quando **não luta mais pelas suas questões**, mas somente usa estas questões para **promover uma ideologia, um candidato, um partido, uma ONG**, etc. Neste caso, **o movimento está sendo usado, está aparelhado**.

AUTONOMIA: O MOVIMENTO SOCIAL NÃO DEVE SER “APARELHADO”

O tema anterior traz uma reflexão sobre a **autonomia do movimento social**. É fundamental que os **movimentos sociais sejam autônomos**. O que significa isso?

Isso significa que **os movimentos sociais devem ser autônomos em relação ao Estado, aos partidos políticos, aos sindicatos burocratizados, aos burocratas de plantão, à Igreja**, enfim, significa que os movimentos devem **ter a possibilidade de tomar as decisões e agir por conta própria**. A **autonomia do movimento social é a possibilidade de ele tratar dos seus próprios assuntos, independente de instituições e mecanismos da exploração e da dominação social**.

Os movimentos sociais não devem ser correias de transmissão de indivíduos, coletivos, grupos, organizações, partidos que querem mandar neles. Pessoas que querem aparelhar o movimento social não querem ajudá-lo, elas querem que o movimento social lhes ajude.

NÃO É TODO MUNDO QUE QUER APARELHAR

É fundamental que os que compõem um movimento social saibam **distinguir quem se aproxima com o objetivo de aparelhar e quem se aproxima com o objetivo de tomar parte nas tarefas específicas, tiradas nos fóruns deliberativos**. Há uma grande diferença nisso e o movimento social deve **ficar muito atento**, pois **pessoas para ajudar devem ser sempre bem-vindas**. **Elas poderão contribuir com o crescimento da luta, do movimento social e da própria organização popular**.

No entanto, como **diferenciar uma pessoa que quer aparelhar** de outra que quer **ajudar o movimento social**? É **relativamente simples**, vejamos logo a seguir.

ESTADO, PARTIDOS, BUROCRATAS, ETC.

Quem quer aparelhar não visa apoiar o movimento social, mas sim ser um chefe, mandar no movimento, fazer o movimento servir seus próprios fins. Tais indivíduos partem do princípio de que: “se serve melhor aos outros quando se está servindo a si mesmo”.

Um **movimento social não deve estar ligado a um político** do governo ou mesmo a **um setor qualquer do Estado. Secretários, deputados, vereadores**, na grande maioria das vezes, **se aproximam, pois querem apoio dos movimentos.** Apoio para **sustentar suas políticas**, apoio para **ter mais votos**, apoio para ter o que eles chamam de “**base social**”. O objetivo **do Estado, do governo**, é sempre fazer o que chamamos de “**pacto social**”; eles querem **acalmar o movimento social**, fazer com que eles se enquadrem no sistema deles – da democracia representativa.

Os **partidos políticos** também buscam **aparelhar** os movimentos sociais. Primeiramente há **aqueles que estão dentro do sistema da “democracia” representativa** (os que concorrem às eleições) e que **buscam no movimento social somente uma fonte de votos.** É muito comum estes políticos se aproximarem no período eleitoral, fazendo promessas, e depois sumirem. Mas existem também os **partidos “revolucionários” autoritários** que buscam no movimento social a **base para suas teorias de revolução.** Eles acreditam ser a **vanguarda iluminada**, que devem **dirigir e mandar no movimento social**, por se julgarem superiores. É a tal separação entre o trabalho manual – o do humilde assalariado ou desempregado – e do intelectual, que vive de sua produção teórica, e se sente na condição opinar sobre o futuro do trabalhador. Quase sempre **infantilizando a classe trabalhadora** por ela não ter alcançado a “consciência necessária”.

Temos ainda **outros organismos** que tentam **aparelhar** os movimentos sociais: **sindicatos burocratizados** que querem apoio para suas ações, **Igrejas** que buscam fiéis, etc.

Toda essa gente deve ser afastada do movimento social, pois não defendem os interesses do movimento social, mas seus próprios interesses. O movimento social não precisa de chefes, de dirigentes ou de gente que queira usá-lo. O movimento social precisa de gente que queira apoiá-lo e lutar junto com ele, mas não lutar por ele, no seu lugar. Lugar que é legitimado pela necessidade de sobrevivência e pela dignidade que possuem as causas que promovem a verdadeira solidariedade.

QUEM QUER APOIAR O MOVIMENTO SOCIAL

Diferente dessas pessoas que querem aparelhar o movimento social, **há aqueles que querem apoiar o movimento social**, o que é muito diferente.

Estas pessoas sentem **simpatia pelo movimento social** e consideram **justa a sua luta** e por isso **se aproximam para dar apoio**. Estas pessoas devem sempre ser bem recebidas pelo movimento social, pois gente que quer lutar com o movimento social tem que ser sempre bem-vinda. Mesmo pessoas que são oriundas das classes médias ou que não estão diretamente implicadas nas lutas do movimento devem receber este tratamento: alguém que tem emprego pode apoiar a luta dos desempregados, alguém que tem uma casa pode apoiar a luta dos sem-teto, etc. Esta forma de solidariedade é fundamental e deve ser bem recebida pelo movimento social.

Entretanto, a candidatura individual de **apoio ao movimento social** deve estar condicionada às atitudes dos que nessa situação pretendem atuar. O apoio, ou mesmo militante organicamente legitimado, deve demonstrar que está disposto a ouvir muito mais do que falar. Deve se inteirar das circunstâncias em que vivem os membros naturais que compõem o movimento social específico no qual está atuando. Como parte de um todo, ou seja, de uma organização, deve crescer com ela e não, de forma autoritária e vertical, definir seus caminhos e sua forma. É importante lembrar que um processo de construção coletivo é sempre e, antes de tudo, um processo de autoformação. Com o tempo, se seguidos os devidos códigos do grupo, e só dele, o apoio ou militante perceberá que o mais importante é contrastar sua ideologia com a realidade do grupo e não tentar reduzir o movimento social às suas certezas ideológicas.

O movimento social deve receber bem as pessoas que não vêm para mandar, que não querem ser chefes e nem dirigentes. As pessoas que querem apoiar o movimento social, lutar ombro a ombro, discutir as questões da luta, oferecer sua solidariedade, ajudar nos momentos de crise, ajudar na organização, devem sempre ter sua força somada à do movimento social.

COMBATIVIDADE: NÃO AO PACTO SOCIAL

Para que um movimento social possa apontar para a **organização popular**, ele deve ser **combativo**.

Isso significa dizer que, em suas lutas contra a dominação, ele **não pode obedecer sempre as regras do sistema capitalista**. Vamos lembrar que o capitalismo, por meio do Estado, tem a obrigação de “garantir a legitimidade” do sistema. Por isso, **uma das estratégias que o Estado usa é trazer os movimentos sociais para dentro de si**. Eles dizem que já que vivemos em uma democracia, os movimentos podem apoiar um vereador ou um deputado e se fazer ouvir dessa forma. **Eles querem estabelecer o que se chama de “pacto social”**.

O movimento social deve sempre incorporar a luta de classes e a luta de classes **não se dá dentro do Estado**, mas sim fora dele. Como o Estado é um braço do capitalismo, **quando o Estado incorpora o movimento social** (chamamos isso de **cooptação**), o movimento não serve mais ao anticapitalismo, mas sim ao capitalismo. **Este recurso é muito comum**, principalmente quando governos “de esquerda” chegam ao poder.

O movimento social deve manter-se sempre combativo, ou seja, ele deve sustentar

sua bandeira de luta (pelo trabalho, pela moradia, pela terra, etc.) fora do Estado, assim como se sustenta qualquer outra forma da luta de classes. Manter-se combativo também significa não entrar em outros esquemas burocráticos, discutir tudo com políticos, com a burocracia sindical, etc. Um movimento combativo é aquele que conquista as coisas impondo sua força social e não fica pedindo de forma humilhante migalhas aos governos e burocratas. Exige e conquista com organização e luta.

Deve-se saber quando realizar uma **ação pacífica** ou **com mais energia**, mas o movimento social tem que **ser sempre combativo**. **Confrontar as injustiças e o sistema de dominação e exploração de frente, sem cair nas armadilhas do capitalismo.**

ACÇÃO DIRETA EM OPOSIÇÃO À DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A ação direta é uma **forma de ação política** que se estabelece **fora do sistema eleitoral**. Isso significa dizer que **os movimentos sociais não devem confiar sua ação a políticos “gabaritados”** que vão ser eleitos para depois defender os interesses do movimento social. Os políticos se aproximam sempre para conseguir votos e depois de eleitos, entram na “máquina eleitoral” e nunca realizam o que nos prometeram.

É bem verdade que **algumas vezes surgem políticos honestos**, mesmo **bem-intencionados**, que aparecem em **momentos cruciais e auxiliam** os movimentos sociais. Mas, **apesar das exceções, no seu conjunto a classe política forma um bloco coeso e unificado de defesa dos interesses do capitalismo**. Mesmo os que entram na estrutura do poder de Estado com o objetivo de “ajudar o povo”, acabam por misturar os meios com os fins e **confundem mais que esclarecem os movimentos sociais**. O terreno da política partidária, nos quadros do Estado, **se apresenta alguma vantagem de imediato** – e ainda assim isso é raro – **no geral prejudica em dobro**. Assim, **os esforços da “esquerda parlamentar”** em favor da classe trabalhadora – é óbvio que da parte mais comprometida – **no seu somatório não emancipam os movimentos sociais**.

A **ação direta**, ao contrário, **se expressa quando o movimento social realiza sua política por si mesmo**, quando os **trabalhadores realizam**, eles mesmos, suas **ações de luta contra a dominação e a exploração**. Isso sempre **sem confiar no sistema burocrático e corrupto** de assessores, vereadores, deputados, senadores, prefeitos, etc. **E muito menos associando os calendários de luta às agendas eleitorais**.

Um movimento social que trabalha com a ação direta age fora do sistema eleitoral e representa os interesses dos explorados que o compõem.

Um movimento social que trabalha com a ação direta pode fazer uma ocupação, uma manifestação de rua, uma greve, um bloqueio de rua, etc. Existem **muitas formas de ação direta: todas elas colocam as classes exploradas à frente do processo de mudança e das reivindicações**.

A responsabilidade pelas vitórias do movimento deve ser do próprio movimento. Ela não deve ser dada para os políticos. Os políticos defendem os seus próprios interesses e não os interesses dos movimentos sociais. Vamos lembrar que “a

emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

AAÇÃO DIRETA É NECESSARIAMENTE VIOLENTA?

Não. **A ação direta pode ser pacífica ou violenta** e devemos sempre refletir qual é a **melhor forma de agir**. Muitas vezes, fazer uma manifestação de rua pacífica sobre uma questão que se quer expor, ou seja, uma **ação direta não-violenta**, é o melhor meio para atingir os **fins desejados**, por exemplo, **sensibilizar a população** para uma determinada questão. **Outras vezes, torna-se inevitável usar a violência como resposta** à violência do capitalismo. Mas é bom lembrar que a energia dos trabalhadores é **sempre usada para a sua defesa, em favor de sua sobrevivência**, portanto é, antes de tudo, **autodefesa**. Dessa forma é, **ainda, um direito**, previsto mesmo nos códigos civis da burguesia.

Como vimos, o **capitalismo é um sistema fundado na violência** e, às vezes, **para a autodefesa**, torna-se inevitável **usar certo grau de violência**. Por exemplo: quando os sem-teto estão ocupando um lugar e a polícia vem fazer o despejo, a utilização de **força como resposta**, uma **ação direta de resistência**, é **legítima e sempre válida**. Bastando para isso – e esta é uma questão fundamental – que **o coletivo atingido pela violência do Estado esteja plenamente convencido do valor da ação**. Para esta decisão contribui bastante a formação política dos que estão no movimento social.

AAÇÃO DIRETA MUITAS VEZES NÃO É ILEGAL?

Como o **Estado faz parte da sociedade capitalista**, suas leis são feitas para que o capitalismo continue a funcionar da forma como vem funcionando. Então, praticamente **tudo o que ameaça o capitalismo é considerado fora da lei**. Um exemplo claro, histórico, foi o primeiro código civil explicitamente burguês, aprovado por Napoleão Bonaparte, no início do século XIX, na França. Ele chegou a ter artigos proibindo a organização de sindicatos e mesmo a manifestação de trabalhadores por meio de greves. Este conjunto de leis serviu de modelo para muitos outros a partir de então. Os códigos ainda hoje defendem a natureza autoritária do Estado e elegem como fator de garantia da ordem a propriedade.

Por isso, **muitos movimentos que têm por objetivo combater o capitalismo fazem ações que são consideradas ilegais**. Uma ação de ocupação de um imóvel sem função social é uma ação combativa de um movimento de sem-teto, e considerada fora da lei pelos capitalistas. As vezes, por fechar uma rua em uma manifestação exigindo emprego, a polícia ataca e até prende aqueles que estão mobilizados.

Agora cabe a pergunta: por que ter um imóvel e não usá-lo para nada é permitido, e quando pessoas que não têm onde morar o ocupam, isso não é permitido? Por que é permitido ter altos índices de desemprego, mas quando os desempregados se mobilizam e fecham uma rua, isso não é permitido?

Quase nunca o que é mais ético e justo é considerado dentro da lei. Os movimentos devem buscar ideais de ética e justiça, independente se eles estejam dentro da lei. Vamos lembrar que quem faz as leis são os capitalistas e, a não ser por conquistas

impostas pela classe, elas funcionarão a serviço do capitalismo. Por este motivo, freqüentemente, lutar por ética e justiça envolve fazer algo que é fora da lei.

A POLÍTICA NÃO É PARA OS POLÍTICOS

No atual sistema, os políticos eleitos, depois de empossados, **tomam as decisões que quiserem**. Quando se elege um político, na realidade, **se entrega o direito de fazer política a ele** e só se “participa” do processo a cada dois anos. Isso não significa fazer política.

Política não é aquilo que fazem os políticos, mas sim a gestão do que é público, de todos, ou seja, a gestão da nossa vida de todos os dias.

A política deve ser feita pelo povo, devidamente organizado, decidindo efetivamente sobre tudo o que lhe diz respeito. A política que os movimentos sociais defendem é aquela que se coloca hoje como luta dos trabalhadores, organizada de baixo para cima, contra a exploração e a dominação de que são vítimas. É nas mobilizações populares que estão as perspectivas de transformações sociais significativas na sociedade. A política nos movimentos sociais se faz por meio da democracia direta.

DEMOCRACIA DIRETA: QUANDO TODOS DECIDEM DE VERDADE

A **democracia direta** é uma forma de **organização** em que **todos os envolvidos participam diretamente no processo de decisões**, ou seja, uma forma de organização em que **todos decidem**.

Na **democracia direta**, são as próprias pessoas que, reunidas em **assembléia**, **tomam suas decisões**. Não há **chefes que mandam no movimento**, **todos os membros do movimento social discutem e tomam suas próprias decisões**. Em resumo, **todos são líderes, ao mesmo tempo**. A política é feita **todos os dias, na luta e na organização**.

Um movimento social que utiliza a democracia direta possui assembléias permanentemente, não tem chefes e não baseia sua atuação na eleição de políticos. Suas assembléias são horizontais (participação igualitária e não hierárquica), têm a participação de todos do movimento, e são o local em que se tomam todas as decisões. O consenso sempre é buscado, mas em caso de diferenças de ponto de vista, a votação pode ser aceita, vencendo a maioria.

Em um movimento social que trabalha com a democracia direta são os próprios membros que decidem suas reivindicações, suas formas de ação, como tratarão com as pessoas de apoio que querem ajudar, etc. **Dentro do movimento, se decide tudo de maneira igualitária: todos têm o mesmo poder de decisão**. Pode haver vários critérios de decisão, mas eles sempre devem ser estabelecidos **coletivamente**.

ÉTICA: UM PRINCÍPIO, UMA FORMA DE CONDUTA

Os militantes do movimento social devem **ter uma conduta ética**. Mas o que é isso?

Ter uma conduta ética significa que **nossa conduta deve ser embasada em princípios de vida que se oponham ao capitalismo e que tenham por base a cooperação, a solidariedade e o apoio mútuo**. Ser uma pessoa ética significa **não colaborar para o prejuízo individual e político dos companheiros de luta, apoiar os outros militantes, não ter posturas que visem a cisão e a disputa interna desleal**. Ser ético é também **ter responsabilidade**. Em grande medida, **a ética é uma prática cotidiana, mais evidente nas ações concretas que nas palavras**, às vezes muito bem escolhidas, dos militantes.

A IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE

A **ética e a responsabilidade** são valores básicos e que se **opõem radicalmente aos valores do capitalismo**.

Um **militante responsável** tem **iniciativa, assume responsabilidades** perante o movimento social e **as cumpre, dá o retorno para seu coletivo** das tarefas pelas quais ficou responsável, tem **atitudes que são condizentes com o espírito de luta**, enfim, **contribui com o movimento social** da melhor forma possível. A **responsabilidade no movimento social** é uma das formas mais evidentes da **ética militante**, uma vez que, **ao cumprir a tarefa para a qual foi aclamado ou se apresentou, o indivíduo não sobrecarrega os outros**. Colabora, de forma solidária e decisiva, com o **conjunto do movimento social** facilitando a chegada aos fins objetivados previamente por todos.

Além disso, o **militante responsável não tem atitudes irresponsáveis**: ele não tem atitudes egoístas que comprometam o coletivo, ele não faz coisas que prejudiquem a luta, ele não deixa de realizar atividades importantes para o movimento, ele não falta às assembleias, etc.

Obviamente que todas as **recomendações se aplicam a casos de pessoas com uma vida regular e que de fato, aos olhos de todos, estejam capacitadas para realizar a tarefa**. A **escolha de militantes para certas tarefas é, também, de responsabilidade coletiva**. O coletivo não pode ser irresponsável com os indivíduos do movimento social. Está é uma forma de **responsabilidade coletiva, portanto uma ética**.

Acontece, entretanto, e não poucas vezes nos movimentos sociais, a **imputação de responsabilidades sobre tarefas não concluídas a certos indivíduos** que, por conta disso, ficam **marcados, estigmatizados** pelo restante dos companheiros de luta. Nesses casos, também com frequência, **a falta de organização geral**, de todos em relação a cada um, **encontra em um militante a razão do não funcionamento de toda uma estrutura**. Tal situação, que revela **mais comodidade que responsabilidade**, torna explicável o **erro de todos na figura de um só**. Esse é também um **desvio ético**.

<p>É fundamental que dentro do movimento social sejam sustentados valores opostos aos valores do capitalismo. A ética e a responsabilidade, além de serem pilares do movimento social, devem se opor a toda a cultura do capitalismo que fez uma sociedade de pessoas antiéticas e irresponsáveis. A luta pela ética e pela</p>
--

responsabilidade é uma luta contra os valores e a cultura do capitalismo.

SOLIDARIEDADE E APOIO MÚTUO

Em **oposição aos valores individualistas** do capitalismo, **o movimento social sustenta a solidariedade e o apoio mútuo**. Ao invés de competir uns com os outros e de não gostar uns dos outros, a solidariedade e o apoio mútuo estimulam a **associação com outros membros das classes exploradas**, tanto na resistência quanto no próprio combate ao capitalismo.

Quando o **indivíduo sai do isolamento** e se alia às **outras pessoas que querem construir um mundo mais justo e igualitário**, ele de fato está construindo a **solidariedade de classe**.

Esta solidariedade se torna real, primeiramente, quando **uma pessoa se associa com outra para construir um movimento social**. Depois quando **um movimento social se associa com outro para uma luta mais ampla**. Os grupos explorados são muito diferentes e a solidariedade significa **a união com outros setores, buscando, um apoiar o outro, por uma prática que podemos chamar “apoio mútuo”**.

A LUTA É INTERNACIONALISTA

Quando se afirma que o Estado faz parte do capitalismo, isso significa também que o **sentimento nacionalista deve ser rechaçado**. O **nacionalismo é a preferência ou a defesa acentuada de tudo o que é próprio do país a que alguém pertence**.

Durante a história, os **defensores do sistema capitalista** sempre quiseram criar um sentimento de **unidade em torno do país**. Para isso, eles se utilizam de festas populares e esportes, como por exemplo a Copa do Mundo, para ir criando o que se pode chamar de “**identidade nacional**”.

O fator real de identidade com os outros não é pelo país a que pertencem, mas sim pela classe a que pertencem.

Não há nada de errado no gosto pelos esportes ou até em torcer pelos times do país de origem de cada um, mas o problema é quando se esquece que a **identidade do trabalhador deve ser de classe** e se passa a entender que ela deve ser nacional. Quando o **nacionalismo vence o classismo**, aparecem regimes como o fascismo, em que mesmo as classes exploradas se tornam capazes de apoiar **regimes de dominação e exploração**, em nome de um ideal nacional.

A aliança deve sempre ser feita com as classes exploradas, estejam elas dentro do Brasil ou fora. Quando o capitalismo do Brasil explora o povo brasileiro, é necessário estar ao lado do povo brasileiro. Quando o capitalismo do Brasil explora o povo de outro país, é necessário estar ao lado do povo do outro país. Se é inevitável ter que escolher com quem fazer aliança, ou que posições defender, é fundamental sempre se aliar em torno da classe e nunca do país no qual se vive. A

identidade nacional faz parte do capitalismo, e como a luta do povo é anticapitalista, é mais coerente a afirmação do internacionalismo.

Uma luta internacionalista acontece quando se desprezam as barreiras do Estado e se estabelece a **solidariedade dos movimentos sociais a todas as lutas de outros membros das classes exploradas no mundo**. Não há porque ter prevenção com trabalhadores “estrangeiros”. **Se os estrangeiros são das classes exploradas, são também companheiros. Se são da classe dominante, são muito possivelmente inimigos.**

UMA MUDANÇA QUE TAMBÉM É CULTURAL

O **movimento social** deve ser o **terreno privilegiado para desenvolvimento de uma cultura popular**. Como vimos, o capitalismo está inserido em todos os espaços da sociedade e sua cultura é difundida de várias maneiras: pelos meios de comunicação, pelas escolas que freqüentamos, etc.

Em oposição a isso, o movimento social deve **produzir e desenvolver uma cultura popular** que sustente **novas formas, linguagens e manifestações que traduzam valores de oposição ao capitalismo**. Esta cultura pode ser estimulada com música, teatro, palestras, debates, encontros, confraternizações, etc. Ela será **imprescindível para uma mudança** que também deve se dar **dentro de cada um**, por meio da **educação popular**.

Não se deve aguardar que a educação popular eduque a todos para começar a lutar. No entanto, seria impossível negar o papel absolutamente fundamental que a educação exerce em todos os militantes do movimento social. Ela é imprescindível.

CRIAR UM MOVIMENTO SOCIAL OU ENTRAR EM UM QUE JÁ EXISTE?

Às vezes, as pessoas ficam na dúvida quando querem se mobilizar, se a melhor alternativa é **criar um movimento social ou integrar um movimento social que já existe**. Qual será a melhor alternativa? Na realidade, **qualquer uma das alternativas pode ser interessante**.

Quando não houver **nenhum movimento social próximo** de uma pessoa que queira lutar por determinada causa, ela pode **buscar outras pessoas** que tenham interesse nesta luta e **formar um novo movimento social**. A partir daí, é só **fazer com que o movimento social tenha as características colocadas aqui**.

No entanto, se **já existe um movimento social** que luta por algo que esta pessoa deseja lutar, **não há porque criar um outro movimento**. O que pode acontecer é esse movimento estar aparelhado, ser muito burocratizado, pouco combativo, etc. Neste caso, a alternativa é **integrar o movimento social** e buscar **agrupar pessoas** dentro dele, cujas concepções se aproximem daquilo que se entende por **organização popular** e que aqui está sendo exposto. A partir de então, sua meta será fazer com que este **setor ganhe força** e que possa **influenciar o resto do movimento**.

O mais importante é estar mobilizado. Criar um movimento ou integrar um movimento que já existe, fazendo com que ele tenha as características que julgamos corretas são ambas alternativas possíveis e importantes. Cabe a cada um escolher. O fundamental é saber que para reivindicar algo, o caminho é a luta, a mobilização social.

ESTABELEECER OS OBJETIVOS DA LUTA (DE CURTO E MÉDIO PRAZO)

O movimento social deve ter sempre, de maneira clara, os seus **objetivos de luta**. Quando falamos nisso, temos basicamente três tipos de objetivos: os de curto, de médio e de longo prazo. Sobre os **objetivos de curto e médio prazo**, eles definem **até onde quer chegar o movimento no curto e no médio prazo**.

Um movimento que não tem objetivos anda em círculos e não tem foco. Por isso, poucas vezes conquista algo.

Os **objetivos de luta vão variar de acordo com a luta do movimento social**. Por exemplo: um movimento contra o aumento das passagens de ônibus pode ter como principal objetivo impedir que o aumento aconteça. Neste caso há **somente um objetivo**.

Pode acontecer de haver **mais de um objetivo**. Quando, por exemplo, um sindicato entra em greve e constrói uma “pauta de reivindicações”. As reivindicações, neste caso, são os objetivos da luta. Eles podem ser: conseguir um aumento de 10% para toda a categoria, resolver o problema das perdas salariais dos últimos três anos, remunerar as horas extras, etc. Para um movimento de ocupações, eles podem ser, por exemplo: realizar uma ocupação urbana e conseguir moradia. Para um movimento de desempregados, podem ser: pressionar o governo e conseguir um programa de auxílio, que crie alguma alternativa de renda aos desempregados. Assim por diante.

O fundamental quando o movimento social vai estabelecer uma luta qualquer, é fixar bem os objetivos de curto e de médio prazo. O curto prazo é aquilo que o movimento vai buscar imediatamente e o médio prazo pode variar de seis meses até alguns poucos anos a frente. Para traçar os objetivos, basta responder a pergunta: o que queremos com nosso movimento em um determinado período de tempo (uma etapa)?

CRIAR UM PLANO MAIS OU MENOS ESTRATÉGICO

O plano estratégico do movimento é o caminho que vai ter que ser realizado do “hoje” até o objetivo estabelecido para a etapa mais próxima. Ou seja, é responder: **como atingir os objetivos fixados?**

O plano estratégico deve ser feito estabelecendo etapas, com um objetivo (ou mais) de luta por etapa, e com as ações que vão ser feitas para atingir cada objetivo. No final de cada etapa, o movimento deve sempre parar, fazer uma auto-avaliação e ver se caminhou bem ou não. Se estiver tudo bem, o movimento continua o plano.

Se estiver algo errado, faz as modificações necessárias para que o caminho seja acertado.

Diz-se “mais ou menos estratégico”, pois também **não adianta ficar perdendo tempo planejando nos mínimos detalhes e depois não ter condições de realizar tudo na prática**. O importante é **estabelecer as linhas gerais da “coisa” e partir para a ação**.

UM EXEMPLO PRÁTICO

Um movimento de sem-teto se organiza com o objetivo de lutar por moradia. As pessoas não têm onde morar e acham que ocupar imóveis sem função social é uma boa saída.

O objetivo de luta (curto prazo)

- Ocupar um imóvel sem função social, dando moradia para os militantes do movimento.

Plano estratégico

- Criar quatro comissões: uma para conversar com as famílias que farão parte da ocupação e montar um programa de integração dessas famílias (1), outra para a escolha e avaliação dos possíveis imóveis a serem ocupados (2), outra para discutir como e quando será a ação de ocupação (3) e ainda uma outra que tratará de criar toda a estrutura de funcionamento da futura ocupação (4).

Para isso, será necessário que se reflita quantas e quais pessoas poderão ajudar nas tarefas, quais dessas atividades serão sigilosas e quais serão tratadas em assembleias abertas, qual será o número máximo de famílias que poderá ocupar o imóvel, qual será o prazo para agregar novos interessados na ocupação, enfim, uma série de questões de organização que, se não forem bem pensadas e executadas, certamente comprometerão o objetivo de curto prazo que é a obtenção de moradia para todas as famílias do movimento.

Poderíamos detalhar o **plano estratégico** da seguinte forma, principalmente a partir da observância do **quesito segurança**:

1. A primeira comissão montará um plano que vai definir com quais famílias a comissão irá conversar, estipulando de forma transparente os critérios para que cada família possa integrar a ocupação. Pensará também em organizar assembleias para que as famílias se conheçam e possam estabelecer laços de solidariedade entre elas, o que será muito importante no futuro.
2. A segunda comissão sairá pela cidade verificando imóveis passíveis de serem ocupados. Será fundamental que pensem, estrategicamente, se a melhor alternativa é ocupar um prédio do governo ou um prédio privado, verificar as condições e instalações do prédio, ver como ele está fechado, como as pessoas poderão entrar, etc. No final, apresentará uma ou mais alternativas para que se decida qual é a melhor.

3. A terceira comissão, com os dados da segunda e conhecendo o movimento, pensará como será a ocupação. Discutirá a melhor hora para se ocupar, ou seja, se é melhor que seja de dia, ou à noite, qual será o trajeto que os ocupantes farão, como entrarão no prédio, como enxergar se não houver luz, etc. Discutirá se a ocupação será em um dia de semana, ou em um final de semana, etc.
4. A quarta comissão organizará, com núcleos de ocupantes, uma estrutura que possa fazer funcionar a ocupação, tanto nos primeiros e mais complicados momentos, assim como depois que passar a ameaça imediata de desocupação (se isso acontecer). Esta comissão criará uma estrutura de pessoas que poderá resolver os problemas elétricos e hidráulicos do local, outra que ficará responsável por uma cozinha coletiva (se este for o caso), a criação de uma comissão de segurança, a divisão dos cômodos entre as famílias e assim por diante.

É importantíssimo que se trace o(s) objetivo(s), o plano estratégico e que periodicamente se avalie se o movimento social está no caminho certo. Nada melhor do que a prática para ver se toda a teoria funciona!

O plano estratégico pode ser mais amplo e contar com os objetivos de médio prazo, as ações de médio prazo que serão feitas para alcançar estes objetivos e assim por diante. A principal idéia que se precisa ter em mente é: **planejar é absolutamente fundamental**.

ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES

Todos os movimentos sociais que têm por método organizacional a **democracia direta** devem, obrigatoriamente, ter **assembléias ou reuniões** que são as **instâncias deliberativas** do movimento, ou seja, são o **espaço coletivo da tomada de decisões**.

Um movimento social não hierarquizado não tem uma cúpula que define as coisas e uma base que obedece, por isso, todas as questões do movimento devem ser discutidas e resolvidas no âmbito das assembléias ou reuniões, que são horizontais (participação igualitária e não hierárquica), ou seja, a opinião de todos é igual. Tal condição define de forma direta o grau de organização. Os movimentos que permitem a existência de um chefe ou liderança autoritária não estão suficientemente organizados. Um revolucionário mexicano dizia que quanto mais forte é o povo, menor a necessidade de líderes.

No entanto, para que o movimento social não **perca seu foco** e não passe a **fazer das reuniões e assembléias o seu fim**, algumas questões devem ser observadas.

EFICÁCIA NA TOMADA DE DECISÕES

As **instâncias de discussão e decisão** do movimento social devem ser **um meio** e não um fim em si mesmas. Pode parecer exagero falar isso, mas o fato é que tem gente que acha que a função de um movimento social é fazer reuniões e assembléias horizontais.

Não! As **reuniões e assembléias são somente um meio para que o movimento discuta e tome suas decisões** e por isso, as **reuniões precisam ser eficazes**. Isso significa que elas têm que possibilitar a **participação de todos**, o **bom entendimento das questões discutidas**, os **diferentes posicionamentos** sobre as questões e, principalmente, a **tomada de decisões**. Não mais do que isso.

Deve haver uma preocupação para que as **coisas realmente sejam resolvidas** e que o movimento social **não fique só no debate**. Para isso, é importante que a **pauta esteja bem definida**, que as **opiniões sejam dadas no menor tempo possível**, que as pessoas **não fiquem repetindo idéias** que já foram colocadas e que o movimento **delibere as questões de fato**. Como dito, o **consenso deve ser buscado**, mas **se não houver consenso, deve haver uma votação e todos seguem a posição que vencer**.

É importante também que se pense um **método adequado para cada tipo de decisão**. As **decisões não muito importantes** devem ser **decididas sem perda de tempo**. As **decisões importantes** devem **despender mais tempo dos militantes**. Além disso, pode haver **critérios diferentes para cada decisão**: as **mais simples podem ser votadas** vencendo a **maioria**, as de **média importância podem ser votadas** vencendo com **mais de 2/3** dos votos. Aquelas **decisões muitíssimo importantes podem seguir o método do consenso**. É fundamental **estabelecer um teto**, ou seja, um **tempo máximo para cada discussão e para as próprias reuniões e assembléias**. Ninguém gosta de passar o tempo inteiro em reuniões e assembléias.

A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Como o movimento social defende a **democracia direta**, as tomadas de decisão devem ser as **mais democráticas possíveis**, ou seja, devem proporcionar um **ambiente em que as opiniões e sugestões de todos sejam ouvidas**, que todos tenham um **nível semelhante de informações** para poder opinar e que as **decisões não sejam tomadas por coação ou por medo**. Por exemplo: um movimento não pode tomar as suas decisões porque um membro ameaça os outros ou porque faz chantagem com eles.

Também **não é correto** que indivíduos ou setores do movimento social sejam **silenciados ou impossibilitados de dar a sua opinião ou de participar das tomadas de decisão**.

Todos devem participar, tanto das discussões, como das tomadas de decisão. Para isso, é fundamental que todos saibam com antecedência das **datas e horários** das reuniões e da **pauta** que será discutida. Eventualmente a pauta pode ser resolvida no início da reunião ou assembléia, mas o ideal é que isso seja definido antes, possibilitando a todos um momento anterior de reflexão sobre as questões.

PRIORIDADES, MODERAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS

Para que as tomadas de decisão possam fluir bem, devem ser **estabelecidas prioridades**, ou seja, **saber o que é mais importante na hora de se decidir**. O movimento social deve gastar **mais tempo com o que for mais importante e menos tempo com o que for menos importante**. Muitas vezes é melhor colocar os **temas**

mais importantes no começo, quando se pode contar com a **maioria das pessoas**.

É sempre importante ter **alguém para moderar a reunião**. O moderador **não tem nenhuma hierarquia sobre os outros**, mas **ajuda a encaminhar os temas, as discussões, anima a reunião, facilita a tomada de decisões e garante que os objetivos da reunião sejam atingidos**.

Sempre que se resolver algo, é importante que exista uma **ata colocando o que foi resolvido, distribuindo as responsabilidades das tarefas que ficaram pendentes e colocando datas para a entrega das pendências**. Os encaminhamentos das reuniões e assembleias (resoluções, atividades a serem realizadas) devem **sempre ser acompanhados e cobrados** pelo movimento social, obviamente, **de maneira não-autoritária e observando os critérios da ética do movimento social**.

AS RELAÇÕES PESSOAIS

As **relações pessoais** devem sempre primar por um **ambiente de cooperação e de apoio mútuo** em que os **membros do movimento social se vêem como companheiros de luta e se tratam como tal**.

O **clima de trabalho deve ser agradável**, deve **haver respeito mútuo**, os **conflitos devem ser resolvidos de maneira não violenta** e deve **haver confiança entre os militantes**.

Isso fará com que a **luta se fortaleça** e que o **lado pessoal não se sobreponha ao lado político**.

<p>Não precisamos gostar de todos do movimento social pessoalmente, ou seja, não somos obrigados a ser amigos de todo mundo, mas temos obrigação de respeitar todos os que são companheiros de luta.</p>

COMUNICAÇÃO E IMPRENSA

Um movimento social deve contar com um **setor ou comissão que se encarregará da parte de comunicação e imprensa**. Este setor será responsável por fazer com que as **demandas do movimento possam ser divulgadas para a sociedade**.

Sabemos que **grande parte da imprensa está comprometida com o capitalismo**, mas **existe gente boa neste meio que pode ajudar**. Os companheiros de comunicação e imprensa devem buscar **estabelecer um relacionamento** com jornalistas, radialistas, editores, etc. que **são simpáticos à causa do movimento** e mantê-los **informados sempre das denúncias que o movimento faz, das ações realizadas, das conquistas, da repressão policial, etc.**

Além disso, o movimento social deve **comunicar a sociedade e buscar apoio diretamente**, pelos **veículos de mídia independente** como **rádios livres/comunitárias**, com a **publicação de cartazes e panfletos**, com **sites de publicação aberta** e toda esta estrutura de comunicação que não está integrada no que se pode chamar “grande

imprensa”.

O movimento social precisa sempre de todo apoio da sociedade e por isso deve divulgar o maior número possível de informações. Para isso, pode utilizar dois meios. Um, possuindo bons contatos com pessoas específicas que estão dentro dos grandes veículos de imprensa. Outro, utilizando os veículos de mídia independente. De qualquer forma, o objetivo é comunicar a causa do movimento, fazer conhecer suas questões e buscar o maior número de apoiadores e de gente simpática à causa.

APOIO JURÍDICO

A **luta** do movimento social **geralmente implica em repressão**. Demonstrou-se aqui que uma das formas de o sistema capitalista se manter é por meio do **Estado**, que se encarrega de “manter as coisas funcionando”, ou seja, de **manter a sociedade de classes e seus privilégios**.

Quando um **movimento social se organiza e estabelece um objetivo de luta**, ele vai **mobilizar as pessoas** que estão interessadas em um determinado assunto e **por meio da ação direta, vai reivindicar**.

Quanto maior for a força social do movimento social, e quanto mais ele questionar as raízes do sistema capitalista, maior será a probabilidade de repressão. Assim também, na medida em que as atividades e a luta do movimento aumentam, aumenta a resposta do Estado, vinda em forma de repressão.

Isso pode acontecer de várias formas: repressão de manifestações de rua pela polícia, prisão de militantes, processos, etc. Por este motivo, **é fundamental que todo movimento social tenha contatos bem estabelecidos com um “corpo jurídico” de advogados que dará apoio nas questões legais**.

Os advogados podem ajudar de muitas formas. Primeiramente, podem ajudar como “consultores” do movimento, por exemplo, ao auxiliar um movimento de sem-teto a identificar imóveis do governo que estão desocupados ou mesmo auxiliando a identificar imóveis privados com brigas familiares na justiça. Isso em uma situação que não é de repressão. Quando acontece a repressão são os advogados que poderão ajudar o movimento a encaminhar denúncias públicas, que poderão impedir que militantes sejam presos, ajudar a soltar os militantes (em caso de prisão), ou mesmo defendê-los em uma possível ação.

È fundamental lembrar que: quando há mobilização, invariavelmente, o movimento social acaba por mexer nos privilégios da sociedade burguesa e geralmente, quanto mais se questiona esses privilégios, maior é a repressão. O apoio jurídico dos advogados será fundamental para o movimento social, principalmente em situações de repressão. Entretanto, ele jamais deve orientar as estratégias ou objetivos políticos da luta. Ele não deve fazer com que as pessoas se desmobilizem por acreditar em um advogado que vai resolver tudo por todos. O Direito é uma instituição burguesa e não se pode esquecer disso, portanto, o apoio jurídico é secundário em relação à organização da luta.

ALGUNS CUIDADOS QUE DEVEM SER TOMADOS

Deve-se atentar para **não deixar que valores da sociedade capitalista se engendrem no movimento social**. Posições que devem ser combatidas no dia-a-dia são: **hierarquia e posições autoritárias**; o **comodismo e a preguiça de lutar**; o **nacionalismo e as defesas do Estado**; a **competição e o individualismo**; as **calúnias e os desentendimentos pessoais**; o **racismo, o machismo, a homofobia** e outros preconceitos da sociedade; as **drogas e o alcoolismo** que alienam e que afastam da luta; o **paternalismo e o assistencialismo**, de pessoas que “têm pena” e que querem, na realidade, só repartir as migalhas que caem de suas mesas. Deve haver grande **cuidado com isso**.

AS LUTAS DE CURTO E MÉDIO PRAZO

Invariavelmente, a luta do movimento social é por uma **questão concreta**, e assim deve ser. Por exemplo: pode-se estar em um movimento de desempregados lutando pela geração de renda; ou entre os sem-terra lutando por assentamentos rurais; pode-se ainda estar nas comunidades, conscientizando pela mensagem contra-cultural do hip-hop; no sindicato lutando por um aumento de salário, etc. Estes são os **objetivos de curto e médio prazo do movimento social**.

Todo movimento social deve ter seus objetivos de curto e médio prazo, pois são eles que **trarão as conquistas que vão tornar menos sofridas as vidas dos militantes**. Não é errado lutar por emprego, por terra, por moradia ou melhores salários. Aliás, a busca por estes ganhos deve **sempre estar presente**, pois é **ela que motiva e mobiliza as classes exploradas**. Um movimento que prometa uma boa vida daqui a 50 anos não atrai gente. Ele precisa ter, sempre, a **perspectiva de conquistas imediatas**.

ISSO NÃO É REFORMISMO?

Defendeu-se até agora que **o objetivo do movimento social é a construção da organização popular que tem como fim derrotar o capitalismo**, ou seja, de um **modelo de organização que é anticapitalista**. Como um movimento anticapitalista pode lutar por ganhos dentro do capitalismo? Isso não seria o que geralmente se chama de “reformismo”?

Não. **O que caracteriza o reformismo é o projeto político e a perspectiva de luta que uma pessoa, um grupo ou movimento possuem**.

Quando os ganhos de curto e médio prazo são vistos como um fim, então podemos caracterizar aquele(s) que defende(m) esta posição como reformista(s). O reformista é aquele que acredita que o capitalismo possa ser melhorado e considera isso como um fim ideal.

Por exemplo: uma pessoa que acha que há solução para os problemas da sociedade dentro do capitalismo, é uma pessoa reformista. No entanto, **isso é radicalmente diferente de alguém que, mobilizado em torno das lutas de curto e médio prazo,**

possui um projeto político e uma perspectiva de luta de longo prazo.

A PERSPECTIVA DE LONGO PRAZO

A perspectiva de luta de longo prazo é a concepção que se tem em torno do **objetivo último**, ou seja, é a resposta da questão: **ao final de toda a luta, onde se pretende chegar?** Quem é **reformista** defende que o **fim** onde se quer chegar está **dentro do capitalismo**. Por exemplo: um movimento de desempregados que acha que ao conseguir um emprego tudo está resolvido é um movimento reformista. Um movimento de sem-teto que acha que ao conseguir moradia a luta terminou é um movimento reformista. E mesmo um movimento de favela que luta para ser reconhecido e aceito pelos seus exploradores, às vezes na figura do Estado, pode tomar idêntica orientação. Isso porque **o capitalismo vai continuar a existir e a gerar novos excluídos. A exploração e a dominação vão continuar.**

No entanto, a luta não é contra a exploração e a dominação? Então, mesmo que mobilizado em torno das questões de curto e médio prazo, **o movimento, se quiser apontar para a construção da organização popular, deve ter o que se chama de perspectiva de longo prazo.**

A perspectiva de longo prazo existe quando o movimento acha que sua luta de curto e médio prazo não é o fim. O fim, para um movimento que quer lutar contra a exploração e a dominação, é acabar com o capitalismo, ou seja, lutar para substituir o sistema capitalista. A luta de curto e médio prazo e a perspectiva de longo prazo não são excludentes, mas complementares.

Por este motivo é fundamental, sempre, **em absolutamente todos os casos, sustentar esta perspectiva de longo prazo de combate e de derrubada do sistema capitalista, apontando para a construção de uma nova sociedade.** As lutas de curto e médio prazo servirão para as conquistas do dia-a-dia, que aliviarão o sofrimento diário, e serão uma escola, pois só se aprende verdadeiramente na luta. Essa é uma afirmação baseada na prática. Por isso, é importante a **memória das lutas sociais**, pois ela forma o **acúmulo das experiências** adquiridas pelos **movimentos sociais** através dos tempos.

ISSO SIGNIFICA SER REVOLUCIONÁRIO?

Sim. Um movimento que está organizado em torno de uma luta de curto e médio prazo e que a utiliza como meio para um objetivo maior, contra o capitalismo, é um movimento revolucionário.

O projeto de movimento revolucionário está ligado a uma concepção de **organização de base** que, quanto mais **mobilizada e radicalizada** estiver, mais apontará para uma perspectiva revolucionária, ou seja, para a **superação do sistema capitalista.**

Revolucionário é quem defende que o capitalismo deve ser substituído por um novo sistema, fundado na igualdade e na liberdade.

QUEREMOS “TOMAR O PODER”?

A concepção de “tomar o poder” é ultrapassada e equivocada. Isso porque o objetivo, quando se combate um sistema de exploração e dominação, não é a criação de um novo sistema que explora e domina. A concepção de tomada de poder parte do pressuposto que o problema é quem está no poder e não o poder em si – é aquela idéia de trocar o rei, sem acabar com a monarquia.

Na realidade, o problema não é quem ocupa o Estado, mas sim o Estado. Por isso, não adianta achar que se tomarmos o poder do Estado poderemos fazer a mudança necessária na sociedade. Nesse sentido, o Estado deve ser destruído porque facilita a dominação dos explorados pela classe dominante.

Como se viu, o Estado é, uma ferramenta eficaz em favor da burguesia. Não se mudam as coisas entregando ao poder centralizado todas as conquistas da classe. A forma de organização do Estado é centralizadora e tende a eliminar todas as outras formas de organização democráticas defendidas até aqui para o movimento social. A história recente do Brasil, inclusive, atesta que mesmo chegando à presidência da República um operário sindicalista, ainda assim, as coisas não mudam a favor dos movimentos sociais.

O PODER POPULAR

Muitos movimentos sociais falam na criação do “poder popular”. Essa bandeira é a mais adequada?

O conceito de “poder popular” é muito amplo. Há pessoas que o defendem, e possuem boas idéias e conceitos que se aproximam muito dos definidos aqui por “organização popular”. No entanto, muitos outros que defendem o “poder popular” estão pensando nele da maneira autoritária, como as construções “pelo centro”, das formas ditatoriais, exploradoras e dominadoras.

A concepção de poder popular que se aproxima da organização popular aqui defendida sustenta que o poder, na realidade, é uma relação de disputa política permanente entre capitalistas e anticapitalistas e que construir o poder popular seria aumentar a força social ao lado dos anticapitalistas. Dessa forma, a partir das mobilizações sociais e populares se estaria contribuindo com a força social que se sobreporia ao capitalismo. Neste caso, a idéia de poder popular é bastante semelhante à aqui defendida; a mesma coisa com palavras diferentes.

No entanto, há pessoas que defendem o “poder popular” pela construção de movimentações que sustentem vanguardas descoladas da base, relações hierárquicas nos movimentos, partidos que se sobrepõem aos movimentos sociais, pessoas que buscam libertar a sociedade por meio do Estado, tiranias e burocracias de todo o tipo. Neste caso, o poder popular não tem absolutamente nada a ver com o que aqui se chama de organização popular.

A NOVA SOCIEDADE QUE É NECESSÁRIO CONTRUIR

A **organização popular aponta**, como vimos, **para um objetivo de longo prazo**, que é a **substituição do capitalismo**. Isso significa **criar um novo regime social**, ou seja, uma **outra forma de organização da vida social**.

Como isso é um **projeto de longo prazo**, é impossível ter absolutamente tudo pensado, mas é o caso de deixar aqui **algumas reflexões sobre o tema**.

UMA SOCIEDADE SEM CLASSES

Diferentemente do capitalismo, a **nova sociedade não possuirá classes**. **Não haverá quem domina, quem explora, quem é dominado e quem é explorado**. Esta nova sociedade estará pautada na **solidariedade e no apoio mútuo** e as pessoas não vão mais se considerar concorrentes, mas sim **companheiras**.

Dessa forma, a **solidariedade irá substituir a desconfiança mútua e a cooperação terminará por triunfar sobre a competição**. Uma vez que a **propriedade privada**, hoje fonte de tantas divisões na sociedade, e fator de poder da burguesia, **cederá lugar à propriedade coletiva dos meios de produção (incluindo terras), distribuição, troca, das casas**, etc.

A dominação e a exploração deverão ter sido eliminadas e **apesar de haver conflitos**, que são inevitáveis, o mais importante é **ter um sistema que não permita que uns poucos vivam bem às custas de muitos outros que vivam mal**.

SEM PROPRIEDADE PRIVADA E COM AUTOGESTÃO

Para que essa **nova sociedade** esteja fundada na solidariedade e no apoio mútuo, ela **não deve sustentar as instituições do capitalismo: a propriedade privada e o Estado**. Em seu lugar, como forma de reorganização social, deverá ser implantado o regime de **autogestão econômica e o federalismo político**.

A propriedade privada deverá ter sido extinta e **ninguém mais poderá empregar outras pessoas e roubar parte de seu salário (mais-valia)**. Neste modelo, **nenhuma pessoa é dona dos meios de produção** – máquinas, ferramentas, terras, fontes de energia, etc. – pois todos eles são **coletivos**.

<p>Dizer que algo é coletivo significa que não pertence mais a uma só pessoa. Quando algo é coletivo é de todos. Todas as pessoas envolvidas em algo são donas daquilo e juntas tomam as decisões de como utilizá-lo.</p>
--

Vamos dar um exemplo prático. Consideremos uma fábrica de cadeiras. Na sociedade futura, a fábrica e tudo o que pertencer a ela – máquinas, ferramentas, terreno, etc. – é propriedade coletiva; não pertence a uma ou mais pessoas. Então uma pessoa não pode vender a fábrica, não pode ser chefe dos outros, não pode explorar os outros. Tudo na fábrica é coletivo, e todos os trabalhadores são iguais em poder de decisão.

<p>Tudo o que for resolvido deve ser um acordo entre o coletivo de trabalhadores que,</p>
--

em igualdade, decidirá o que fazer com tudo o que diz respeito a seu ambiente de trabalho. Isso se chama autogestão, e acontece quando as decisões saem das mãos da classe dominante e vão para os conselhos de trabalhadores que tomam suas decisões sobre tudo o que lhes diz respeito.

Isso não é sonho, já aconteceu em alguns momentos na história do ocidente. Na **Comuna de Paris**, em 1871, os trabalhadores além de tomarem as fábricas votavam nos seus representantes por áreas de produção. Não havia salários superiores e todos tinham função rotativa, ou seja, assumiam tarefas uns dos outros em períodos diferentes do processo produtivo. Foi assim também, durante mais de 30 meses, na **Revolução Espanhola**, em 1936-1939, palco de inúmeras experiências de autogestão que, em certas regiões, alcançou resultados muito superiores aos verificados nos moldes conservadores anteriores. E isso durante uma guerra civil.

SEM ESTADO E COM FEDERALISMO

Como o **capitalismo deve ter sido abolido**, o **Estado também não deve mais existir**. Ao invés de Estados nacionais a sociedade futura deve estar pautada na **livre associação entre as pessoas**. E isso pode acontecer em **qualquer território**, por isso a **nova sociedade é internacionalista**.

Neste modelo não há mais democracia representativa. O povo se reúne em conselhos e toma suas próprias decisões. Quando há necessidade de articulação, escolhe-se um delegado que leva as posições deste conselho e se acerta com outros. Todas as funções políticas são rotativas e revogáveis (o representante, se for o desejo da base do conselho, pode ser retirado da função a qualquer momento). A isso damos o nome de federalismo.

O federalismo também possui uma memória histórica. Durante os primeiros anos da **Revolução Russa**, iniciada em outubro de 1917, os trabalhadores e soldados do povo decidiam tudo nos chamados *soviets*, ou conselhos. Estes eram as instâncias máximas decisórias. Posteriormente, com a burocratização da revolução, e o aparelhamento dos *soviets* por um partido político, esta experiência perdeu seu teor original.

A VERDADEIRA DEMOCRACIA

Esta sociedade de **autogestão e federalismo** promove a verdadeira democracia, ou seja, o **verdadeiro governo no povo**. Nela, não são os capitalistas e os políticos que governam, mas o próprio povo organizado.

Em uma verdadeira democracia, o povo se autogoverna. Ele é soberano, toma suas próprias decisões e não é dominado nem explorado.

Essa “nova democracia” deverá orientar também toda uma **nova concepção de educação e de cultura** que **edueque as pessoas para a liberdade e para a igualdade**. Desta forma, estimulando uma cultura de solidariedade e de apoio mútuo, reforçando este modelo de sociedade em oposição ao anterior.

LIBERDADE E IGUALDADE

Os dois valores básicos a serem promovidos na sociedade futura são a liberdade e a igualdade.

A liberdade como sendo a possibilidade de todas as pessoas desenvolverem todas as suas potencialidades, capacidades, criatividade sem que alguém as domine ou explore.

A igualdade como sendo a possibilidade de todos escolherem que caminho seguir. Assim, não há mais este abismo entre ricos e pobres e todos possuem mais ou menos o mesmo nível, pois possuem as mesmas oportunidades. Isso não significa dizer que se tentará uniformizar a todos, mas sim que em um sistema deste tipo não há desigualdade e não há hierarquia. E, uma vez que a propriedade será coletiva, tudo será organizado em favor de todos.

OS MEIOS DA ORGANIZAÇÃO POPULAR E A PEDAGOGIA DA LUTA

Para a conclusão do material sobre organização popular, há uma reflexão importante. Todos os meios dos quais se utiliza a organização popular, estão em pleno acordo com a nova sociedade que é urgente construir.

É por isso que a as lutas do dia-a-dia, além de trazerem as conquistas, já colocam em evidência os valores éticos da nova sociedade que se deve construir. Todo o processo de luta apontado aqui permite concluir que é fundamental a utilização dos meios adequados para se atingir os fins pretendidos. Na realidade, os fins estão nos meios. Não se pode chegar à liberdade restringindo a participação das pessoas ou a igualdade mantendo alguns privilégios, tudo deve ser já transformado nos métodos utilizados na luta. A luta em si, como já foi dito, é uma fonte enorme de aprendizado é ela que educa a classe.

E isso é absolutamente importante: a defesa da coerência entre meios e fins. No modelo da organização popular, todo o processo de luta – ou seja, os meios – está condizente com os fins, que são a derrubada do capitalismo e a construção de uma nova sociedade. Pode-se afirmar que os meios devem ser absolutamente condizentes com os fins que se deseja atingir.

É lutando que se aprende a lutar. Na mobilização do dia-a-dia aprendem-se coisas que nenhuma escola pode nos ensinar. Na prática, a teoria fica muito melhor. Portanto, mãos à obra, vamos deixar de teoria e partir para a prática!

“LIÇÃO DE CASA”

Construir a organização popular!

CONSTRUIR O PODER POPULAR O GRANDE DESAFIO DO NOVO SÉCULO

Gilmar Mauro

Vivemos numa época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo. Portanto, é compreensível que somente uma alternativa socialista radical ao modo de controle metabólico social tenha condições de oferecer uma solução viável para as contradições que surgem à nossa frente. (Mézáros, 2002).

Apresentação

1. A dialética das lutas socialistas

1.1 A relação vanguarda e massa

1.2 Aprendendo com a história

- a. O limite da transposição mecânica de experiências e de teorias*
- b. A questão da vanguarda: o caso brasileiro*
- c. A questão do poder*
- d. A máquina do Estado como agente principal de mudança*
- e. O partido e os movimentos sociais*

2. Neoliberalismo e as conseqüências para a luta de classes no Brasil

2.1 Estado, Território e Classes Sociais: um novo sujeito histórico?

2.2 Formas de participação social: limites e possibilidades

- a. O Orçamento Público do Município, Estado e País*
- b. O poder político no Município*
- c. A parte e o todo*
- d. Assentamentos, acampamentos e os municípios*

3. Desenvolver práticas para o exercício da construção do poder popular

3.1 Acompanhar e estimular as novas formas de ação e organização

3.2 Metodologia, formas organizativas, desafios na construção do poder popular: É preciso construir um Movimento pelo Poder Popular?

Considerações finais (ou iniciando o debate...)

APRESENTAÇÃO

Existe um certo consenso, entre os estudiosos e os diversos movimentos sociais, de que vivemos um período de crise histórica profunda. Falo, mais especificamente, de uma crise profunda provocada pelo sistema do capital, gerando desigualdades e diferenciações sociais que não mais se escondem no seio da sociedade, ou que não pode mais ser minimizada por meio da construção de pequenas e passageiras políticas sociais de controle da classe trabalhadora como um todo, representadas pelas conquistas e tentativas de manutenção dos direitos civis e trabalhistas. Não se trata, também, de falar da superação do “fim da história” para aqueles que chegaram a acreditar que as utopias socialistas haviam morrido ou foram sufocadas com a queda do bloco soviético. Trata-se de identificar as saídas históricas, já encontradas pelos trabalhadores (as) na sua luta política cotidiana, como forma de contestar esta sociedade (do capital) e propor a sua real e possível transformação.

O esforço, aqui concentrado, é compartilhar algumas reflexões sobre a nossa tarefa histórica quanto classe trabalhadora, na luta pela construção de um novo tipo de sociedade, na qual estaremos livres da opressão da propriedade privada e da exploração de uns pelos outros. Ainda que, a crise do atual sistema queira fechar as fendas que se apresentam para a construção dessa sociedade, ou seja, da sociedade socialista, quero, justamente, destacar, os vazamentos de espontaneidade (coordenadas ou não) da luta dos trabalhadores efetuada no sentido de se fazer resistência à hegemonia global do sistema do capital.

Buscando refletir sobre a construção do poder popular, o texto que se segue é dividido em três partes, sendo que na primeira, A dialética das lutas socialistas, procuro fazer uma análise das táticas adotadas pela classe trabalhadora e levantar alguns elementos que levaram à derrota do socialismo real. Entendo, que apontar as contradições históricas enfrentadas, nos permitirão ver novos caminhos rumo à construção de uma sociabilidade livre da opressão e exploração. Ainda nesta parte, destaco elementos da situação atual brasileira, ressaltando as experiências adotadas pela esquerda partidária. Também, estão inclusas algumas reflexões sobre o tema do Poder, do Estado, do Partido e suas relações com os movimentos sociais, que precisam ser aprofundados na perspectiva da construção do poder popular e do novo sujeito histórico.

Na segunda parte, denominada de Neoliberalismo e as conseqüências para a luta de classes no Brasil, apresento a real necessidade de derrotar o sistema do capital para superar o neoliberalismo. Para isto, somente poderemos contar com a própria organização da classe trabalhadora, já que não há nenhum setor da burguesia brasileira que, ainda, se apresente com algum tipo de projeto nacional desenvolvimentista como possibilidade transformadora da estrutura política-econômica aplicada atualmente.

Na terceira e última parte, Desenvolver práticas para o exercício da construção do poder popular aponto alguns elementos sobre: metodologia, formas organizativas e os desafios na construção do poder popular. Destaco a construção dos núcleos do instrumento, os conselhos populares e, inclusive, uma sugestão de construirmos um Movimento Político pelo Poder Popular. Para ilustrar o significado da construção do poder popular, abordo o tema da participação no MST e a busca pela construção do instrumento político.

Por fim, as idéias aqui sistematizadas, ainda encontram-se em debate, aprofundamento, revisão, contestação e reconstrução. Mas já se apresentam como uma síntese preliminar de inúmeros debates ocorridos em torno do tema da Construção do Poder Popular. Nesse sentido, acredito que socializá-las, mais do que colocar um ponto final no debate, significa ampliar e expandir as possibilidades de interpretação da nossa realidade e afirmação da nossa tarefa quanto classe social. Por isso, a síntese apresentada é resultante de várias re-elaborações e colaborações, em que acredito, possam ser somadas por outras tantas na perspectiva de amadurecermos sobre o desafio que se apresenta: a organização da classe trabalhadora e a construção do Poder Popular.

Gilmar Mauro.

São Paulo, abril de 2006.

1. A DIALÉTICA DAS LUTAS SOCIALISTAS*

Com a revolução Russa iniciou-se um processo no qual mais de um terço da humanidade rechaçou o capitalismo e iniciou a construção de um novo modo de produção e organização social. No caso Russo, mesmo sendo um dos países tecnologicamente mais atrasados da época, conquistou-se, em pouco mais de 30 anos, uma posição de destaque no cenário mundial. O mesmo ocorreu na maioria dos países que optaram pelo rompimento com o capitalismo, objetivando a construção do socialismo. Nestes países, obteve-se como saldo a melhoria nas condições de vida e trabalho, resolvendo vários dos mais graves problemas sociais que afetavam o povo, como: educação, saúde, alimentação etc. Apesar de enfrentarem o isolamento político e agressões internacionais, bem como, de se encontrarem em grande desvantagem no grau de desenvolvimento de forças produtivas das potências centrais, as vontades e decisões daqueles povos fizeram com que a humanidade entrasse na era das revoluções socialistas.

Portanto, seria um grande equívoco, querer apagar da memória histórica da humanidade a existência das várias experiências de construção do socialismo, desde a Comuna de Paris até as revoluções do século XX. A crise do chamado socialismo real não invalidou as tentativas feitas e nem finalizaram a busca por formas de organização social que almejassem o fim da exploração. Pelo contrário, apresentou-se como um momento de autocritica radical que, recuperando a história das lutas pelo socialismo, permitiram, cotidianamente, o seu ressurgimento sobre novas formas de resistência.

A dialética da luta socialista é marcada por profundas contradições históricas entre fluxo e refluxo das lutas sociais, não permitindo uma análise linear dos processos revolucionários. Podemos destacar que, contraditoriamente, após a derrota da Comuna de Paris e da dissolução da internacional dos trabalhadores que Marx e Engels ajudaram a construir, deu-se uma grande difusão das idéias socialistas na Europa com a fundação da II internacional. Foi nessa erupção de idéias e lutas sociais que, na contramão da vitória da I Grande Guerra Mundial pelas potências capitalistas, ocorreu a 1ª Revolução Socialista vitoriosa (a Revolução Russa) e fundou-se a Internacional Comunista. Posteriormente, no pós - II Grande Guerra, o mundo assistiu os Yugoslavos e Chineses insurgirem-se contra o tratado de Yalta, entre soviéticos e estadunidenses, e proclamarem seu direito à revolução socialista. Foi, também, em plena guerra fria, contrariando a maioria das análises teóricas do período, que o povo cubano enfrentou o imperialismo norte americano, sendo vitorioso. Na mesma época, o mundo viu surgir a resistência no Vietnã, Nicarágua e tantos outros países contra o império Norte-

Americano e a instalação dos Governos Ditatoriais. Deste mesmo modo, podemos ver na atualidade, o povo latino americano enfrentando o neoliberalismo e a ALCA, bem como os povos no Oriente Médio resistindo às ocupações militares norte-americanas. Ambos marcados por fortes lutas sociais e golpes militares orquestrados pelo Império Estadunidense. Estas resistências se apresentam de vários modos: no caso Venezuelano sufocando o golpe militar e construindo um governo revolucionário de transição; no caso Iraquiano, a luta diária do povo, construindo a instabilidade política-econômica dificultando a supremacia e governabilidade norte-americana no conjunto da sociedade.

Talvez seja por isso que Marx comparou a revolução a uma toupeira que passa a maior parte do tempo trabalhando nas entranhas da terra e de repente seu longo trabalho se faz sentir. Contrariando as falácias dos intelectuais burgueses que decretaram o fim da história, a revolução e a luta pelo socialismo sempre se fazem presentes. Até porque, para a grande maioria da humanidade a história (entendida no desenvolvimento pleno das atividades humanas) ainda não começou. Além dos muitos entraves sociais e ambientais criados e não resolvidos pelo capitalismo, grandes massas de trabalhadores, no campo e na cidade, não têm no sistema do capital qualquer possibilidade de solução para o seu profundo estado de empobrecimento e para a situação de barbárie em que se encontram. Restando, por isso, como única alternativa a revolução social.

Se por um lado, o socialismo faz parte integrante da histórica como perspectiva de superação da desigualdade e injustiça alimentada na ordem do capital em meio às contradições e crises, por outro lado, a história do capitalismo, também não é linear, mas sobrevive em meio às suas crises cíclicas, mesmo tendo como fundamento a propriedade privada e a exploração do trabalho. Historicamente, no desenvolvimento foi necessário um longo tempo de amadurecimento das relações de produção existentes para que a ordem feudal se colocasse como real obstáculo ao seu crescimento, sendo, então, necessária a revolução burguesa e a substituição do poder monárquico, consolidando, definitivamente o Estado Burguês. Assim, a burguesia nascente se assentava sob condições diferentes das da nobreza e, aliada das inovações técnico-científicas da época, não teve grandes dificuldades em opor a ética autocrática, justificadora da ociosidade e do parasitismo social, à uma filosofia do trabalho, do mercado e do lucro. Pôde fazê-lo, inclusive, por que acumulava riquezas e, habilmente, foi construindo e disseminando seus valores enraizados na construção do seu próprio sistema educacional (pautado na idéia de uma educação laica), além de colocar a seu serviço grande parte da elite intelectual e artística originária da nobreza.

O capitalismo, desde a sua origem, se caracterizou por sua vocação internacional (necessidade de ampliação da taxa de lucro em escala global), fazendo do mercado mundial uma instância privilegiada para o seu desenvolvimento. Em conformidade com Rui Mauro Marini, o mercado mundial é uma forma de ampliar o acúmulo de mais valia, e também, o espaço em que as contradições atingem níveis gigantescos, tornando-as, ao mesmo tempo, universais. A conquista de novos territórios e a expansão da área de influência dos países imperialistas - processo que se deu desde a fase de acumulação primitiva e continua ao longo do seu desenvolvimento - lhe permite amenizar as contradições no centro do sistema, transferindo para a periferia o seu potencial destrutivo e explosivo. Esta (talvez) é uma das razões pela qual as insurgências contra o capitalismo e as tentativas de construção do socialismo, no século XX, tenham ocorrido nos países mais atrasados, aonde a exploração capitalista dispensa artificios e disfarces. Isso trouxe duas conseqüências ao socialismo nascente: (1) implementar-se sobre uma base material incipiente, pouco desenvolvida e, portanto, pouco capacitada para enfrentar a competitividade com o mundo capitalista e, (2) conseqüentemente, ter que organizar o povo, que se por um lado ainda não tinham acessado plenamente as

possibilidades que o desenvolvimento tecnológico e que a cultura burguesa oferecia, por outro, já internalizava parte de seus valores, tais como: sujeitar-se à submissão do trabalho alienante na busca da apropriação privada dos bens de consumo (e produção), movidos pela idéia de que o homem vale aquilo que tem (representado pela posse de bens e, sobretudo, dinheiro). As experiências africanas, sandinistas e, mesmo a Russa são exemplos disso.

Portanto, se o proletariado surge com o desenvolvimento do capitalismo, sua existência, também, está associada a uma cultura burguesa hegemônica. Nesse sentido, ele encontra como enorme obstáculo à transcendência desse estilo de vida (burguesa), mesmo depois da conquista de poder. Esta é, com certeza, uma das tarefas mais difíceis do período de transição e, não há dúvidas, de que o fracasso nesse terreno foi uma dos elementos que derrotou o processo revolucionário, dentro dele mesmo.

Para a classe trabalhadora, tal qual foi para a burguesia, a conquista (e reestruturação) do Estado é fundamental ao empreendimento da tarefa socialista. Contudo, precisamos ter claro de qual Estado estamos falando. É certo, porém, que o capitalismo já coloca as premissas para o socialismo, ao concentrar a propriedade dos meios de produção e socializar o processo de trabalho ao mesmo tempo em que proletariza amplas massas. No caso aonde as revoluções socialistas ocorreram, estas condições eram precárias, assim como o eram os seus aspectos subjetivos. Essa realidade orientou, como forma de opor-se às pressões externas que os países capitalistas faziam, a construção de políticas que potencializassem o desenvolvimento das forças produtivas, organizando, inclusive, o trabalho alienante (em nome da revolução). Exemplo expressivo disso foi o caso Russo quando se tentou suplantar os mecanismos de mercado pela planificação centralizada, o que mais tarde se tentou corrigir com a NEP. Outro aspecto notório foi a integração e subordinação forçada das várias etnias - algumas até conflitantes - sem reconhecer as diferenciações culturais existentes, padronizando-se modos de vida sob um Estado Centralizador.

Por isso, mesmo sendo imprescindível a conquista do poder do Estado pela classe trabalhadora para imprimir sua ética e valores no período de transição, isto não significa que se logrará transformar, de um dia para o outro, as estruturas de uma sociedade. Principalmente onde haja, na condução do Estado, uma classe cujo desenvolvimento, no seio da sociedade anterior, não conseguiu amadurecer ideologicamente uma consciência crítica da cultura e modo de vida burguesa. Portanto, tomar o Estado quanto elemento concreto de derrota da burguesia e do capitalismo sem a construção de uma subjetividade enraizada sob uma ética da socialização da propriedade e superação da cultura do consumo (como modo de vida burguês), torna-se uma tarefa inconclusa.

* Para essa parte do texto utilizei, inclusive com transcrições literais, as reflexões de Rui Mauro Marini contidas no texto “Duas notas sobre o Socialismo”, de 1993.

1.1. A relação Vanguarda e Massa

A alternativa encontrada pelos revolucionários para superar o enraizamento da cultura burguesa no meio do povo, além de enfrentar as estruturas rígidas e conservadoras dos países tecnologicamente atrasados foi uma estratégia baseada na dinâmica das vanguardas. Com isso se confiava que a gestação de uma nova ética e uma nova cultura no seio do Partido asseguraria a realização do socialismo. Essa experiência foi disseminada como verdade absoluta para diferentes partes do mundo, pois havia permitido a vitória bolchevique.

Podemos afirmar que a excessiva centralização do Partido, em algumas das experiências adotadas (quer na experiência bolchevique, quer nas experiências copiadas), levou ao extremo da burocratização, hierarquização, verticalização, divisão

interna no trabalho político-organizativo e a unilateralidade do método de formação. Tal situação fragilizou as organizações populares atuantes, produzindo, de certo modo, um poder tutelado e uma domesticação da luta de classes, pela orientação partidária. No entanto, a história nos mostrou que mesmo mantendo-se intacta a integridade ideológica e sua vocação revolucionária, o que não é regra, **o Partido ou o Instrumento político não pode substituir a classe na construção da nova sociedade**. O Partido jamais vai dar conta da totalidade da classe. Primeiro temos que pressupor a complexidade do conjunto de experiências sociais que são as classes, bem como de suas consciências e das ideologias da época histórica em que se realizam.

A nova sociedade é uma tarefa que corresponde fundamentalmente às massas e, portanto, obedecem às leis gerais dos processos de aprendizados sociais. Não se nega, contudo, a validade do Partido ou instrumento político na luta das massas, nem seu papel organizador, formador e dirigente. Trata-se de entender que a maturação da capacidade revolucionária das massas depende, antes de tudo, da sua própria experiência de vida. Ou seja, em última instância, o destino da revolução depende da consciência real que adquiriram as massas em relação aos obstáculos que o capitalismo coloca para a realização humana e às limitações inerentes às formas e métodos reformistas.

Para tal, não basta a agitação e propaganda: as massas serão formadas e educadas na prática. Por isso deve-se estimular todas as iniciativas que apontem para a superação dos males do capitalismo utilizando-se de vários mecanismos, inclusive e se for o caso, dos métodos e reivindicações liberais burgueses, aos quais a burguesia não poderá se opor sem desmascarar sua natureza discriminatória e de exclusão. As massas só se lançarão às **lutas radicais**, quando todas as **formas pacíficas ou reformistas se mostrarem insuficientes para resolver a sua situação e seus problemas**; enquanto **houver confiança na sua organização** - e isso se constrói com a participação efetiva nos processos organizativos – e; quando houver em perspectiva a **possibilidade de vencer**.

Entretanto, é correto que o Partido ou a organização política exerça o papel de fermento, estímulo, coesão e orientação para as lutas sociais, que desenvolva a agitação e propaganda, que se preocupe com a formação de quadros, que formule táticas e estratégias, programas e que articule as várias lutas dispersa na sociedade. A busca pela construção do poder popular pressupõe construir mecanismos de participação social direta e extensiva, mas também, de orientação conjunta da classe. O instrumento deve permitir e potencializar essas múltiplas formas de participação, como também, dar coesão a elas, apontando para a unidade da classe como um todo. Portanto, devemos construir uma nova relação entre o Instrumento e a Classe organizada, de tal forma que os múltiplos atores se façam sujeitos históricos presentes na luta social, sem que um venha a substituir o outro, mas que se reconheçam, ao mesmo tempo, como parte e totalidade do mesmo processo de luta.

1.2. Aprendendo com a História

a. O limite da transposição mecânica de experiências e de teorias

Toda construção teórica revolucionária que busque uma aproximação da verdade é fruto da interpretação da realidade, com o objetivo de transformá-la. Foi o que fizeram muitos pensadores marxistas. Estas construções teóricas devem ser objeto de estudo na atualidade. Não estudá-las, é não conhecer as experiências históricas desenvolvidas pela classe trabalhadora e, portanto, não aprender com elas. No entanto, transformar as mesmas em dogmas ou receitas aplicáveis a toda e qualquer realidade, buscando

enquadrar/encaixar a realidade nos conceitos desenvolvidos, é ser antidialético. A experiência histórica já demonstrou uma quantidade grande de erros cometidos pela tentativa de transposição mecânica de experiências e construções teóricas, que deram certo em determinadas realidades, pois foram construídas a partir da leitura das mesmas, mas se revelaram insuficientes quando aplicadas em outros locais.

Um importante exemplo disto trata-se do caso chinês, aonde mais de vinte anos depois da revolução Russa, tentou-se por onze vezes tomar o poder do Estado a partir das orientações do Comitê Central Soviético e, em todas as tentativas, os revolucionários foram derrotados. Primeiro, porque a realidade da China era diferente da realidade Russa. Segundo, porque a classe dominante, assim como a classe trabalhadora, aprende com os processos revolucionários, obviamente, para impedir que eles ocorram em outros locais. Nesse sentido, toda cópia ou transposição mecânica não funciona. Para ocorrer a revolução chinesa, as táticas adotadas foram baseadas na realidade da situação chinesa, concluindo-se como estratégia o ideário da guerra popular prolongada, formando o exército vermelho com as massas e derrotando os inimigos.

Muitos tentaram copiar a estratégia chinesa e foram derrotados, outros tentaram copiar o modelo cubano, hoje tem gente achando que precisamos encontrar o “nosso Chaves”. No caso brasileiro, pudemos constatar a tentativa de transposição da análise da situação da Rússia no período pré-revolucionário, em que, seguindo o modelo soviético da revolução por etapas, se estabeleceu que éramos pré-capitalistas e que, portanto, precisávamos passar pela etapa da revolução burguesa para derrotar as oligarquias agrárias e o imperialismo nascente, em aliança com setores burgueses nacionais, para depois, então, fazermos a revolução socialista. O que, de certa forma, se repete hoje com a idéia do “projeto nacional”, em aliança com setores burgueses antineoliberais, que trataremos na reflexão sobre o neoliberalismo.

Sobre a teoria da revolução, ou a teoria da organização, são questões que carecem ser clarificadas. Quando Lênin elabora a teoria da organização, que está dispersa em vários escritos, a partir da interpretação da realidade russa -“Análise do Desenvolvimento da Rússia”, entre outros -, está buscando respostas de como organizar a luta revolucionária no seu País. Ele o faz, de forma genial, pois, consegue dar respostas políticas adequadas àquela realidade. Quando queremos aplicar a mesma teoria a uma realidade como a brasileira, o fazemos de forma lamentável, pois, a situação brasileira no século XXI, é muito diferente da situação russa do início do século XX. Isso não significa ‘jogar’ Lênin e suas construções teóricas na lata do lixo, pelo contrário, temos que resgatar os passos da análise e se apropriar do método investigativo averiguando as alternativas e possibilidades que estavam colocadas no momento histórico em questão. É o método investigativo e os princípios estratégicos pautados na luta de classe que fizeram parte da análise de Marx, Engels, Lênin, Rosa, Gramsci e tantos outros...

A interpretação da América Latina, a partir de uma visão mecanicista eurocêntrica de mundo, em particular do caso brasileiro levou a uma subestimação e marginalização das massas pobres como, indígenas (povos originários), negros e outros setores da classe trabalhadora como sujeitos potenciais dos processos revolucionários, estabelecendo-se que a revolução seria comandada pela classe operária em aliança com o campesinato. O proletariado, aquele que, segundo Marx, só tem a força de trabalho, virou sinônimo de operário. Ora, O PROLETARIADO no mundo todo, é muito maior que o OPERARIADO. Com isso não se está negando a importância deste no processo revolucionário, mas, não com o sujeito pré-determinado pelo destino ou por alguma construção teórica. É sempre bom lembrar que **o(s) sujeito(s) se faz(em) no próprio processo de lutas pela transformação e que a condição para tal, além dos aspectos**

objetivos, é se dispor, é querer fazer as lutas. Portanto, temos que reconhecer que o mundo do trabalho passou por drásticas mudanças ao longo do século XX, nos desafiando a identificar os novos sujeitos sociais que despontam na luta pela resistência contra o capitalismo, na atualidade. Recentemente, na América Latina, especificamente os processos de lutas ocorridos no Equador, México, Argentina, Venezuela, Bolívia, Brasil etc., indicam que não é o operariado o principal motor dos eventos ocorridos, com algumas exceções, demonstrando que outras categorias, como os indígenas e os camponeses têm-se afirmado como protagonistas das lutas de resistência no final do século XX. Entretanto, também é verdade que uma parte significativa destes são ex-operários, como é o caso dos cocaleiros, dos “piqueteros” e, mesmo dos sem terra, onde a nova base é composta por vários trabalhadores urbanos desempregados, composta do servente de pedreiro ao ex-operário fabril.

Assim sendo, **se quisermos fazer a revolução brasileira, precisamos interpretar a realidade brasileira identificando as contradições expostas pelo sistema do capital, na ordem objetiva da produção e subjetiva das relações, bem como, a real composição das classes sociais.** A partir da interpretação do concreto real é que iremos definir as estratégias, táticas, os instrumentos políticos e organizativos adequados. Isso não significa negar as elaborações teóricas existentes, pelo contrário, devemos aproveitá-las e reinterpretá-las à luz das mudanças históricas ocorridas no desenvolvimento da luta de classes. A fonte para isto está associada, diretamente, na nossa capacidade de relacionar a teoria por meio da práxis social coletiva.

b. A questão da vanguarda: o caso brasileiro

Conforme tentamos abordar, a construção de um Partido de quadros, a “vanguarda”, não é suficiente para garantir o sucesso de um processo revolucionário. Ademais, a idéia de um Partido fechado e restrito a poucos, é fruto das condições reais existentes em sociedades como a russa, onde era praticamente impossível a existência de organizações de massas aberta, pois a repressão, entre outros, era implacável. Para aquela realidade o partido de quadros, clandestino, era o mais conveniente. O problema é que, seguindo a mesma lógica bolchevique, muitos setores da esquerda mantém como verdade a mesma construção teórica e a mesma estrutura partidária. Pior, **muitos transformaram o partido no sujeito político das mudanças, confundindo o que seria o instrumento como meio, no seu fim, e onde os sujeitos – a classe trabalhadora - por vezes, não está inserida e, portanto, é alienada do processo de construção e participação do mesmo.** O Partido, assim, se coloca acima da classe e transforma-se, de forma fetichista, no objetivo principal.

Nunca é demais ressaltar que toda construção organizativa é, ou deveria ser, um instrumento a serviço das mudanças e, cujos protagonistas – a classe trabalhadora- não podem ser substituídos nesta tarefa. Ou seja, o organizativo deverá sempre estar em função do projeto estratégico, o poder popular, e que a participação efetiva da classe é imprescindível, pois não se pode separar o projeto do sujeito.

Essas construções ideológicas, presentes hoje em diferentes extratos de esquerda, faz com que as disputas interinstrumentos passem a ser o elemento mais importante da luta política uma vez que estaria intrínseca nesta, que a vitória de uma corrente sobre as demais seria sinônimo de ganhos na condução e direção do instrumento político, como se isto, e não a revolução, fosse o mais importante. Seria cômico, não fosse trágico, que as disputas internas nos partidos centralizassem a principal preocupação dos quadros e militantes políticos, a ponto de se comemorar as derrotas de determinadas correntes de esquerda no processo de disputa contra-hegemônico, enquanto a classe dominante manda soberana e se diverte de camarote.

Muitas críticas a Partidos expressivos, como o PCB e o PT, foram fomentadas

pelos rancores pessoais, apresentando-se como insuficientes na construção de uma análise propositiva para a esquerda, como um todo, da questão central: o instrumento e a organização da classe, como possibilidade de se extrair as lições desse processo. Importante se faz afirmar tal necessidade, uma vez que uma abordagem precisa dos problemas vividos por estes importantes instrumentos organizativos, são problemas de todos (as) que anseiam transformar o mundo e, portanto, a crise vivenciada pela esquerda partidária na atualidade, é parte da crise de toda à esquerda, atingindo, portanto, a toda classe trabalhadora, também.

Devemos partir do exemplo de Marx e Engels, sobre as reflexões advindas do processo de luta da Comuna de Paris, que nos parece ilustrativo para o momento em que vivemos. Todos sabemos que os dois amigos orientaram os trabalhadores parisienses a não empreender, naquele momento, o processo de luta revolucionária contra a classe dominante francesa, pois, para eles, as condições eram muito desfavoráveis e, portanto, insuficientes para uma vitória definitiva. Entretanto, os trabalhadores não consideraram as orientações e se lançaram à luta. Quando ocorrem os enfrentamentos, Marx e Engels se colocaram ao lado dos trabalhadores rebelados e articularam apoios de todo tipo, inclusive da Internacional dos Trabalhadores, numa clara demonstração de que os verdadeiros revolucionários devem estar ou, apoiar, qualquer luta revolucionária, não importando se foi ou não orientação sua, se estiver ou não na direção e comando das mesmas. A Comuna foi derrotada, mas, Marx e Engels não saíram criticando os comuneiros pela derrota sofrida e tampouco alardeando que haviam dito para que não se fizesse a luta. Pelo contrário, os dois foram ESTUDAR todo o processo da Comuna e extrair as lições do mesmo, para que estas servissem à classe trabalhadora nos futuros enfrentamentos de classe e para não se cometer os erros não percebidos. Nas reflexões produzidas, além de elencar os erros foram apreciados os acertos e os aspectos positivos que se originaram daquele processo. Estas lições, com certeza, devem nos orientar hoje.

c. A questão do poder

Outro ponto central está relacionado ao tema do poder. A maior parte da esquerda convencional, inspirada nas revoluções do Século XX, sintetizou a sua estratégia política na “tomada do poder”, no “assalto ao poder” e outras expressões similares. Para esses, o poder era (e ainda é) concebido como uma espécie de objeto que pode ser tomado ou, agarrado, tal como se pega qualquer coisa. Cria-se, assim, uma imagem de que ‘não se tem poder e que não se exerce o poder’ até que ele seja tomado definitivamente. Inclusive, por este se encontrar num lugar determinado: Palácio do Planalto, Casa Branca, Kremlin etc., tendo, então, que se deslocar para alcançá-lo. Claro está, que os Palácios possuem uma simbologia grande, principalmente, no seio do povo, mas daí limitar-se a ver o poder a partir destes é, no mínimo, coisificar a realidade de dominação engendrada pela lógica burguesa e seus valores enraizados no ideário do consumo e da propriedade privada.

Ora, poder é mais que uma coisa, portanto, é mais que a “máquina do Estado”, que obviamente é grande. Poder é relação social e, como tal, acontece em várias dimensões, até mesmo nas relações pessoais. As relações de poder são construídas e reproduzidas em diferentes âmbitos e tampouco são estáticas.

O poder do Estado, econômico e político, para se sustentar, implica, na atualidade, em algum grau de consenso, mesmo partindo de um consenso não democrático. Pode-se obter legitimação, implicando esta na aceitação, por parte do povo, da dominação. Esse “consenso” é gerado pelos aparelhos midiáticos, por diversas instituições (escola, igreja, família, etc.), ou por outras instituições privadas, que Gramsci chamou de “aparelhos privados de hegemonia” (sindicatos, federações, fundações, ONGs, etc.). Segundo o

IBGE (2002) existem no Brasil mais de 270 mil ONGs e instituições privadas¹, as quais, em grande medida estão a serviço da produção de “consensos” na sociedade, isto é, na defesa do “status quo” e dos valores da sociedade burguesa. Em grande medida, estes atores, decodificados pelo terceiro setor, atuam na substituição do Estado realizando atividades de mitigação das diferenciações sociais e atuando em projetos com delimitação territorial junto às chamadas minorias pobres, exercendo um influente papel de mediador nos conflitos sociais. Exemplos de ações deste tipo são os projetos voltados para os bolsões de miséria nos temas da: educação, saúde básica, participação social, desenvolvimento cultural etc. limitados à garantia de manutenção de uma realidade social passível de ser controlada.

A relação entre movimentos sociais e Estado apresenta uma série de elementos que convergem para uma relação complexa e muitas vezes confusa entre esses dois atores. Neste sentido, o Estado é a sua forma Estatal (burocracia estatal, governo, etc) e os aparelhos privados de hegemonia (igreja, escola, imprensa, ONGs, etc.) estabelecem a mediação deste Estado junto à sociedade. Vivendo numa época onde pôde acompanhar os processos de socialização da participação política, Gramsci analisa a formação dos grandes sindicatos, partidos, a consolidação do sufrágio universal, etc., percebendo, também, que as leis e funções criadas neste período foram apresentando como característica central uma certa autonomia em relação à economia e as estruturas repressivas do Estado, complexificando a noção e o entendimento do que venha a ser o próprio Estado. Ao ser referir aos novos organismos de participação política (partidos, sindicatos, etc.), Gramsci diz que Marx, na sua época, não pôde analisar o real sentido das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida, em especial ao que Gramsci denomina de trama privada (ou sociedade civil), que mais tarde será chamada de aparelhos privados de hegemonia. Para Gramsci, os organismos em que se adere voluntariamente são privados e não utilizam os aparelhos repressivos.²

¹ Segundo dados analisados pela Prof. Lúcia Neves, em aula ministrado no curso de Teoria Social e Produção do Conhecimento, em fevereiro de 2005 na UFRJ, nas 270 mil ONG's e instituições privadas trabalham três vezes mais pessoas que todo serviço público federal, com um média salarial de R\$800,00. Estão associadas na ABONG, próximas de 4.800 entidades, consideradas progressistas. Uma parcela minoritária das 270 mil é representada pelos sindicatos e associações diversas, cujo foco de ação são os trabalhadores.

² Portanto para Gramsci, o Estado no sentido amplo, agora, incorpora novas determinações, sendo formado por duas esferas que se distinguem a partir de uma materialidade própria: a Sociedade Política e a Sociedade Civil, “...*Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento) ; e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privada, como igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)...*” (Gramsci, apud, Coutinho, 1999, p.124). Assim, o Estado é o representante da Sociedade Política, já a sociedade Civil tem como base as organizações responsáveis pela “*Elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massas) etc.*” (Gramsci, apud, Coutinho, 1999, p.121). Para distinguir essas duas esferas do Estado, Gramsci propõem duas diferenciações: A primeira diz respeito ao exercício social, articulação e reprodução das relações de poder. Ambas em conjunto, *formam o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia); Estado que, em outro contexto, Gramsci define também como “Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia escudada na coerção.”*(Gramsci, apud, Coutinho, p.127, 1999).

Constata-se, de fato que Estado algum pode operar exclusivamente mediante a coerção, mesmo no Estado escravista, cuja relação se dava através da opressão-exploração praticamente sem disfarces, era preciso usar meios não coercitivos para obter a aceitação do povo e exercer o poder, como a naturalização (dada na estrutura subjetiva da sociedade) de uma idéia de: tradição, de inferioridade do negro, superioridade branca, subalternidade do pobre etc. Nas sociedades burguesas, cujo projeto histórico proposto se embasa nas noções de “liberdade, igualdade e fraternidade”, assim como do progresso, essa tarefa é ainda maior. Portanto, cabe à ideologia burguesa a tarefa, não só quando da conquista do poder, mas de sustentação do mesmo. Nenhuma outra classe na história concedeu à ideologia um papel tão decisivo em seu modo de dominação. O esforço foi e continua sendo de converter a igualdade em subordinação de todos frente à lei. A liberdade é entendida como a “livre” disposição para a venda da força de trabalho; a fraternidade entre os burgueses e, o progresso, como perspectiva individual de promoção social. Assim sendo, o papel da ideologia e dos aparelhos privados de hegemonia é fundamental para a geração de consensos sem, com isso, abrir mão do monopólio da força e da coerção, ou seja, para a promoção de um consenso que, de certa forma, justifique a própria coerção como um ato legítimo do Estado em nome da livre organização da sociedade.

Antonio Gramsci, quando trata do tema da hegemonia faz uma reflexão acerca do porquê que os revolucionários na Alemanha, Hungria e Itália foram derrotados, ao contrário do que ocorreu na Rússia. Argumenta que no caso Russo, sendo uma sociedade dirigida pelo Czarismo, onde praticamente não havia a sociedade civil organizada, a tarefa era a “tomada do Estado” – a fortaleza – e construir a sociedade civil. Nos outros países da Europa, aonde havia maior desenvolvimento econômico e uma sociedade civil mais organizada, a tarefa principal era construir a hegemonia antes da tomada do poder. Se analisarmos atentamente o caso Russo veremos, que para a “tomada do poder” foram fundamentais os *soviets* de soldados e trabalhadores. Os bolcheviques, a princípio, viam com restrição os *soviets*, mas depois incorporaram os *soviets* à sua estratégia estimulando a organização de outros por todo o País, gerando o que foi conhecido como a duplicidade de poder. Todavia, este instrumento de participação popular foi abandonado posteriormente.

d. A “máquina do Estado” como agente principal das mudanças*

Parte significativa da esquerda em todo mundo tem como pressuposto de que o Estado, sob o controle do Partido, será o principal agente das mudanças sociais, o “engenheiro” da justiça social. Em decorrência disso a concepção predominante é de que estas mudanças serão feitas na sociedade de cima para baixo. O papel dos movimentos de trabalhadores e da massa dos eleitores é colocar os “engenheiros” no lugar certo para, usando as ferramentas do Estado, implementar as políticas mudancistas como se fosse uma simples questão técnica e, portanto, nas mãos de especialistas ou bons quadros, tudo dará certo. Por isso que, a metáfora da “máquina” – máquina do Estado – é corrente na esquerda e o objetivo principal se transforma em assumir seu controle para, com a pessoa certa no comando das alavancas corretas, promover as mudanças. Quando a alavanca for acionada é preciso muito mais que o partido, é preciso que os movimentos sociais se façam como “pistões” desse processo. Essa linguagem das máquinas enquadra-se na visão das mudanças a partir, fundamentalmente, da ação do Estado, seja nacional, estadual ou nos municípios. Neste caso a massa, o povo, é um simples receptor passivo ou fonte de apoio eleitoral e financeiro – para alguns partidos nem isso mais, já que as grandes empresas é que os patrocinam – e, não a fonte viva de poder, ainda que em potencial.

No caso brasileiro, em muitos locais onde a esquerda governou estados e municípios, não foram construídos processos consistentes de participação e poder popular. Claro, houve algumas experiências de orçamento participativo, mas mesmo onde ocorreu, a decisão sempre se deu sobre uma parte ínfima do orçamento dos municípios, já que, a grande fatia dos recursos estava previamente comprometida com o pagamento de dívidas públicas, do funcionalismo em geral, das “grandes obras de investimentos” etc. A sobra disso é que se colocava em discussão com setores da comunidade, chegando-se ao nível de se discutir e decidir sobre as migalhas restantes entre várias comunidades. Essa é uma concepção que está profundamente arraigada na esquerda, seja ela mais revolucionária ou mais reformista, à medida que não vê o povo, as massas, como agentes das mudanças sociais, que precisam ser incorporados, estimulados e formados para efetivamente assumir o poder, como única possibilidade de se fazer e garantir a sustentação das mudanças e da revolução.

Quando a participação popular restringe-se ao apoio eleitoral, os resultados deixados pelas administrações de esquerda são pífios na perspectiva do poder popular, ou por vezes, até significam retrocessos que podem ser constatados quando a esquerda perde as eleições para setores da direita. Houve casos onde existiam movimentos sociais com atuação significativa, que a eleição do “maquinista de esquerda” incorporava os dirigentes locais para somarem-se ao aparato estatal (à máquina pública). Estas lideranças, ao assumirem cargos públicos e ajudando administrar o Estado, viam-se limitadas, no melhor das vezes, a gerenciar em favor do “*status quo*” dominante. Contraditoriamente, o papel desempenhado por elas passa a ser de acalmar o seu “antigo” movimento, que continua com a luta em defesa das suas reivindicações históricas. Para tal, o discurso é permeado por pedidos de paciência e, até, de desmobilização da própria luta, para não “desestabilizar o Governo Democrático” ou dar motivos para a direita atacá-los.

Foi assim, que em muitos países, a esquerda pós-queda do muro de Berlin, adotou como estratégia principal a disputa eleitoral. Para tal, foram construídos grandes aparatos dentro dos partidos, criando as condições para a sua implementação. O mesmo ocorreu no Brasil, que desde 1989 reuniu a esquerda social entorno do *slogan* ‘LULA-LÁ’ como meta principal dos últimos anos e, mesmo sendo vitoriosa, em 2002, não produziu os efeitos idealizados por muitos que participaram desse processo. Na nossa visão, não há equívoco no fato de se pretender eleger um Presidente da República, mas sim em torná-lo símbolo único da tomada do poder, sem construir as bases subjetivas e objetivas (dada na participação e luta de massas) para a edificação de uma nova estrutura que o oriente e sustente. Ou seja, resumir a perspectiva de mudança estrutural na eleição de um indivíduo destituído de uma base sólida de participação e mobilização popular capaz de sustentar a construção de novas relações político-econômicas é um erro. Nossa disputa não é eleitoral. Pode até incluir a eleição, mas nosso horizonte é a construção de uma nova sociedade. Portanto, sem a participação efetiva das massas conscientes, dificilmente viveremos esta utopia.

Podemos citar, também, o exemplo da África do Sul, que durante dezenas de anos desenvolveu árduas lutas até chegar à Presidência da República. Quem poderia questionar a integridade de Nelson Mandela na condução do CNA e do Governo sul-africano? No entanto, passados dois mandatos, os resultados reais para o povo foram poucos. Poderíamos afirmar que as razões, tanto na África do Sul, como no Brasil e em outros lugares onde o mesmo ocorreu, são que as mãos dos “maquinistas” ficaram trêmulas, e que a complacência, resultante da obtenção do cargo, afetou profundamente a ambição de usá-lo, ou o medo dos riscos à estabilidade partidária e da própria carreira política tenham inibido a possibilidade de promoção das mudanças radicais e até mesmo

de reformas. Todavia, a correlação de forças internacional também é um elemento que não pode ser desprezado. O problema principal não está somente nos indivíduos ou grupos que assumiram estes cargos. Também nestes, mas fundamentalmente na concepção preponderante na esquerda, de que as mudanças sociais não são fruto das pressões, da participação e construção efetiva do povo – da classe trabalhadora – como sujeitos de fato, mas dos dirigentes comandando o Estado. Essa mesma lógica se impõe nas estruturas partidárias em que as disputas internas e com outros agrupamentos ocorrem tendo em vista a decisão do nome do candidato a comandante da máquina na próxima eleição. O debate junto à massa, quando existe, é para decidir quem a representará e não para construir espaços que propiciem o exercício da participação popular, como forma pedagógica de aprendizado.

*Nessa parte transcrevi algumas reflexões de Hilary Wainwright extraídas do livro “Poder Popular no Século XXI, da editora Xamã.

e. O partido e os movimentos sociais

Para viabilizar a estratégia de disputa do Poder de Estado, o Partido se transformou no principal instrumento, embora, geralmente nos seus primórdios, dependesse dos movimentos sociais para consolidar-se. O Partido necessitava de uma base clara de sustentação, que ao longo do tempo, se distanciaria dela, passando a vê-la como simples apoiadora em períodos eleitorais. O Partido, assim, passa a concentrar-se, somente, com disputa política parlamentar, distanciando-se, cada vez mais, da vida real e das demandas objetivas dos trabalhadores apesar de, por vezes, tê-las nos seus programas e comprometendo-se em defendê-las.

Muitos vêem os movimentos sociais como aqueles que devem fazer a ponte entre as reivindicações econômicas da massa com o apoio para a disputa política. Alguns movimentos, por outro lado, fazem somente as lutas reivindicatórias, delegando ao Partido a luta política. Com isso, se segmentam e despolitizam suas próprias lutas, como se as mesmas não fizessem parte da disputa política de classes, obscurecendo a compreensão e elevação da consciência de seus protagonistas. Ora, a luta pela terra, solo urbano, casa, créditos etc., são lutas econômicas, mas conquistar a terra para a Reforma Agrária ou para a construção de casas populares ou mesmo recursos para créditos, também, são disputas de classe. Afinal, se está conquistando parte do poder da burguesia, expresso na propriedade privada, na disputa da utilização da mais-valia social (os recursos públicos). No entanto, que estas lutas permaneçam somente no seu aspecto econômico, é um problema de concepção e compreensão desses movimentos e, com certeza, prejudicial aos avanços rumo à superação da ordem. Assim, a separação da luta política das lutas reivindicatórias empobrece e burocratiza os partidos políticos, se transformando em “máquinas” que falam às massas discursos demagógicos, sem alterar a essência dos problemas do povo.

A luta reivindicatória e social não pode estar separada da luta política. As lutas imediatas podem e, efetivamente, são elementos mobilizadores que no seu enfrentamento de classe, articulados à disputa política, permitirão o desenvolvimento de experiências concretas imprescindíveis na elevação do nível de consciência das massas. Separá-las é produzir uma fratura não só entre luta econômica e luta política, é também, impedir que o indivíduo torne-se consciente e sujeito de sua ação, quanto compreensão da totalidade. Reduzindo o indivíduo ao seu dia-a-dia e instrumentalizando-o apenas para compor as marchas, fazer greves e mobilizações, trancar ruas, ocupar terra e prédios etc., o Partido (ou o instrumento) interrompe a possibilidade de construção da consciência política ampla, devendo, por isso, delegar aos quadros do Partido a condução das lutas pelas mudanças profundas. Assim, a vanguarda partidária, acima e

fora da classe, seria, em síntese, o principal agente das transformações. Essa visão, com certeza, além de caricaturizar os movimentos e, também, os partidos, verticaliza as tomadas de decisões e ajuda na manutenção das burocracias sindical, dos movimentos e dos próprios partidos.

Tendo em vista a contradição acima exposta, qual seria o papel do instrumento político na relação entre movimento social e o Estado? É possível que a autonomia dos movimentos sociais, em um processo de reascenso das lutas massas, possa gerar divergências práticas e teóricas com as organizações e os partidos? É possível que o movimento social torne-se, enquanto prática política (porém mantendo sua estrutura organizativa) em uma organização política no sentido de ter quadros políticos capazes de estimular e organizar as massas além da sua base social? São questões como estas, que merecem ser melhor debatidas.

Na contramão do enfraquecimento do referencial partidário, os movimentos sociais se (re)constituíram com um projeto político próprio, buscando uma práxis política e organizativa capaz de autoconferir aos seus militantes e a sua base social a tarefa de produzir uma teoria revolucionária. Neste sentido podemos afirmar que existem atualmente duas grandes interpretações sobre o papel dos movimentos sociais. A primeira condiciona a capacidade do movimento social em travar o embate da luta de classe na perspectiva da organização e mobilização popular³, estabelecendo assim o limite da função dos movimentos sociais, cabendo a estrutura política (partido ou organização política) a elaboração da teoria revolucionária. O limite desta teoria organizativa reside na indefinição quanto ao papel do movimento social. É possível a construção de uma práxis revolucionária construída de fora para dentro do movimento de massa (dos reais atores do processo)? A segunda interpretação muito recente e com boa base na intencionalidade⁴ apresenta uma nova forma de atuação dos movimentos sociais. Por este enfoque, eles seriam capazes de produzir (através de uma decisão política de toda estrutura organizativa) uma teoria revolucionária com base no acúmulo do passado, mas também levando em conta as novas experiências organizativas (Conselhos Populares, Universidade Popular, etc.), desde que houvesse mecanismos que os fizessem se reconhecerem para além de suas lutas corporativas.

2. NEOLIBERALISMO E AS CONSEQÜÊNCIAS PARA A LUTA DE CLASSES NO BRASIL

A crise do Socialismo Real e dos movimentos de libertação nacional alavancou a contra-ofensiva do capitalismo com a implementação do neoliberalismo em nível global. O neoliberalismo, nos seus aspectos políticos e econômicos, representa, ao mesmo tempo, a continuidade e o nascimento de uma nova etapa do capitalismo monopólico, produto da iniciativa das grandes potências e dos conglomerados econômicos para enfrentar a classe trabalhadora em escala global e superar a crise do período de desenvolvimento capitalista chamado de Keynesiano ou Estado de bem-estar social. Em alguns países da periferia, cujos avanços sociais também foram observados,

³ Podemos citar como exemplo o MAS, na Bolívia. Organização que teve um papel fundamental na mobilização das massas e por conseqüência na alteração da correlação de forças contra a direita local. Porém a “tomada do poder” deve passar pela “tomada do Estado”, assim, o MAS teve que se autorganizar na forma de partido institucional (aquele que disputa a eleição) e de partido revolucionário (grupo menor que define a forma como deve ser a atuação junto ao comando da máquina estatal).

⁴ A intencionalidade aqui adquiriu a condição de ousadia, e neste sentido considero a ousadia uma característica fundamental do ser revolucionário. Ser ousado é ser criativo, principal capacidade do homem .

em menor escala que o dos países centrais, este processo foi capitaneado por Governos “populistas”.

Uma das marcas mais visíveis das políticas neoliberais foi a mudança que proporcionou um crescimento gigantesco das atividades financeiras, especialmente das atividades bancárias, sobre as transações de bens e serviços. No entanto, o neoliberalismo não é um processo que afeta somente os fluxos financeiros e especulativos, mas atinge um conjunto de fatores que envolvem o processo de produção e trabalho, que estão conectados com a chamada “terceira revolução tecnológica” (eletro-eletrônica, informática, biotecnologia etc), com mudanças na organização do uso da força de trabalho e dos meios de produção, com o crescimento e fusões de grandes empresas e a constituição de mega-corporações internacionais. **Podemos afirmar que o neoliberalismo não é uma simples política de governos ou de certos monopólios, mas, uma nova realidade estrutural, de longa duração, que não poderá ser revertida sem grandes transformações radicais. É, enfim, um novo ciclo expansivo da globalização capitalista com um custo social, ambiental e econômico muito alto para a classe trabalhadora. Esse modelo não permite alternativas, não permite a alteridade⁵ sem uma ruptura profunda com todo o sistema.**

Essa nova hegemonia internacional exercida pelas grandes corporações financeiras e seus estados condiciona as políticas dos governos e da burguesia da periferia do mundo, fazendo com que grande parte das decisões políticas e econômicas sejam tomadas nos escritórios das principais multinacionais. A capacidade de manobra destes é pequena, pois as oligarquias locais estão também associadas ao capital financeiro e fazem parte dele. Juntos, saqueiam os territórios nacionais, superexploram a classe trabalhadora, planejam e fazem intervenções em regiões ou países que se contraponham à sua lógica, levando a uma completa subordinação política, econômica, militar e cultural. Isso implica em maior dependência, subordinação e pobreza dos povos da periferia.

O capitalismo, na sua fase neoliberal, mais acentuadamente que outras épocas, impossibilita o desenvolvimento econômico soberano da maioria dos países e regiões localizados na periferia do sistema, como a América Latina. O monopólio das tecnologias de ponta, da engenharia genética, eletrônica, informática, produção militar e o controle dos círculos financeiros e das principais empresas de produção, comércio e serviços em escala internacional, o domínio absoluto dos meios de comunicação e da indústria cultural, a ingerência política sobre a maioria dos governos e a subordinação ou integração dos setores mais importantes das burguesias locais aos grupos financeiros internacionais, nos leva a concluir que qualquer projeto que almeje mudar esse modelo será necessariamente um projeto de ruptura profunda com o capitalismo e com as burguesias locais.

Por isso podemos afirmar que não existe uma burguesia nacional disposta a fazer o enfrentamento aos países centrais e aos conglomerados financeiros para fortalecer a economia brasileira com soberania. É preciso superar de vez, principalmente na “esquerda”, o mito de que existe uma burguesia nacionalista e, portanto, aliada à luta contra o neoliberalismo. Essa mistificação é fruto de uma interpretação equivocada que separa o capital especulativo, aquele que derruba bolsas, quebra países etc, do capital “produtivo”, aquele que é vinculado aos investimentos nas indústrias e serviços.

Na realidade todos são partes do mesmo sistema econômico, cuja origem dos

⁵ Alteridade é entendida como o reconhecimento de si, no outro. É representado pelo sujeito que se identifica no outro, o reconhece como sujeito à medida que, também, se reconhece a si mesmo. A alteridade é a superação do estranhamento provocado pela forma-mercadoria, em que as pessoas também são coisificadas nas relações societárias.

lucros continua sendo a exploração do trabalho e, mesmo os que investem na bolsa, nos títulos públicos e especulação, são os que detêm os principais meios de produção – como o caso do grupo Votorantin e Bradesco no Brasil, entre outros. Nos Governos de FHC e de Lula os setores burgueses com residência no Brasil fizeram e fazem disputas internacionais, mas somente para obter um lugar melhor, uma associação melhor com outros grupos para ganhar mais, não tendo, nada de nacionalismo nisso. Por isso, se não temos nem “bons burgueses” defendendo um projeto nacionalista, por quê temos, nós, que defendê-lo, ainda que taticamente? Não confundamos o nosso povo: Um projeto para o povo terá que ser um projeto anti-neoliberal, anti-capitalista e, portanto, SOCIALISTA.

O Projeto neoliberal provocou mudanças profundas no chamado “Estado de Bem Estar Social”, privatizando grandes empresas públicas, desestruturando o sistema de seguridade pública, fragilizando a “soberania” política e econômica, incrementando o sistema de repressão, debilitando os sindicatos, partidos políticos e provocando uma crise no sistema liberal de representação.

A participação estatal na economia está reduzida a garantir os investimentos privados, o pagamento de juros e serviços das dívidas, os investimentos em infraestrutura que garantam ao capital as bases de seus investimentos e mantenham a força de trabalho sob condições de precariedade e baixo preço. Para garantir isso, fortaleceu seu caráter despótico investindo muito nas suas funções repressivas e militares para manter o controle dos movimentos sociais e das possíveis lutas do povo contra a superexploração a que estão submetidos. A preparação do exército de Campinas, em São Paulo, para se deslocar a qualquer ponto do País em pouco tempo com a finalidade de intervir em conflitos sociais internos, é um bom exemplo disso. A guerra de baixa intensidade, os dispositivos estatais de cooptação, o controle ideológico e político impedindo o debate e a alteridade, o sistema de espionagem e a própria regulamentação do sistema privado de segurança, são demonstrações de que, o que falta de investimentos sociais, se segura com repressão. O Estado atual institucionalizou a excepcionalidade, as medidas provisórias, os estados de sítio, fazendo com que o Estado de Direito seja o direito do Estado e, portanto, a garantia para a burguesia da impunidade e manutenção do seu “status quo”.

Paradoxalmente, é evidente a instabilidade e as muitas contradições desse sistema. O neoliberalismo agudiza suas contradições ao aprofundar a crise das instituições burguesas: partidos políticos, parlamentos e instituições que foram criadas para regular a luta de classes, mantendo-as nos marcos das negociações e/ou processos de corrupção, com pequenas políticas compensatórias para evitar, assim, as lutas sociais de massas. No entanto, os problemas causados são tão graves que o discurso político do Governo, dos meios de comunicação e dos representantes da burguesia, já não consegue sustentar a ideologia do projeto, criando uma crise da representatividade burguesa, e da própria ‘esquerda eleitoral e sindical’.

As conseqüências do neoliberalismo se verificam no processo de fragmentação de várias categorias de trabalhadores, verificados: na diminuição numérica de setores que foram significativos há tempos atrás e no surgimento de novos setores, em detrimento das condições objetivas de trabalho e sobrevivência de uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora, que já não encontra emprego formal, do camelô ao flanelinha; no aumento de trabalhadores, principalmente no setor de serviços, com uma diferenciação social enorme - neste setor, encontramos inúmeros “postos de trabalho”, alguns altamente qualificados em diferentes áreas (marketing, informática, consultorias, etc), enquanto outros em situação de semi-escravidão (empregadas domésticas, segurança

privada, porta-bandeira nas eleições, etc.), caindo-se na completa precarização, cada vez maior, do trabalho.

Vivemos, assim, uma conjuntura de crise dos instrumentos sociais e políticos com anseios de transformação e muitas dificuldades para fazer grandes mobilizações de massas até mesmo por reivindicações econômicas. As mais afetadas são as organizações sindicais, devido à diminuição quantitativa da classe operária fabril e sua fragmentação dentro do próprio ramo de produção, além, obviamente, do desemprego que atinge a mesma. Nesse contexto, a luta principal passou a ser pela conservação do emprego em vez da defesa dos direitos e por mudanças sociais, renascendo, sistematicamente, o individualismo e o corporativismo das categorias sindicais. Os sindicatos passaram a representar uma parcela pequena da classe trabalhadora, já que a maioria não está contratada formalmente. Com o desemprego, a informalização, a chantagem dos patrões e os problemas organizativos internos, o número de filiados aos sindicatos, que já não era grande, diminuíram significativamente. A tradicional organização por categorias, onde existe, já não consegue desenvolver os processos de lutas e mesmo de representação e a grande maioria da classe trabalhadora, mesmo os setores formalizados, não está inserida nestas estruturas organizativas.

Essa situação coloca grandes questões e desafios para as organizações sociais no sentido de articular lutas por mudanças profundas ou mesmo imediatas da classe trabalhadora, uma vez que esta vive um processo de dispersão em categorias e extratos e, portanto, mais heterogênea. Se o seu modo de existência é este, isto é, atomizado, suas demandas, também, serão vistas de forma separadas, conseqüentemente, serão diversas suas formas de organização, ainda que, em alguns casos, no mesmo território. No entanto, estas formas devem permitir e estimular a reconstrução de sua identidade, hoje fragmentada, sobre outras bases, ajudando a superar o sentimento de 'inferioridade' imposto pela ideologia burguesa. Sentimento este, baseado na idéia de que sua condição social de desempregado está relacionada à sua inaptidão para o trabalho, ou mesmo no seu completo despreparo para os postos de trabalho disponíveis. Assim, o trabalhador incorpora, ao mesmo tempo, o medo e a culpa por ser desempregado, já que não consegue emprego porque são incompetentes, muito velhos, jovens demais, sem experiência, analfabetos, semi-alfabetizado, sem qualificação na área de informática, línguas, gerência etc. É preciso, então, resgatar a auto-estima dos trabalhadores e sua indignação frente às classes dominantes.

2.1. Território, Estado e Classes Sociais: um novo sujeito histórico?

Devemos perceber que todas essas amplas massas trabalhadoras, informalizadas (na sua maioria), ou mesmo as formalizadas, porém em situação de precariedade, vivem em alguma comunidade. Parte da classe trabalhadora se deslocou para os bairros mais periféricos ou migrou para zonas semi-rurais, aonde busca manter ou reconstruir a sua identidade, participando, em muitos casos, das novas lutas no território onde vive. Não é por acaso que os argentinos dizem que "a nova fábrica está no bairro", uma vez que algumas das lideranças, que ajudaram a conduzir as grandes batalhas dos piqueteros, são ex-operários.

A maioria dessas comunidades enfrenta graves problemas de acesso às políticas públicas, onde as dificuldades de moradia, saneamento, luz, água, educação, saúde, são parte do cotidiano de milhões de seres humanos. Uma característica fundamental nestas comunidades é a noção de territorialidade. Levadas a um certo isolamento social, pela baixa condição financeira, nestes locais, as pessoas se reconhecem em seus problemas e limitações, gerando um sentimento de alteridade. Isto também é válido para uma análise da classe rica, basta citarmos os casos dos condomínios de luxo, em que os indivíduos

se cercam de todas as possibilidades possíveis para atingir o controle e a segurança do seu bem estar, isto é, do bem estar geral dos membros do condomínio. Essa identificação comum (coletiva) leva as pessoas a se reconhecerem em determinado espaço físico, seja ele uma favela seja um condomínio de luxo, como resultado de uma subjetividade, de sua condição única e particular, onde a identificação coletiva é o reconhecimento no outro da sua própria condição. Nestes casos, devemos, então, refletir sobre o papel da produção cultural nesses territórios como possível forma organizativa, uma vez que, ela age no imaginário social e cria laços societários mais sólidos com forte apelo territorial, como exemplo, podemos citar os grupos de Hip Hop, as danças de capoeira, as procissões religiosas etc.

A questão do território, também, passa pela redefinição do conceito de representação a partir de uma dimensão sóciopolítica que prioriza a participação direta através dos territórios, fazendo deste local um cenário da disputa e da construção do poder popular no que se refere à consciência política, à unidade entre a reivindicação e a luta e, ao projeto de transformação da sociedade. Devemos pensar a relação território e hegemonia, para além de uma concepção de domínio territorial, exclusivamente. Todavia, a questão do domínio territorial como local concreto de enfrentamento, também, se faz necessário como processo de construção da resistência. Tal mecanismo pode ser verificado na árdua luta dimensionada pelo movimento dos sem terra. Portanto, o território se estabelece como síntese objetiva-subjetiva no processo de luta popular, desde que se possa estabelecer uma relação dialética entre ambos fatores, e que os mesmos contribuam para a construção da consciência de classe e do poder popular.

O caso expressivo é a existência de acampamentos e assentamentos rurais em grande quantidade numa mesma região. A retomada do controle político da terra possibilita uma maior articulação dos sem-terra nas suas regiões, fazendo com que eles tenham maior poder de articulação e de estabelecer pactos com a sociedade e pressionar o governo por melhorias sociais. Outros exemplos dessa construção, ainda que contraditória, são o Comitê para a Defesa dos Direitos dos Bairros de Santo Domingo - COPADEBA, a Central de Trabalhadores Argentinos - CTA, os Piqueteros, o Movimento al Socialismo - MAS, Confederacion de nacionalidades indigenas del Ecuador- CONAIE, EZLN.

A luta pela moradia, por exemplo, é uma ação radical em grande parte do território nacional. No entanto, mesmo com todo o esforço empregado e as articulações empreendidas pelos diversos movimentos, não se tem conseguido transformá-las em lutas políticas mais amplas e a conquista da moradia, em geral, sem mudanças nas condições de trabalho, se revela insuficiente para melhorar a qualidade de vida das pessoas, na sua totalidade. Claro que existem melhorias efetivadas, porém, uma parcela das famílias não consegue usufruir delas. Antes da conquista, a família vivia numa área sem o atendimento da maioria dos serviços públicos fundamentais, tais como: luz, água e saneamento, usufruindo parte destes serviços por meio de “gatos”. Assim, o salário era investido, principalmente, na alimentação, vestuário e transporte. À medida que se conquista a casa e a regularização urbana do terreno legalizando os serviços públicos, os custos da família passa a incorporar as contas de luz, água, taxas municipais e a prestação da casa. A conquista da moradia, automaticamente, incorpora-se no processo de valorização fundiária, portanto, está inserida numa disputa com o mercado imobiliário. Ora, se o ganho familiar continua o mesmo, como se pagará por isso tudo? Essa situação induz a que muitas famílias vendam o “direito” conquistado a outra (família), como forma de ganhar algum dinheiro e ajudar no orçamento doméstico, voltando novamente à condição anterior ou simplesmente entrando em outro processo de luta (ocupação urbana), continuando e renovando o ciclo de exclusão. Isso cria

muitas dificuldades para as formas organizativas da comunidade anterior, já que os novos moradores não passaram pela experiência da luta. O que diferencia a luta pela terra urbana da luta pela terra no campo? Certamente, que a noção de controle do território está, de algum modo, associada.

No entanto, não pretendemos fazer a contraposição entre as diversas formas de luta, já que ambas são específicas e apresentam os mesmos limites e os mesmos potenciais. A luta específica deve ser entendida como parte do conjunto de lutas e reivindicações da massa trabalhadora do nosso país. Pretendemos destacar que só a luta por moradia, ou só por terra, não resolverá os principais problemas do povo, se não estiverem associadas a um processo de politização das massas, contribuindo para elevar o nível de consciência política e de acúmulo de forças da classe. O grande desafio será conjugar as lutas mais diversas - mesmo as específicas - integrando-as a um processo de luta política por mudanças nas condições de vida de toda a comunidade e por mudanças profundas no sistema. Mas, como articular o conjunto das lutas e categorias nessa perspectiva? Eis o nó que precisamos desatar.

De certa forma, as demandas sociais das comunidades no seu território de moradia, já é parte desse exercício da consciência, ainda que limitada a aspectos reivindicativos. No entanto, nos “seus territórios” as comunidades socialmente excluídas têm sofrido incessantemente uma dupla opressão: das políticas de segurança que as excluem da efetiva proteção do Estado e da violência e corrupção policial praticadas impunemente na condição de grupos criminosos e de extermínio. Operações policiais agressivas, recursos insuficiente, falta de treinamento e impunidade sistemática para os crimes policiais consolidou um ciclo de violência que tem devastado as comunidades pobres. Um policiamento baseado em contenção e invasão das comunidades socialmente excluídas criminalizou seus residentes, que sofrem persistentemente a discriminação do sistema de justiça criminal, de setores da mídia e da sociedade geral. O Estado e seu aparelho repressivo mantêm uma relação com as comunidades historicamente determinada pelo preconceito, discriminação e contenção. Se por um lado a instabilidade no trabalho as colocam em territórios periféricos, por outro, a violência e barbárie a que são submetidas nestes territórios lhes atribui um forte sentimento de indignação frente à sua condição e ao Estado. No entanto, já não se trata da classe em sua totalidade, mas de parcela desta, fragmentada e atomizada pelo mundo do trabalho precarizado.

Portanto, precisamos compreender que ocorreram mudanças significativas na composição da classe social a partir de suas condições de trabalho e de vida, conforme apresentamos anteriormente, e também perceber a totalidade da classe e suas contradições, bem como as novas formas de lutas empregadas. Assalariados, semi-assalariados, desempregados, informais, trabalhadores dos setores de ponta e de setores tradicionais, todos conformam a classe trabalhadora, porém com contradições. Atomizada a classe existe hoje diversificada em categorias (redução quantitativa dos operários, intensa fragmentação no interior de um mesmo ramo produtivo) e estratos, bem como na coexistência de distintos modos de produção numa mesma sociedade⁶. Sendo heterogêneo o modo de vida da classe, suas aspirações, problemáticas, modos de organização também serão heterogêneas. A articulação dos setores fragmentados da classe trabalhadora deverá ser buscada através de suas problemáticas, expectativas, modos de organização etc, com a finalidade de construir uma consciência coletiva, acumulando poder, constituindo o sujeito coletivo, dando forma a um projeto comum, este é o desafio (Rauber, 2003).

⁶ Segundo Florestan Fernandes: seria a combinação de ritmos históricos diferenciados como forma de sobre-extração da mais-valia e manutenção da reprodução do capitalismo dependente e periférico.

É desse modo que a análise das classes sociais deve ser interpretada a partir desse novo contexto histórico. Os mecanismos de como ocorre a exploração do capital sobre o trabalho, embora na sua essência continue a mesma, alteraram-se enormemente. Para grande parte do povo, a exploração não se dá diretamente e nem formalmente, mas indiretamente e informalmente, ou seja, através da subsunção indireta do trabalho ao capital, onde os camelôs, os pequenos agricultores, os autônomos, as empregadas domésticas, são exemplos disso. Essa forma de exploração indireta, por vezes, obscurece a identificação dos inimigos de classe e, ao mesmo tempo, dificulta a organização por categoria. Quem é o inimigo dos camelôs, dos desempregados, de outros trabalhadores, especialmente os vinculados nos setores de serviços? Na maioria das vezes não fica claro. Então, como trabalhar a consciência de classes? A velha fórmula de como funciona a sociedade, a partir da fábrica e, portanto, da subsunção direta do trabalho ao capital, já não dá conta ou não é pedagogicamente suficiente para a compreensão dos inimigos de classe e para alavancar processos organizativos e de lutas por reivindicações e mudanças profundas na sociedade. Essa constatação não implica no abandono da luta e da organização por categorias. Pode-se e deve-se continuar a tarefa. Mas é preciso destacar que só ela já não dá conta de organizar os milhões de trabalhadores e, portanto, se quisermos fazer grandes lutas de classes é fundamental organizar também os territórios e fazer outras disputas políticas⁷.

A congregação de grandes massas num determinado território, compartilhando o mesmo lugar e a mesma comunidade, independentemente da categoria à qual cada quem faça parte, pode ser um elemento da construção de identidades coletivas. Já o é, objetivamente. A questão é transformar as lutas sociais como subjetividade consciente que aponta para a radicalização da luta de classes.

Além dos problemas enfrentados pela categoria, as condições de trabalho da mesma e a exploração de classe intrínseca ao sistema, no território, soma-se uma outra parte dos problemas e da exploração de classe a que é submetido o conjunto das categorias que ali vivem, maior que a exploração do trabalho. É no território que se verifica a falta de políticas públicas e que se sintetiza na precariedade das condições de vida comuns a toda comunidade, com pequenas diferenciações sociais. É no território que todos, independentemente de onde trabalham, estão submetidos à mesma condição de classe e às mesmas dificuldades.

É dessa situação que setores do *hip-hop* fazem a interpretação da luta de classes mesmo sem ter estudado Marx⁸. Manifestações culturais como o HIP HOP devem ser melhor avaliada, pois se consideramos este movimento como apenas um entretenimento ou uma produção artística (arte) poderemos cair no reducionismo cultural. Nos dois casos podemos desenvolver ações, o que muda é a concepção da nossa ação frente a este movimento. Periferia contra centro ou, bairros ricos *versus* bairros pobres, é a expressão de uma consciência de classe elementar e ao mesmo tempo diversificada, não entendida por amplos setores da esquerda. Contudo, ver a comunidade como uma identidade comum acima da categoria e de diferenças outras existentes não impede de constatar que existam limitações ideológicas e de compreensão de classe mais profunda que, no

⁷ A realidade recente na Argentina e na Bolívia mostrou que segmentos importantes da classe na condição de desempregados passam a maior parte de seu tempo nos seus bairros (velhos ou novos) ou em zonas semi-rurais de onde migraram, recolocando suas resistências, suas organizações e suas lutas, e sobre esta base seu ser, sua identidade como trabalhadores. (Rauber, p. 49).

⁸ No caso específico do hip-hop há uma dialética de resistência e apropriação frente às mercadorias impostas pela indústria cultural. Os princípios dos 5 elementos (o rap, a dança, o som, o grafite, o conhecimento) identificam grupos de resistência, jovens artistas que versam a realidade da periferia que fazem trabalho popular, diferenciando-se de outros grupos que reafirmam a sociedade do consumo e o fetiche da rebeldia americana, vendendo-se para propagandas governamentais, etc.)

mais das vezes, levam a comportamentos sectários ou espontaneístas, bem como, de não compreensão dos verdadeiros inimigos. Em geral, vê-se a situação de classe e não a posição de classe e, com isso, se visualiza todos os que moram em bairros médios ou ricos como inimigos. Não entender a lógica do sistema e a reprodução deste através das políticas de Estado, direciona-se toda a indignação para a ação contra a polícia como o principal inimigo dentro da comunidade, uma vez que esta é, efetivamente, direcionada para o controle dos pobres. Mas o policial, por vezes, também, está inserido em muitas dessas comunidades e, como indivíduo ou família, enfrenta os mesmos problemas que os demais.

Apesar de todas as ressalvas feitas e da debilidade dessa visão de mundo construída, podemos verificar germes importantes de uma plena consciência de classe, não só como categoria, mas como classe trabalhadora. Ademais, nessas comunidades existem muitas iniciativas comuns, seja de lutas por políticas públicas ou por reivindicações específicas, além de exercitar-se, diariamente, à solidariedade entre os vizinhos, exemplificados nos cuidados compartilhados com os filhos, a ligação dos “gatos”, as festas, as reivindicações etc. Há uma produção cultural nova, que embora esteja bastante impregnada da ideologia da indústria cultural burguesa, ao mesmo tempo, a adapta e a rechaça, inovando-a permanentemente a partir da sua existência em comunidade, inclusive, com consciência territorial.

Assim sendo, é, também, a partir do território (concreto) e dessa identidade/subjetividade coletiva que é a comunidade, que se pode compreender e disputar a mais-valia social como forma de melhoria das condições de vida, de aprendizado organizativo e participação social para a construção de uma nova sociabilidade e do poder popular. A questão é: como fazer e potencializar isso?

2.2 Formas de participação social: limites e possibilidades

a. O orçamento público do Município, Estado e País

Do orçamento público do município, qual é a porcentagem “per capita” investida nas comunidades pobres e em quê? Quanto é o gasto “per capita” nos bairros burgueses? Quanto é gasto em grandes obras como túneis, viadutos e outras de grande porte, que normalmente os administradores dizem ser para a melhoria da cidade, que é de todos? Quanto é gasto no pagamento das dívidas públicas e para quem?

A burguesia tem a capacidade de universalizar os seus interesses particulares e de grupos, através dos seus aparelhos privados de hegemonia, transformando os mesmos em políticas públicas – criação de cursos universitários, obras públicas, infra-estrutura etc., sob a justificativa de que estes são do interesse geral do povo. Com isso, além da exploração, direta ou indireta, do trabalho e a extração da mais-valia, a burguesia usa os aparelhos públicos dos Municípios, Estados e União para, também, extrair a mais-valia social, obtida através de impostos, taxas etc., cobrados do povo. Essa fatia significativa de recursos extraídos do povo, é usada para, direta ou indiretamente, subsidiar e enriquecer o grande capital. Os repasses se dão de diferentes maneiras: diretamente, através de juros e serviços das dívidas; licitações de obras que geralmente são abocanhadas por grupos econômicos acostumados a ganhar; ou, de várias formas indiretas, como a realização de obras de interesse do grande capital, isenção de impostos a grandes empresas, financiamentos subsidiados em longo prazo, além de todas as concessões públicas feitas à iniciativa privada (rodovias, educação, saúde etc.) e as conhecidas privatizações. Segundo Chico de Oliveira, 30% do PIB foi repassado nos últimos anos ao capital privado. Apesar do discurso neoliberal do Estado mínimo, os Municípios, os Estados e a União foram e continuam sendo um instrumento de acúmulo de capital por parte da burguesia.

Por tudo isto, vale a pena definirmos com maior clareza o sentido de políticas públicas, compreendendo as necessidades das comunidades socialmente excluídas a partir da possibilidade de serem orientadas por iniciativas independentes do Estado. Hoje vivenciamos a falência da estratégia combinada entre ação institucional e a organização popular. A esquerda institucional aperfeiçoou a eficiência do sistema do capital. A relação entre partidos de esquerda, movimentos sociais e Estado nos últimos 20 anos fortaleceu a institucionalidade burguesa, negando, em certa medida, a possibilidade real de debater o sentido de ser do Estado e das formas de participação societárias ligadas a ele.

Essa deverá ser uma das tarefas importantes no trabalho de politização. A partir de dados comparativos simples, o povo pode ter a visão e compreensão de para quê e para quem os aparelhos públicos estão servindo.

b. O poder político no município

Outro tema importante está relacionado com o poder político nos Municípios, Estados e Nação. Para este ponto tomaremos o exemplo dos municípios. Quem são os indivíduos que estão no poder político local? Os juízes, os promotores, os secretários, o prefeito e os vereadores, a que classe pertence, e onde moram? Esse é um bom exercício a ser feito, pois está mais próximo das pessoas. Debater, por exemplo, qual é a representatividade daqueles que estão exercendo influência no poder local, proporcionalmente à composição de classe (da burguesia e dos trabalhadores) presentes nos próprios bairros. É provável que, através de estudos simples como este, consigamos formar e mobilizar mais que as reivindicações específicas das categorias. Para tal, poderemos avançar na perspectiva de superação dessa forma de representatividade, cimentando um processo de mudanças profundas que apontem para o verdadeiro poder popular. Lênin, retomando Marx, analisa que:

Em 1871, comentando sobre a Comuna de Paris Marx faz a seguinte observação: “A Comuna devia ser não uma corporação parlamentar, mas sim uma corporação laboriosa, ao mesmo tempo legislativa e executiva... Em lugar de resolver, de três em três anos ou seis em seis anos, qual o membro da classe dominante que deverá “representar” o povo no parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em comunas para recrutar, ao seu serviço, operários, contramestres, guarda-livros, da mesma forma que o sufrágio individual serve a qualquer industrial, na sua procura de operários e contramestres.” Entre as medidas concretas tomadas pelos comuneiros estão: a) supressão do exército permanente substituindo-o pelo povo armado; b) a Comuna foi constituída por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diferentes bairros de Paris. A maioria compunha-se de operários ou membros conhecidos da classe operária; c) A polícia, até então agente do Governo Central, foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas, tornando-se um agente responsável da comuna. O mesmo princípio foi aplicado a todos os funcionários da administração. A começar pelos membros da Comuna, até embaixo, a remuneração do serviço público não devia ser superior a um salário normal de operário. Os direitos de representação dos altos funcionários do Estado desapareceram com esses mesmos títulos. d) Os magistrados deviam perder sua aparente independência. Como os demais servidores do povo, os magistrados e os juizes deviam ser eleitos, responsáveis e amovíveis. E outras... Assim, a Comuna substituíu a velha máquina do Estado por uma democracia mais completa, isso há quase 200 anos atrás.

Será que hoje não seria possível encampar junto à população, que percebe e sente a debilidade das máquinas públicas no atendimento das questões sociais, mas que são extremamente generosas com os ricos, uma luta por mudanças profundas nas mesmas, a exemplo da comuna? Particularmente acho que

essa bandeira é muito forte junto ao povo. O que falta, talvez, seja coragem por parte das organizações políticas de encampá-las e, por isso, o nosso instrumento político deverá fazê-lo.

c. A parte e o todo

O poder local é pouco discutido nas organizações políticas, pelo menos na amplitude necessária para a necessidade que temos. Normalmente olhamos para a macroeconomia e para a macro-política, esquecendo-se que o sustentáculo disso tudo está enraizado no local. Para se ter uma idéia de como a burguesia valoriza os locais, existe no Congresso Nacional mais de quatro mil pedidos de concessões para canais de televisão locais e nenhum pedido para canais nacionais. A maioria dos pedidos são de deputados e políticos regionais. Porquê isso acontece? Por que toda a lógica das disputas políticas eleitorais, parlamentar ou de prefeitos se dá nos locais e regiões, inclusive, como porta de entrada para candidaturas a cargos mais altos. Para se eleger, é preciso dialogar com o sujeito que vive no local.

Na falta de uma interpretação profunda do local integrado ao nacional e internacional e de uma estratégia política que leve em consideração a problemática do povo nos locais, mas também as construções políticas progressistas existentes, fruto dos processos autóctones, mesmo que elementares, nós não conseguimos fazer com que as reivindicações propostas em nossas pautas ou programas sejam entendidas e assumidas conscientemente pelas massas dos municípios e das comunidades dentro desses. No entanto, em que pese não termos estratégias e políticas claras para os locais, o povo participa e se envolve nas disputas do município, principalmente nos momentos de eleição. Não podemos esquecer que a participação popular nas eleições, em sua maioria, está marcada por uma subjetividade de ganhos materiais em troca do voto. Esta realidade é própria de pequenos municípios, dos bairros pobres e das favelas, mas, atinge todo o território nacional como expressão de nossa cultura política elementar.

A maioria dos intentos de unificação dos movimentos sociais através dos fóruns, articulações, coordenações etc., não tiveram sucesso na perspectiva de horizontalização do processo. Consegue-se unificar nacionalmente, mas, na grande maioria dos casos, a mesma articulação não se dá nos Estados e muito menos nas regiões dentro dos Estados, sendo que, nos municípios, nem se chega a organizá-la. Poderíamos perguntar: Porque a CMS não está nos municípios? Duas possíveis explicações se colocam: primeiro, porque os movimentos não estão organizados nestes ou, caso estejam, não conseguem assimilar o debate das estruturas nacionais de cima para baixo; segundo, o que se discute nacionalmente tem pouco a ver com o cotidiano das pessoas e por isso não é entendido. Nas nossas pautas e táticas políticas não estamos conseguindo fazer a interação entre a vida das pessoas no seu local, com os problemas e as soluções que estão sendo construídas, com a macropolítica nacional e internacional. A vida objetiva das pessoas passa longe das interpretações políticas e das táticas e estratégias que discutimos e elaboramos. Qualquer instrumento político ou programa sério terá que dialogar com o povo. E o povo está nos locais, nos territórios. Por isso temos que discutir os problemas locais conjugando-os às questões nacionais e internacionais. Pois as soluções dos problemas locais passam por soluções nacionais e estas, passam pelas respostas às demandas e organizações das lutas locais.

Normalmente nos discursos dizemos que quem fará a revolução será o povo brasileiro. É verdade. Se, por um lado o conceito de “povo brasileiro” ajuda a explicar muitas coisas, por outro é abstrato e evasivo. O povo vive, come, tem sua subjetividade e está morando em algum lugar concreto. Por isso, a par dos inúmeros problemas, também estão sendo construídas muitas iniciativas e soluções e é onde acontece realmente a solidariedade entre as pessoas. Estas manifestações, segundo Che Guevara, são o germe do socialismo no seio do povo.

Se ao olhar somente para a árvore não conseguimos ver a floresta, o inverso também é verdadeiro, pois se nos fixarmos somente na floresta não lograremos ver e conhecer a árvore. Não se trata de deixar-se levar pelo impulso pós-moderno e ficar somente na parcialidade, mas devemos repensar a totalidade sem sacrificar a parte e tomando-a como ponto de partida para a construção das lutas e de experiências do Poder Popular. Isso, de modo algum, prejudica as construções nacionais ou internacionais necessárias da classe trabalhadora, pelo contrário, as fortalecem.

d. Os assentamentos/acampamentos e o município

Os assentamentos e acampamentos de sem terra estão localizados em municípios. Estes em regiões, Estados, assim por diante. Cada qual com uma história, com um povo, com uma cultura, com aliados e até inimigos diferentes. Embora no geral, os inimigos de classe sejam comuns.

A maioria dos assentamentos se envolve nas disputas municipais eleitorais, sem uma política clara, apesar de agirem por princípios gerais norteados pela prática do MST. Por isso, a cada eleição, surgem vários problemas para as direções regionais ou estaduais no sentido de controlar os candidatos que surgem aos montes, por vários partidos, dentro dos assentamentos. Ora, se entendemos que precisamos acumular forças e esta se dá na capacidade do entendimento político da luta de classes e, portanto, na elevação do nível de consciência dos militantes e da base; e se, além disso, necessitamos disputar os espaços na economia, cultura e na política com os inimigos de classe em todos os âmbitos, seja local, estadual, nacional etc., então, o papel dos assentamentos e acampamentos, assim como da militância devem ser qualificados. Ademais das lutas corporativas, precisam ser orientadas para as lutas políticas e, inclusive, se for o caso, às disputas eleitorais.

Os assentamentos e acampamentos não podem ser vistos como entes isolados no município, mas como parte da sociedade local. É verdade que os mesmos tem particularidades e, por isso, precisam disputar, entre outros, as políticas públicas específicas, também, nos locais. No entanto ao redor dos assentamentos existem outros setores do campo, como os pequenos agricultores, pescadores, quilombolas, etc, bem como, os trabalhadores urbanos. Todos esses atores da classe trabalhadora estão interessados em políticas públicas e, se motivados, poderão lutar e se organizar, muito mais, que hoje, para a conquista das mesmas. A falta de creches, escolas, bibliotecas públicas, salas de cinema, lazer, emprego, estradas e urbanização, a discussão sobre o controle público do orçamento dos municípios, que precisam atender as demandas populares, é parte dos problemas locais que podem ser mobilizadores e organizadores para o empreendimento de uma nova cultura política no local e, de igual maneira, no país.

A questão é como organizamos a nossa base para disputar as políticas públicas específicas e como nos inserimos e ajudamos a classe trabalhadora local a lutarem por estas e se organizarem para juntos mudar a realidade socioeconômica e cultural do município. Faz parte do aprendizado, inclusive, a percepção dos limites do poder local e conseqüente necessidade de uma articulação e construção mais amplas da classe. Poderá se afirmar que a disputa por políticas públicas é um luta economicista e imediata. Podendo ser verdadeiro, se ficar restrita a isso. Mas será na disputa por melhorias das condições de vida, por políticas públicas progressistas, que poderemos mobilizar, elevar o nível de consciência do povo e ajudar a organizar a construção do poder popular no município. Nessa interação das lutas, na organização interna da nossa base e da sociedade local é que formaremos militantes e quadros com capacidade política.

Acreditamos que esse campo das políticas públicas é muito complexo, devemos

clarear mais a intencionalidade do fazer a luta nesta área. A estratégia política principal é a construção do poder popular, pois as mudanças que estamos propondo para o campo, bem como as amplas mudanças na sociedade, somente serão alcançadas se conseguirmos construir o mesmo.

O MST continuará sendo um movimento de luta pela terra e reforma agrária, inclusive como forma de organizar uma parte importante da sociedade que se mobiliza por estas reivindicações imediatas. Porém teremos que nos qualificar para ajudar na construção da estratégia política principal. As experiências que nós construímos, com todos os seus limites, são importantes espaços de participação popular e, por tanto, de aprendizado da nossa base. Devemos sempre estimular a incorporação do maior número de pessoas nos espaços organizativos, as mais variadas lutas, debates políticos e teóricos para que, além da participação formal, tenhamos uma participação efetiva e de qualidade e, com isso, formar o maior número possível de quadros não só para o MST, mas para a luta política da classe trabalhadora.

O específico e o geral – neste caso, a luta pela terra e a luta política pelo poder popular, por exemplo – devem ser fundidas, bem como as lutas sociais dos acampamentos e assentamentos por melhorias das condições de vida, que são elementos mobilizadores, pois dialogam com as necessidades imediatas das pessoas, devem estar articuladas à construção do poder popular no local e nacionalmente, conjuntamente com outros setores da classe trabalhadora. E assim, os militantes que atuam prioritariamente no local terão tarefas políticas importantes e serão fundamentais na interação das lutas imediatas com as lutas gerais e na organização de base – dentro e fora do assentamento. Da mesma forma, os militantes mais disponíveis para viajar são imprescindíveis nas articulações do local com o nacional e na interlocução com outros setores organizados da sociedade. Com isso, incorporaremos muito mais gente, com tarefas e responsabilidades políticas nos vários espaços de atuação.

Ainda, no caso dos sem terra, podemos verificar que a extensão da luta atinge mais de 1000 municípios em todo país. Num primeiro momento poderíamos pensar que é pouco, uma vez que existem mais de 5.500 municípios. No entanto, se estes territórios de luta e debate político aglutinassem outras tantas organizações na construção do poder popular local, já teríamos milhares de trabalhadores e proletários inseridos no mecanismo de participação social e contestação do modo de vida Burguês do Município e do Estado como um todo. São estes arranjos que devem ser potencializados como instrumentos de massificação. O mesmo poder-se-ia afirmar da luta pela moradia urbana, nos bairros e etc. Se tivermos a capacidade de projetar e construir o movimento político com os demais setores da classe, talvez, nos próximos 05 ou 10 anos, poderemos estar organizados em 3.000 ou mais municípios. Então, este poder popular real permitiria alterar, de fato, a correlação de forças no nosso país.

3. DESENVOLVER PRÁTICAS PARA O EXERCÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR

3.1. Acompanhar e estimular as novas formas de ação e organização

A situação sócio-econômica atual é muito diferente da enfrentada pelos revolucionários no início e meados do século passado. A fase neoliberal do capitalismo coloca para os revolucionários, da atualidade, grandes desafios, principalmente, relacionados às complexas mudanças ocorridas nas condições técnicas de produção, internacionalização dos padrões de dominação, alteração nos sistemas de fluxos informacionais e circulação, diferenciações sociais dentro do próprio proletariado,

existência de enormes contingentes de pobres concentradas nas periferias dos grandes centros etc. Por isso, dentre tantos outros desafios, ressalta-se o de entender e estimular novas formas de ações e de mecanismos de participação de massas que estão sendo gestados seja na simples luta pela sobrevivência, seja nas ações articuladas como parte de uma estratégia de acúmulo político dentro do quadro atual.

Já existem diversas experiências realizadas, nos diferentes níveis de intervenção da atividade humana: controle dos trabalhadores e auto-gestão de empresas, luta eleitoral e a participação no parlamento ou nos governos locais, participação popular nos orçamentos públicos, participação e controle em áreas como educação, saúde, transporte público (a luta pelo passe livre), a luta pela democratização dos meios de comunicação (rádios e TVs populares), os movimentos sociais contra as desigualdades econômicas, étnicas, sexual, racial, a violência policial, em defesa do meio ambiente etc. Todos estes processos são alguns exemplos de ações e instrumentos que o nosso povo, aqui e acolá, lança mão como forma de defender seus interesses e elevar sua cultura política.

Essas experiências precisam ser potencializadas, pois é a partir delas, com estímulo, formação e quadros, que se poderão preparar as massas para assumirem, elas mesmas, a direção do processo de luta e transição ao socialismo, diferentemente do que ocorreu no passado recente. Elas sintetizam a garantia para o seu êxito. Engels, no prefácio de “Luta de classes na França”, em 1895 diz que *“acabou a época das revoluções de assalto ao poder de cima para baixo, as revoluções de agora em diante serão fruto da luta das massas e, se são as massas que a farão, elas precisam saber porquê farão, e porquê entregarão as suas vidas a esta causa”*. Podemos complementar dizendo: se forem as massas que farão a revolução, portanto, a elaboração do programa e dos objetivos, a condução e direção, a profundidade das transformações que serão feitas, deverão estar de acordo com os anseios das massas.

Porém, não se trata de sermos ingênuos ou idealistas. Obviamente que, a partir do nível de informação e formação da grande maioria do povo, mediados e impregnados de ideologia burguesa, será muito difícil caminharmos somente pelas massas em direção a uma verdadeira revolução social libertária. Por esta razão, uma das grandes tarefas da militância é ajudar a desvendar os fetiches da sociedade capitalista e todas as suas mazelas, além de propagar a possibilidade de uma nova sociabilidade sob novos paradigmas, que aponte para plena felicidade humana e para outra relação com a natureza. Por isso falamos de processos em construção, de experimentações que, necessariamente terão de ser feitas, como parte do aprendizado histórico das massas, se de fato queremos uma revolução verdadeira e que se sustente em permanente transformação ao longo do tempo.

3.2. Metodologia, formas organizativas, desafios na construção do poder popular: Construir um Movimento Político Pelo Poder Popular.

Quando estamos propondo um instrumento para a construção do poder popular, não estamos querendo que a massa seja simples receptora das verdades que os nossos escritos revelarão, nem tampouco que seja consultada eventualmente para aferirmos se estamos ou não aplicando as melhores linhas e táticas. Queremos construir espaços em que a maior quantidade possível de pessoas possam ser inseridas nos processos de preparação, discussão e realização de lutas e construções organizativas, como parte do aprendizado e de exercício efetivo do poder do povo. Sabemos, no entanto, que não basta simplesmente inchar a organização, neste sentido é mais fácil enganar milhares de ignorantes que um grupo de militantes preparados.

Trata-se, então, de conjugar na mesma organização os quadros e a militância, que será forjada nos processos de lutas, numa interação permanente com as experiências nos bairros, categorias, movimentos, enfim, nas lutas do povo que serão desenvolvidas. Estimular, apoiar, estar presente nas lutas e extrair delas lições junto aos seus protagonistas, este é o exercício mais importante para o aprendizado das massas e dos militantes. Nesse sentido, podemos dizer que o nosso instrumento será de quadros e de massas que se elevarão à condição de sujeitos reais das profundas mudanças. Aliás, instrumentos políticos que contam com a participação exclusiva de intelectuais, com o melhor programa, com as melhores propostas, com as verdades mais incontestáveis, mas sem inserção e participação popular, não faz revolução em canto nenhum. Instrumentos fechados neles próprios, que já não têm mais o que aprender, pois possuem a verdade, dificilmente verão nas massas (“ignorantes”) qualquer possibilidade de aprendizado.

Diante das necessidades postas para a luta de classes neste momento, e pelas experiências desenvolvidas até então, um instrumento político que pretenda ser vitorioso no seu empreendimento, terá que inovar na elaboração teórica, no método, nas formas organizativas, nas táticas de luta e, principalmente, na concepção do que é uma verdadeira revolução popular. O marxismo, assim como uma organização política revolucionária, aprende com a prática das massas e não pretende ensinar-lhes as formas de luta “inventadas” por sistematizadores de gabinete. Por estes motivos estamos propondo a construção do MPP, Movimento pelo Poder Popular.

Para tal, deveremos debater o assunto junto a outros setores organizados da classe trabalhadora, bem como com outras construções e espaços de articulação e lutas já existentes. Entre estes, devemos discutir junto às Assembléias Populares, inclusive, como forma de se dar um salto de qualidade orgânica destas.

O objetivo principal do MPP, como o próprio nome sugere, será a CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR. Para tal, o programa que será construído, deverá ser amplamente discutido na militância do Movimento, da mesma forma que estará em processo de construção permanente. Esta dinâmica pretende dialogar com o povo, para que este incorpore as propostas e necessidades objetivas da classe trabalhadora e seus anseios de mudanças e se torne, não um documento, mas um compromisso coletivo elaborado e assumido conscientemente por todos.

Precisamos estimular a construção dos CONSELHOS POPULARES. Os exemplos de construção dos conselhos populares poderão ser encontrados em várias experiências históricas da classe trabalhadora: desde a Comuna de Paris; os *Soviets*; os conselhos na Alemanha, de Rosa Luxemburgo e da liga Spartacus de 1918 e 1919; os conselhos de fábricas, com Gramsci, em Turim e outras. Hoje, no Ceará, apesar de estar numa fase inicial, há um intento importante na construção de tais conselhos.

Mais que o apego ao nome “conselho”, que em cada localidade poderão ser adotados outros nomes - como, por exemplo: as assembléias populares - o importante aqui é termos clareza de que necessitamos construir uma organização de massa, da classe trabalhadora, que tenha como horizonte estratégico a construção do poder popular. Por onde iniciar e como, dependerá de cada realidade. No caso de Fortaleza, no Ceará, o início da construção dos conselhos se deu a partir dos comitês de campanha para a eleição da Prefeita Luiziane. Depois, os mesmos foram se organizando nas grandes regiões e bairros, e construindo a sua autonomia em relação ao partido e à administração. Hoje, fazem parte do Movimento dos Conselhos Populares (MCP).

Poderemos trabalhar para que o conjunto dos Conselhos Populares, no futuro, faça parte do Movimento dos Conselhos Populares do Brasil, ou simplesmente, da República dos conselhos populares. Essa construção, portanto, passará pela organização dos

conselhos populares nos municípios, em regiões dentro de municípios grandes, em regionais dentro dos Estados, integrados estadual e nacionalmente. Sem pretender cair em fórmulas, mas como exercício, podemos exemplificar da seguinte maneira: a) Conselhos regionais dentro dos municípios; b) Conselhos municipais; c) Assembléias regionais nos Estados, compostas pelos representantes dos conselhos locais; d) Assembléias Estaduais dos conselhos; e) Assembléias, plenárias ou congresso nacional dos conselhos e; f) Plenárias específicas das frentes de luta e organização. Dentro dos conselhos poderão ser criadas (no Ceará foram criadas algumas) várias frentes de lutas como: frente de luta por moradia; frente de luta por trabalho; frente de luta pela construção de bibliotecas públicas, pela universidade popular socialista; frente da juventude etc. A partir das frentes conjugam-se as várias demandas sociais e políticas dentro da mesma estrutura organizativa dividida simplesmente por estas (frentes), para efeitos de divisão de trabalho e para melhor dialogar com as necessidades do povo.

Dentre as tarefas políticas poderão ser articuladas, ademais das frentes mencionadas: a luta por políticas públicas, disputando, assim, a mais-valia social, para investimentos no melhoramento da qualidade da saúde, educação, cultura; o estudo, a discussão e disputa do orçamento público, para que estes sejam investidos em qualidade de vida da população e não para engordar os bolsos das grandes empresas; disputa dos vários espaços de poder no município, inclusive das prefeituras; outros. Na atualidade, a disputa eleitoral pode e tem um apelo popular significativo, podendo no futuro não tê-lo e, em função disso, adotarmos táticas diferentes, tal como a desobediência civil, definindo-se, por exemplo, em não votar. Mas isso não é o objetivo central, isso é tática política que será adotada em função da análise que se faça. Não há contradição em disputar processos eleitorais com a construção do poder popular, desde que a tática seja entendida como tal e a centralidade política seja o debate e a construção do mesmo. Aliás, já temos vários instrumentos que fazem a disputa política eleitoral, o que nos poupa de colocar o nosso instrumento nesta tarefa. Se entendermos que seja importante fazer a disputa eleitoral, em vários locais ou até nacionalmente, e que, o partido X ou Y, com o(a) candidato(a) A ou B seja aquele que se comprometa com a construção do poder popular, não há problema em participarmos dos processos eleitorais.

Apesar de colocar algumas tarefas, o mais importante é destacar que estes espaços serão construídos como parte do exercício e aprendizado do povo, e que existirão muitas particularidades que nenhum texto poderá dar conta. Isto exigirá da militância muita sabedoria, criatividade e paciência. Se quisermos o poder popular o povo terá que participar e, para tal, é necessário ir desenvolvendo uma pedagogia própria. Muitos dizem que o povo não quer participar e, em parte, têm razão. Ora, vivemos numa sociedade que inibe a participação das massas, pois somos educados, da família à escola, na igreja, no trabalho, no esporte e lazer, pelos meios de comunicação, leis etc., a respeitar e reproduzir uma estrutura verticalizada de poder. Até em setores da esquerda se reproduz o verticalismo quando se acredita que só a vanguarda é capaz e que as massas são simples expectadores e apoiadores ou, que é necessário o grande líder no comando. Fomos doutrinados a isso.

No entanto, precisamos clarear que algumas ONG's, o Banco Mundial, instituições estatais e até algumas empresas, sob a idéia da "responsabilidade social", estão, em muitos locais, estimulando a participação de indivíduos ou comunidades em "conselhos" de várias coisas e níveis. Na maioria destes, a participação proposta é o que poderíamos chamar de uma participação estéril, que não altera absolutamente nada, ao contrário, ajuda na sustentação e credibilidade a organismos interessados na manutenção do *status-quo* buscando construir consensos. Esta forma de atuação fortalece as individualidades particulares dentro do quadro de barbárie, fruto da ação do

próprio Estado Neoliberal. Portanto, não é desta participação e nem conselhos deste tipo que estamos falando.

Estimular a participação é um processo lento, difícil, que demorará bastante, mas é imprescindível se queremos que a revolução ocorra e se sustente em permanente transformação ao longo do tempo. Os conselhos, os núcleos ou as lutas que façamos não são o objetivo final, mas os meios onde a massa aprenderá a participar para, no processo, assumir o comando político do seu destino e dos destinos do seu Município, Estado e Nação.

Se o fim está também nos meios, estes têm que estimular, desenvolver, experimentar os valores e o fazer da nova sociedade. Se quisermos ter novas relações de gênero, que também são relações de poder, as mulheres terão que estar inseridas e devemos estimular o debate e a superação do machismo. Se a juventude é importante para a revolução, ela não poderá ser vista como simples ativista, terá que ser incorporada efetivamente. Se, para nós, o Socialismo não é algo estanque, nem será construído de uma hora para outra, então, precisamos resgatar os elementos de solidariedade, cooperação e generosidade, estimulando a generalização destes por meio das experiências concretas a serem desenvolvidas.

A construção do MPP será a partir do que existe. Podendo ser em alguns lugares a partir do MST, do MAB, do MPA, do MTD, estudantes, professores, operários, das assembleias populares, entre outros. No entanto, a construção dos núcleos do MPP, quanto espaço organizativo, deverá estar vinculada à construção dos conselhos populares, podendo e devendo se dar concomitantemente. O mais importante aqui não é a fórmula, mas o método de construção, levando-se em consideração a linha política geral. Deverão ser formados em todos os locais, municípios, ou bairros, como uma instância do Movimento (MPP). A tarefa fundamental destes, além do estudo, do debate e da construção do MPP, deverá ser a de fermento, formador, organizador ou estopim da construção dos conselhos populares.

Nesse sentido, os núcleos ajudarão na construção dos conselhos populares e das lutas que, por estes, serão desencadeadas e delas se nutrirão, incorporando os quadros produzidos na organização do MPP. A práxis local - lutas e reflexões - alimentarão a organização do MPP e a organização do povo nos conselhos. Ao mesmo tempo dirigirá e será dirigido pelos conselhos, formará e será formado por este processo. Esta dialética é a melhor forma de se evitar a cristalização e a burocratização do nosso instrumento. Talvez, no futuro, ao invés do núcleo, poderemos ter os próprios representantes dos conselhos nas estruturas do MPP, ou o MPP fundido à República dos Conselhos Populares do Brasil.

Resta tecer alguns comentários sobre as alianças:

- se compreendermos que a estratégia principal é a construção do poder popular e que neste processo a classe trabalhadora não pode ser substituída por nenhum instrumento, por mais qualificado que seja, mas que ela terá de exercer o mesmo, inclusive, como parte do seu aprendizado histórico;
- se compreendermos que os instrumentos construídos pela classe trabalhadora são meios, e não fins, devendo ser facilitadores do aprendizado e organizadores da classe para simplesmente alcançar os objetivos;
- se entendermos que o Brasil é imenso geograficamente e que existe uma enormidade de diferenças culturais e, portanto, uma riqueza enorme, que nenhuma organização sozinha, por mais complexa que seja, daria conta do tamanho dos desafios;

- se entendermos que em cada canto desse país, a par de inúmeros problemas sociais, existem resistências e lutas, bem como, solidariedade, generosidade e ações concretas sendo construídas com o objetivo de mudar a vida do povo, mesmo que estas, por vezes, não tenham tanta clareza ideológica ou não estejam inseridas dentro das formas organizativas mais conhecidas, mas nem por isso deixam de ser importantes, mas que precisam ser reconhecidas e, se possível, incorporadas ao processo geral como parte importante dessa grande construção coletiva;
- se tivermos clareza de que a disputa principal não é pelo comando do processo, para estar na frente, pelo protagonismo individual ou de grupo, já que o verdadeiro protagonista é a classe trabalhadora e, portanto, que os reais inimigos de classe são os setores burgueses e seus aparatos e não outros instrumentos do próprio proletariado;
- se tivermos sabedoria para aceitar que não temos a verdade absoluta, mas que todos temos conhecimentos, e me refiro também à massa, e que estes precisam ser compartilhados em diálogos com os muitos outros conhecimentos existentes, de forma aberta, sincera e sem hipocrisias, como parte do enriquecimento mútuo e da elevação espiritual;
- se, por fim, entendermos que a construção do Socialismo, como realização de uma sociedade fundada nos melhores valores do ser humano, tem uma história e que todos somos herdeiros, mas também se faz aqui e agora, todos os dias em nossas lutas, na solidariedade, nas festas, nos diálogos, e está sendo construída por sujeitos contraditórios que são, ao mesmo tempo, egoístas e altruístas, tacanhos e generosos, rudes e bondosos, portanto, dialéticos, então teremos que ter muita paciência, determinação e generosidade. Assim, também as alianças ficarão mais claras.

Todos (as) podem e devem participar e ajudar a construir o Poder Popular, pois têm tarefas e responsabilidades para milhões. Os movimentos, os partidos, os sindicatos e outros instrumentos da classe trabalhadora serão importantes aliados nessa construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou iniciando o debate...)

“Os erros cometidos por um movimento de trabalhadores autêntico e revolucionário, são muito mais frutíferos e tem mais importância histórica que a infalibilidade do melhor comitê central.” (Rosa Luxemburgo)

Como os leitores puderam observar, optei por não escrever um capítulo específico sobre o Poder Popular, mas tentei permear o debate sobre o mesmo no decorrer de todo o texto, ora com lições extraídas da história, interpretando as lições apreendidas, ora com idéias, a partir das experiências estudadas, sobre a construção do Poder Popular. O poder não é uma coisa, o poder é relação social. Ele pode ser de dominação, como na sociedade atual, ou como propositor da igualdade entre os sujeitos livres, em uma sociedade em transição. O Poder Popular, portanto, brota e se realiza com e pelo povo (quanto classe social) num projeto de construção do socialismo. É a capacidade de pensar, propor e fazer o seu próprio destino e os destinos da comunidade, da região e de um País, respeitando-se as diferenças culturais e as individualidades. Individualidade aqui, não no sentido do individualismo burguês, mas das capacidades físico-psíquicas e da subjetividade dos indivíduos, já que todo processo de construção do Poder Popular, necessariamente terá que ser coletivo.

Criar o novo poder, ou seja, criar o poder popular significa criar novas formas de

relações humanas, novas relações societárias, novas relações políticas. Estas não podem começar apenas a partir da “tomada” do aparelho de Estado, mas devem realizar-se no processo, na caminhada. Se Marx tem razão ao afirmar que nos fazemos ao fazer as coisas, o nosso fazer hoje tem que ser um fazer revolucionário. Se queremos liberdade, o nosso fazer tem que ser libertário.

Criar o Poder Popular significa construir novas relações cotidianamente nos processos de lutas, nas escolas, nas famílias, nas relações entre militantes, nas estruturas organizativas. Em todos os espaços devemos ir forjando e exercitando os valores e a cultura do poder popular. Os sujeitos não se realizam por uma concessão que lhes é dada. Mas por sua luta, pois através dela é que se conquista o direito e se adquire consciência do mesmo. A consciência do Poder Popular não será imposta de fora e nem de cima para baixo, mas de um processo que se dará a partir da “práxis” inovadora, lutas/reflexão, prática/consciência, erros/acertos.

Na atualidade e, para não cair no idealismo, o Poder Popular, enquanto forma, deverá ser o de uma “democracia popular”, uma vez que ainda, experimentamos e aprendemos em meio às desigualdades. Se existem desigualdades deve haver democracia, respeitando-se as opiniões e os direitos das minorias (politicamente), e que, ao mesmo tempo, se faça um permanente exercício de construção de hegemonia da classe trabalhadora, o mais horizontal possível. Todavia, não pode ser a democracia burguesa, balizada na falsa noção de igualdade, em que as possibilidades se diferenciam pelas posses de cada um. Deverá ser um exercício da democracia solidária, de participação direta e de construção da consciência de classe.

A conquista do poder do Estado é uma, dentre as muitas tarefas importantes na construção do Socialismo, pois o mesmo é fundamental na fase de “transição”, sempre e quando não se pretenda, com e através dele, substituir a classe nesta tarefa.

Estamos num momento em que podemos fazer muitas reuniões e exercitar a construção do Poder Popular através da participação ativa e consciente do povo quanto classe. Devemos aproveitar isso ao máximo, pois, talvez no futuro, tal qual no passado recente, não possamos fazê-las abertamente. Podemos ilustrar isso com a piada do sujeito que não gostava de reuniões. Os companheiros sempre convidavam um indivíduo para participar das reuniões do núcleo e a resposta era sempre a mesma: “você vivem fazendo reuniões e discutindo as mesmas coisas, é uma perda de tempo. Quando vocês fizerem ações mais radicalizadas para derrotar de vez esta burguesia nojenta, então me convidem, meu negócio é ação radical”. Depois de várias tentativas sem sucesso, abandonaram a idéia de convidá-lo. Passado um tempo, a organização decidiu empreender a luta radical e lembrou-se daquele indivíduo. Foram convocá-lo à ação dizendo: “você disse que não queria conversa fiada, chegou a hora, vamos para a ação armada, você vem?” O sujeito, meio assustado, titubeando, perguntou: “vem cá, não dá pra fazermos uma reuniãozinha antes?”

As reuniões, os debates, as assembléias, as lutas, são espaços importantes no exercício da participação e do aprendizado, são momentos que todos podem dar a sua opinião, divergir, e ajudar a construir idéias e projetos coletivos. Pode ser que existam momentos nesse processo de construção em que não possamos fazer tantas reuniões e debates públicos e, portanto, as formas e as táticas tenham que mudar radicalmente. Numa situação dessas, não haverá tempo e nem espaços para grandes debates, por isso, se não construirmos agora, nos tempos de paz, as referências ideológicas, se não permitirmos, agora, que todos dêem sua opinião, não será na guerra que faremos isso. Se não fizermos isso, como o povo aprenderá a fazer e exercitar o poder popular? Poder Popular se faz com participação popular, com a experiência do fazer e de participar. É lento e difícil, mas fundamental para um processo que pretenda ser democrático

realmente, que se sustente no tempo enriquecendo-se cada vez mais. Não será por decreto que faremos o verdadeiro poder popular.

Felizmente estamos numa fase em que podemos e devemos experimentar várias formas organizativas, com paciência e generosidade, mas com persistência e espírito crítico. As formas organizativas deverão ajudar e serem facilitadoras na implementação dos objetivos principais. O fazer imediato deve estar profundamente vinculado ao que se quer no futuro.

PODER E DOMÍNIO

Excertos

Fábio López López

AGENTE SOCIAL, FORÇA SOCIAL E CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO

Nosso trabalho se restringe à área social, por isso nos interessamos em desenvolver um modelo que partisse do agente social. Entendemos como agente social qualquer ser humano que viva em sociedade, tenha capacidade de desejar, escolher e agir. Este agente social está necessariamente inserido em uma realidade social conflituosa. Qualquer sociedade, mesmo a comunal, tem conflitos, logo tem relação de poder, pois um grupo terá de impor sua vontade contra os interesses de outros quando um objeto escasso estiver em disputa.

Todo agente social é dotado naturalmente de uma determinada força social, que é a energia racionalmente aplicada pelos agentes na consecução de seus objetivos na sociedade. Cada agente tem determinada força social, mesmo que esta se restrinja à mera “força bruta” – a qual não serve muito mais do que para uma primária agressão física. É óbvio que a força social dos agentes é variável, de agente para agente, de um agente no transcorrer de sua vida e até com relação ao projeto que o agente está engajado. Todos os agentes, para alcançar seus objetivos se valem (quando possível) dos instrumentos para ampliação da força social. Qualquer coisa pode ser instrumento para ampliação de força social: um armamento simples (como uma faca ou revolver), informação, aumento de força física, aprimoramento de técnica de luta, saber e experiência para melhor atuar (otimização na aplicação das forças que dispõe), erudição (para ter maior capacidade de persuadir), ou uma máquina que aumente a produção do trabalho.

Uma força social tem determinada capacidade de realização. Capacidade de realização pode ser entendida, como a possibilidade de produzir de determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém. É muito importante esta definição, uma vez que a “capacidade de realização” é constantemente utilizada como sinônimo de poder. Ou seja, quando um agente tem a capacidade de realizar ou produzir determinado efeito, se diz que ele tem poder. Não é nada disto, o agente pode ter a capacidade de realizar até uma relação de poder, contudo, nem tudo que o agente realiza é poder. [...]

Nosso trabalho se restringe ao poder como relação social. Então só entendemos por poder aquilo que atinge os agentes sociais. Se analisássemos sob uma ótica mais ampla, como a de Nietzsche, aí sim poderíamos dizer que qualquer produção é uma relação de poder. [...]

PODER

Na exposição da capacidade de realização, nos precipitamos e demos pistas do que entendemos por relação de poder. Então, entremos logo na discussão sobre o poder, pois ela nos elucidará o entendimento da capacidade de realização. Façamos algumas considerações para irmos definindo o que é poder.

O poder é uma relação social que está localizada no espaço, tempo e na sociedade. Ou seja, uma determinada relação se estabelece em determinado lugar, em determinada época e envolve determinado grupo de agentes.

O poder, também, não pode ser entendido apenas como sinônimo de repressão: o poder constrói, o poder cria, o poder articula e estrutura toda a sociedade. Sempre em favor de quem o detém. Contudo, isto não é necessariamente antipopular. Por exemplo, quando uma comunidade impede que se construa uma Usina Nuclear em sua localidade, frustrando empresários e o Estado, temos uma relação de poder onde a vontade popular foi vitoriosa.

Poder não pode ser mero sinônimo de força social, pois para ter poder é necessário fazer uso de sua força e ela ter efeito – ou ao menos poder fazer uso desta força (quando lhe convier) e isto ser o suficiente para conseguir o efeito. Vamos mais além, ter força social e consolidar algo onde não encontramos oposição, onde todos são indiferentes ou unânimes em nos apoiar, também não pode ser entendido como uma relação de poder. Lembremo-nos que nosso modelo é de conflito social, no qual todo agente tem um determinado quantum de força. Estes agentes têm vontades, intenções diferentes e por isto entram em conflito. O conflito entre agentes significa o enfrentamento entre as forças sociais mobilizáveis por estes agentes. A maior força social será a vitoriosa, conquistando para o agente que a mobilizou o objeto pelo qual se digladiava. É este ato de imposição de uma força sobre sua oposição que chamamos de poder. Para ser mais exato: poder é a imposição da vontade de um agente através da força social que consegue mobilizar para sobrepujar a força mobilizada por aqueles que se opõem.

Voltando à questão da capacidade de realização. Podemos considerar que um agente tem a capacidade de realizar uma relação de poder, uma vez que no embate com outro agente, ele consegue produzir uma nova relação social (de poder) até então inexistente entre ambos. Contudo, como já havíamos apontado, nem toda capacidade de realização de uma força social será poder, uma vez que nem toda disposição para produzir algo gerará conflito e necessitará de um ato de imposição para se consolidar. Portanto, não é necessário ter poder para produzir, e podemos afirmar que poder tem menos a ver com produção do que com imposição. A produção é consequência da capacidade de realização das forças sociais em ação, que inclusive podem produzir o próprio poder. [...]

Para nós, só existe relação de poder se houver conflito, portanto, em algum momento à oposição, logo a resistência é condição indispensável para a caracterização sociológica do que definimos como poder.

Outro ponto, e sem dúvida mais importante, diz respeito à probabilidade de impor a vontade. Nosso entendimento é que aquele que tem a probabilidade de impor sua vontade em uma relação social conflituosa e não o faz, não tem poder algum. Este agente tem, sim, a capacidade de realizar uma relação de poder – por ter mais força social que seus oponentes – mas esta capacidade não é poder ainda. Somente quando o agente mobiliza sua força superior e se impõe no conflito, é que ele percebe uma relação de poder em seu favor. Isto porque o poder só existe quando o exercemos e não quando temos apenas a probabilidade de impor nossa vontade. Aliás, a definição de Weber de poder traz uma contradição com nossa concepção. Se o agente está em uma relação

conflituosa e mesmo tendo mais força que seu oponente não se impõe, significa, necessariamente, que seu opositor está se impondo a ele, logo o agente mais forte estaria subjogado ao poder da força social mais débil. Daqui tiramos a primeira lei do poder: quando existe um conflito onde duas forças disputam o controle de um único objeto, a guerra só cessará quando se estabelecer uma relação de poder. Da primeira lei derivamos a segunda lei: quando existe conflito, mas não vemos guerra – ou seja, em tempos de “paz” – se o agente não estabeleceu poder: seu opositor terá estabelecido. Obviamente não existe esta possibilidade do agente débil subjugar o agente forte. Chegamos à terceira lei do poder: Sempre, o agente que empenhar maior força social em determinado conflito até aquele momento histórico, será o detentor do poder.

A terceira lei suscita o questionamento sobre o modo da aplicação das forças no embate. É óbvio que partimos do pressuposto que os agentes sabem otimizar a aplicação das forças que empenham no conflito. Acreditamos que podemos partir desta pressuposição simplificadora, porque todos os agentes, quando se envolvem em uma disputa, planejam a aplicação de suas forças, exatamente para evitarem desperdícios comprometedores ao alcance das metas. Isto, inclusive, é coerente com nossa definição de força social, onde ressaltamos o aspecto racional de sua aplicação. Contudo vale lembrar que saber como “melhor aplicar suas forças” é um instrumento de ampliação da força social. Logo, aquele que sabe aplicar melhor sua força, terá uma maior ampliação desta, o que significa ter mais força aplicada no conflito.

A confusão gerada pela terceira lei do poder é fruto da ação de agentes, que não mobilizam todas as forças que têm em determinado embate. Levando em consideração apenas os casos de embate efetivo (guerra) – onde os agentes medem suas forças e capacidades – a força potencial - aquela que não foi mobilizada – não serve de nada. No combate só se considera a força que foi efetivamente empenhada. Portanto, em um conflito específico, o detentor do poder será sempre o agente que tiver mais força aplicada ao conflito. No entanto, nem toda relação de poder nasce depois do embate das forças mobilizadas. Caso determinado agente tenha grande superioridade de força com relação à oposição, talvez nem precise fazer qualquer mobilização para garantir o que quer. Para se estabelecer uma relação de poder, muitas vezes basta a possibilidade do uso da força – neste caso, apesar de não ter havido embate, o conflito é latente e perceptível.

Afirmamos que vemos agentes com potencial para mobilizar mais forças em determinado embate, mas não o fazem. Isto dá a impressão de que o agente optou por não mobilizar as forças de que dispunha. Tal omissão teria como consequência a consolidação de coisas que o agente é contra, ou a frustração de seus planos. Contra isso, os agentes usam todas as forças disponíveis para defender aquilo que realmente consideram importante. Se assim não fizer, é porque suas forças já estão debilitadas – talvez pela fadiga da batalha – ou não dispõem mais das forças que supunha, ou ainda, o custo de mobilização destas forças passou a ser proibitivo –isto significa, não dispor de recursos para mobilizar a força que se desejava, o que é quase o mesmo que não dispor mais destas forças. Chegamos assim à primeira conclusão sobre a lógica do poder: quem tem mais força social se impõe sempre, logo é o detentor do poder. A lógica do poder não parece facultar ao agente com força social superior a escolha de querer se impor ou não. Este é outro ponto de contradição com Weber. Pois a lógica do poder nos leva a concluir: todo aquele que tem a probabilidade de impor sua vontade, se imporá sempre. Sendo assim, ninguém considera a probabilidade de se impor, ou se tem

condições para fazê-lo ou não, se tiver força para tal, o fará. [...]

Podemos definir outro conceito importante: subjugado é todo agente social que sofre contra si uma relação de poder, pois sua força social é débil no embate com a outra. Os subjugados se dividem em dois grupos: os que se tomaram dominados, pois acabam trabalhando em prol dos interesses do poder e dos resistentes que não trabalham naquilo que se opõem. Todo subjugado obviamente sofre uma opressão, que significa a imposição unilateral de uma das partes de um determinado relacionamento – é consequência necessária da relação de poder.

O conceito de domínio é complexo, por isto, trataremos exclusivamente do grupo dos dominados no próximo capítulo. Já o tratamento dos resistentes, nos abre o caminho para aprofundarmos o entendimento sobre a lógica do poder.

Quando um agente entra em uma disputa, ele vai se articular de todas as formas para garantir seus interesses. Isto significa que o agente tenta em todo lugar procurar aliados e instrumentos suficientes para, quando o embate ocorrer, suplantar a oposição. Ao contrário do que se pode imaginar, o embate não cessa quando uma das forças consegue seu objetivo, ou seja, ao se estabelecer uma relação de poder. Não nos esqueçamos que a força subjugada foi derrotada na disputa de um objeto em determinado momento histórico, contudo não deixa de existir. Ao contrário, continua trabalhando em prol de seus objetivos na condição de resistência ao poder que a subjugou. Esta força subjugada pode tentar a qualquer momento e enquanto existir o objeto de disputa, reverter a situação. Portanto, o poder não é uma relação instantânea, a qual cessa após a conquista. O poder é uma relação que tem de ser permanente. A única coisa que garante a um agente a manutenção de seu interesse é permanecer sempre com mais força social que sua oposição.

Se temos um conflito social, a força subjugada não ficará parada com uma derrota. Aquela derrota é sempre delimitada no tempo. A força subjugada tentará acumular mais força para ter poder, o que significaria impor ao outro agente sua vontade. Neste caso teríamos uma evidente inversão de papéis: a força subjugada passou a ser a detentora do poder e o agente que era detentor do poder sobre aquele objeto em disputa, passou a ser subjugado. Exemplos claros são as disputas eleitorais pelo aparelho do Estado.

Então temos a seguinte situação: um agente, através da força social que conseguiu articular, consegue o status social de poderoso, que está ligado a determinado status quo – a condição de ser mais forte socialmente do que sua oposição. Para perpetuar isto, este agente tem que se manter continuamente mais forte que sua oposição, senão, com a mudança no status quo, nosso agente perde o status de poderoso. Portanto, outro ponto da lógica do poder é: a contínua e sistemática tentativa, por parte do poderoso (ou daquele que almeja o poder), de maximizar a apropriação de força social ao seu comando, para obter a expansão do quantum de força social original. Concluindo, o fenômeno social poder é uma relação social que necessita se auto-expandir para se perpetuar. Se isto não for obedecido, logo o poderoso perderá seu poder e passará à condição de subjugado.

E não existe qualquer possibilidade de o poder se perpetuar sem se auto-expandir. A estagnação da força social significa perda de poder. Por quê? Primeiro, o poder só está saudável quando se está expandindo. Estar estagnado significa que a resistência ao

poder está aumentando. O aumento da resistência pode ter como consequência a perda da disciplina interna e a desorganização da estrutura que garante o poder do agente. Com o aumento da resistência, a oposição ao poder pode se encorajar a partir para ações desestabilizadoras do poder. [...]

Por isso, ser subjugado não significa ser fraco e ser resistência não significa ser passivo. Resumindo, a resistência pode ser passiva (quando o agente não tem qualquer ação contra o poder que o oprime) ou ativa (quando o poder sofre retaliações por parte dos subjugados), isolada (tem um caráter individual) ou articulada (força coletiva).

No exemplo acima o detentor do poder apenas se limita a reagir à ação da resistência, isto mostra por que consideramos os detentores do poder como reacionários. O poder quer preservar seu status, a resistência quer mudar o seu e tal mudança significa alteração da realidade social. O poder pode até reagir preventivamente, mas isso não passa de reação. A ação e iniciativa para alterações da realidade social são da resistência. O que não significa que o poder não realize coisas, ou inicie projetos, mas as mudanças sociais relevantes na história, do nosso ponto de vista, são a alteração das relações de poder (ou de seu comando) e domínio. [...]

Dentro da teoria do poder temos de estudar as relações entre estas forças e seus poderes. O fundamental dentro destas relações é o conceito de hegemonia. Sempre existirá, em qualquer sociedade, uma organização social que, graças à sua força, conseguirá impor em grande medida a sua vontade a todas as outras forças. Se não conseguirá impor, ela influenciará todas as outras. Esta será a força social hegemônica. Ou seja, é aquela força social que lidera e influencia as ações de todas as outras forças detentoras de poder na sociedade. A força social hegemônica é a organização com maior poder de uma sociedade. Este é o ponto máximo do poder, ou seja, quando ele é hegemônico. Reparem, ser hegemônico é diferente de estar no estágio autoritário. O “poder autoritário” não tem oposição em determinado ponto. O poder hegemônico não. Ele atua sobre diversas frentes e influencia vários detentores de poder. O poder hegemônico é questionado e encontrará resistências, afinal ele tem hegemonia sobre outras forças sociais poderosas. O poder hegemônico pode dominar outros detentores de poder e domínio – trataremos disto no próximo capítulo. Assim, vamos hierarquizando e organizando a sociedade.

O poder hegemônico pode estar no estágio autoritário em diversos pontos mas, provavelmente, nunca conseguirá ser autoritário em tudo que se meter. Já um poder no estágio autoritário pode ser hegemônico por outro poder. Mas para entendermos melhor isso, precisamos nos ater à idéia de influência. Ter influência não significa ter poder. Aquele que influencia provavelmente não tem qualquer conflito com o influenciado, contudo, por razões diversas, entre elas até psicológicas, a tomada de decisão ou a informação de uma tendência por parte da força hegemônica, acaba sendo mais um ponto a ser apreciado pelos agentes sociais. Existem dois motivos para isso: primeiro, os agentes influenciados querem capitalizar o sucesso das ações do influenciador; segundo, os agentes procuram evitar entrar em conflito com a força hegemônica, uma vez que seria praticamente impossível suplantá-la. É óbvio que o agente que consegue influência, tem força social, mas isto não significa que ele conseguirá impor seus interesses num conflito com outras forças. Aquele que influencia tem grande força social, pois faz com que todos os tomadores de decisão levem em consideração suas posições. [...]

Algumas das estratégias que criam uma atmosfera favorável à perpetuação das relações de poder são: controlar os meios necessários para a sobrevivência humana, isolar o indivíduo de forma a mantê-lo como força relativamente débil (com capacidade de resistência limitada), desgastar o indivíduo fisicamente e tomar o máximo de seu tempo em função dos interesses do poder (no trabalho, por exemplo), promoção de meios de entretenimento individual (como ver esporte, TV, videogame e computador) e a criação de um clima de insegurança, medo e terror.

Estas estratégias deixam claro que o poder luta sempre pela individualização de nossas relações, só admitindo a associação (um dos instrumentos para ampliação da força social) se for sob o seu controle, ou seja, ao poder interessa manter uma sociedade desagregada, para que ele possa ser o pólo aglutinador e organizador desta sociedade. Por que isto? Para o poder, o melhor é que ele encare seus inimigos um a um, em separado. Pois ele teria toda sua organização contra apenas um. A articulação deve ser evitada a todo custo. O individualismo, a falta de comunicação, a segregação, os preconceitos, as “tribos”, a falta de solidariedade, a competição, a desconfiança generalizada, o isolamento e até a individualização são interessantes para o poder. Por isso, o poder tenta punir de forma exemplar a todos que planejem se articular – podemos ver isso, repetidas vezes, na repressão que sofreram os trabalhadores pioneiros na criação dos sindicatos.

Vemos um aspecto psicológico produzido pelo poder. Conseguindo submeter cada agente em separado; sua força social é infinitamente superior à força de cada indivíduo. Tal aspecto introduz no agente uma sensação de pequenez e de impotência. Produz uma sensação de que o poder é indestrutível e que temos de nos adaptar a suas imposições. Tudo parece imutável e nada que possamos fazer tem força para desafiar o poder. [...]

DOMÍNIO

Domínio (ou dominação) é dispor da força social de outrem (do dominado), e, conseqüentemente, de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) – que não são os objetivos do agente subjugado.

Em nossa definição já começam os problemas. Recordemos o conceito de subjugado: subjugado é todo agente social que sofre contra si uma relação de poder... Muito bem, mas domínio entra em nosso modelo como o instrumento fundamental para ampliação da força social, do qual nenhuma organização que pretenda ter poder pode prescindir. Por isso, o domínio não pode ser o mesmo que poder.

Analisemos o caso mais atentamente. Existem três elementos constitutivos de uma relação de poder: o poderoso (agente que impõe), o subjugado (agente que se opõe) e o objeto disputado ou controlado. No domínio encontramos exatamente os mesmos elementos, mas a diferença entre ambos é que, na relação de poder, o objeto controlado pelo poderoso é distinto do subjugado. Já na relação de domínio, o objeto controlado é a própria força social do subjugado. Na relação de domínio, a força social do subjugado não é mais comandada pelo próprio, mas por seu dominador. Sendo assim, o domínio é um fenômeno socialmente distinto do poder, pois contém em seu bojo a alienação do agente dominado – no poder não há alienação, mas subjugação e resistência.

Outra distinção importante. Poder é sobrepujar a força social do agente com quem nos confrontamos; ele se dá externamente à organização do poderoso. O domínio, diferentemente, é um olhar para dentro do poder. Quando falamos de domínio, estamos focando as estruturas internas de uma organização que almeja poder, ou seja, estamos estudando como determinado agente acumula forças sociais para subjugar sua oposição. Por exemplo: dois exércitos inimigos têm o domínio sobre seus soldados, mas apenas o vencedor da guerra terá poder sobre o outro exército. [...]

Se dominar fosse ter poder, bastaria a todo aquele que dominasse aumentar o número de dominados para seu poder crescer proporcionalmente. Porém, o acréscimo de mais um dominado na organização, não representa um aumento proporcional da força social apropriada por tal organização. Por quê? O dominado tem sua força social comandada pelo dominador. Quanto maior a instituição, mais complicado fica o controle da execução de todos os comandos dados aos dominados. Pior que isso, o agente dominador perde a noção de tudo que deve ser comandado e os próprios canais de comunicação acabam distorcendo o comando. Estes aspectos, acrescidos dos recursos materiais que o dominador tem que dispor para sustentar aqueles que compõem sua organização, constituem o custo que o agente tem para mobilizar determinada força social. [...]

Se a força social de um agente dominado não foi necessária, esta força na verdade não foi apropriada pelo dominador. Isto significa que a força social de um agente dominado só é apropriada pela organização caso ela, de fato, entre em ação “colaborando” para atingir os objetivos do dominador. Ou seja, ter um agente dominado à disposição não significa necessariamente que ele vá acrescentar força à organização; logo, o mero acréscimo de dominados a uma instituição não garante aumento de poder. [...]

Mas para estar dominado não basta a um agente deixar de se opor ao poder; o dominado de alguma forma consente e, na prática, colabora com o dominador – independente do que pense ou de sua vontade. Por que afirmamos isto? Como já expusemos, o poder é uma relação social que necessita se auto-expandir para se perpetuar. Algumas vezes, não se deixar dominar, ou seja, simplesmente não alienar sua força social ao poder, já é um ato de resistência (neste caso passiva). Logo, não podemos considerar que um agente esteja dominado simplesmente por não realizar ações contra o poder – pois isto pode até se configurar como resistência passiva tendo em vista a necessidade de expansão do poder. Para considerarmos que o agente está dominado, este agente terá de usar sua força social para a realização dos objetivos do dominador. [...]

Apesar de podermos entender o domínio como a autoridade com poder, o domínio continua sendo um instrumento de ampliação da força social, sem dúvida com características especiais, uma vez que é o único instrumento que pode multiplicar infinitamente a força social de um só homem e o faz da única forma possível, através do uso da força de outros homens. [...]

1. A vida do dominado fica mais pobre à medida que dedica seu tempo (patrimônio irrecuperável) à realização das vontades alheias. 2. Quanto mais coisas forem criadas através da força social do dominado, e que serão apropriadas ao comando do dominador, mais fraco e pobre relativamente fica o dominado. [...]

Assim o poder, ao dominar um agente, tem ganho duplo em seus instrumentos: a força social apropriada do dominado e do resultado da aplicação desta força. Em suma, mais possibilidade de poder porque se apropria da força social do dominado e porque toma para si o resultado da aplicação da força. [...]

Ser dominado significa estar obrigatoriamente alienado. O dominado não comanda suas ações, não precisa saber a razão delas e sua vontade não tem qualquer efeito. O que talvez exemplifique melhor esta relação (alienação-dominação) seja o fato de o dominado estar alienado de seu próprio tempo de vida realizando atividades de interesse de terceiros. [...]

O melhor meio para conseguir a dominação sobre determinados agentes é estabelecer confusão sobre seus verdadeiros interesses. E vemos isto com facilidade, por exemplo, percebamos como é difícil fazermos a diferenciação de classe atualmente. Tendo esta dificuldade, os trabalhadores não conseguem perceber e defender seus verdadeiros objetivos, estando sujeitos a agirem por interesses alheios aos de sua classe, submetendo-se, portanto, ao domínio de outra classe.

Tendo a sociedade contemporânea a capacidade de forjar vontades e objetivos nas pessoas, este aspecto deixa de ser distintivo para identificar a relação de domínio. Temos de considerar a práxis do agente. Ou seja, não importa muito o subjetivo. Se o agente deseja ou não estar na situação de colaborar com um projeto, isto não é fator distintivo para verificar se houve domínio. O estado de domínio se identifica pela falta de opção, pela coação, pela mera hierarquia, pela alienação, pela falta de voz, pela recompensa residual, tendo em vista a finalidade real do projeto – como é o caso dos salários pagos ao trabalho alienado no capitalismo. Na realidade, é a abstração teórica o melhor referencial para identificarmos uma relação de dominação, como por exemplo: a identificação das classes, de seus interesses, suas características e seus conflitos. Então, mostrar como a luta de classes estabelece as relações de domínio e poder. [...]

PODER POPULAR E PODER ALIENADO

Podemos fazer a diferenciação entre o “modelo de poder popular” (ou autogestionário) e “modelo de poder alienado” (ou hierárquico). No “modelo de poder popular” não existe domínio. O chamamos assim, pois esta é a única forma de haver uma organização com poder, onde seus componentes não sejam meros instrumentos alienados da vontade de terceiros. Ou seja, o membro de uma organização autogestionária compõe o poder daquela organização voluntariamente: suas sugestões, vontades e força são elementos relevantes. Exatamente por esta característica, o poder popular tende a ser frágil, fugaz, instável e elementar. Afinal, uma instituição deste tipo terá em seu bojo tantos pensamentos e vontades quanto forem seus integrantes, o que normalmente destrói a disciplina necessária para a manutenção da força social que conquistou o status de poderosa. Já o “poder alienado” é composto pela força social alienada de seus componentes, logo, contém domínio. Este poder é mais complexo, uma vez que trabalha com aspectos psicológicos profundos e se estrutura escondendo do dominado a face terrível da alienação. Se compararmos o poder alienado com o popular, notaremos complexidade do primeiro, uma vez que o poder popular surge do simples interesse comum das partes que o compõem. Como no poder hierárquico, a vontade de seus componentes alienados não tem grande importância, este poder é mais homogêneo, o

nível de disciplina é provavelmente maior, logo este poder tende a ser mais forte e perene – o poder hierárquico é institucional. [...]

Definimos o poder popular como aquele que não contém domínio em seu bojo. A justificativa de chamarmos esta forma de poder como popular, consiste no fato de esta ser a única forma de organização onde seus componentes não são meros instrumentos alienados submetidos à vontade de terceiros. Isto significa que, para existir de fato um poder popular, as vontades e sugestões dos que compõem voluntariamente aquela força social têm de ser elementos relevantes no planejamento e na tomada de decisão da organização. [...]

O poder hierárquico é alienador, conduz ao culto da personalidade, esvazia a vida dos trabalhadores, uma vez que estes não poderão participar de decisões relevantes para suas vidas. As conseqüências são óbvias: cada vez menos os agentes discutirão assuntos relativos à produção e à sociedade, colocando em seus lugares futilidades do tipo futebol e novelas.

* Seleção: Felipe Corrêa

CURSO 23

**OS ANARQUISTAS E OS
MOVIMENTOS POPULARES**

OS ANARQUISTAS E OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS

Errico Malatesta

Hoje, a maior força de transformação social é o movimento sindical. Da sua direção depende, em grande medida, o curso que tomarão os acontecimentos e os objetivos da próxima revolução. Por meio das organizações fundadas para a defesa de seus interesses, os trabalhadores adquirem a consciência da opressão em que se encontram e do antagonismo que os divide de seus patrões, começam a aspirar uma vida melhor, habitam-se à luta coletiva e à solidariedade, e podem chegar a conquistar aquelas melhorias que são compatíveis com a persistência do regime capitalista e estatal.

Depois, quando o conflito mostra-se inconciliável, ocorre a revolução, ou senão, a reação. Os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele um dos pilares de sua ação, fazendo o possível para que esse movimento, em cooperação com outras forças progressistas existentes, desemboque numa revolução social que leve à supressão das classes, à liberdade total, à igualdade, à paz e à solidariedade entre todos os seres humanos.

Mas seria uma grande e fatal ilusão crer, como muitos fazem, que o movimento sindical possa e deva, por si mesmo, como consequência de sua própria natureza, levar a uma revolução dessa magnitude. Ao contrário, todos os movimentos fundados nos interesses materiais e imediatos – e um vasto movimento de trabalhadores não pode edificar-se sobre outras bases –, se lhes faltam o fermento, o impulso, o trabalho articulado dos homens de idéias, que combatem e sacrificam-se vislumbrando um porvir ideal, tendem fatalmente a adaptar-se às circunstâncias, a fomentarem o espírito conservador e o temor às mudanças naqueles que conseguem melhores condições, e, geralmente, terminam criando novas classes privilegiadas, servindo para sustentar e consolidar o sistema que desejam abater.

Disso surge a urgente necessidade de que existam organizações estritamente anarquistas que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutem para a realização integral do anarquismo e tratem de esterilizar todos os germens de degeneração e reação.

Mas é evidente que para atingir seus objetivos, as organizações anarquistas devem encontrar-se, em sua constituição e funcionamento, em harmonia com os princípios do anarquismo, ou seja, não devem estar contaminadas de nenhuma maneira pelo espírito autoritário. Essas organizações devem saber conciliar a livre ação dos indivíduos com a necessidade e o prazer da cooperação, servir para desenvolver a consciência e a capacidade organizativa de seus membros e constituir um meio educativo nos ambientes em que atuam, e uma devida preparação moral e material para o porvir que desejamos.[1]

A missão dos anarquistas é trabalhar e reforçar as consciências revolucionárias entre os organizados, e permanecer nos sindicatos sempre como anarquistas.

É claro que em muitos casos os sindicatos, pelas exigências imediatas, estão obrigados a acordos e compromissos. Eu não os critico por isso, mas é justamente por essa razão que devo reconhecer nos sindicatos uma essência reformista. Os sindicatos cumprem uma função fraternal entre as massas proletárias e eliminam os conflitos que, do contrário, poderiam aparecer entre alguns trabalhadores.

Enquanto os sindicatos devem realizar a luta para a conquista de benefícios imediatos – e, sem dúvidas, é justo que os trabalhadores exijam melhorias –, os revolucionários superam isso também. Eles lutam por uma revolução que exproprie o capital e pela destruição do Estado, de todo Estado, não importa como se chame.

Já que a escravidão econômica é fruto da servidão política, para eliminar uma é preciso abater a outra, ainda que Marx tenha dito o contrário. Porque o camponês leva o trigo ao patrão? Porque existe o policial que o obriga a isso. Por isso, o sindicalismo não pode ser um fim em si mesmo, e a luta deve também se dar no terreno político, visando extinguir o Estado.

Os anarquistas não querem dominar a União Sindical Italiana – não o desejariam ainda que todos os seus membros fossem anarquistas –, nem se propõem a assumir a responsabilidade das negociações. Nós não desejamos o poder, desejamos apenas as consciências; aqueles que desejam dominar preferem ter ovelhas para melhor guiá-las. Nós preferimos trabalhadores inteligentes, ainda que sejam nossos adversários, do que anarquistas que só o são por nos seguir como um rebanho.

Queremos a liberdade para todos; queremos que as massas façam a revolução para as próprias massas. O homem que pensa com seu próprio cérebro é preferível ao que apenas aprova tudo cegamente. Por isso, como anarquistas, defendemos a União Sindical Italiana, porque ela desenvolve as consciências das massas. Vale mais um erro cometido com consciência, crendo se estar fazendo o bem, do que uma coisa boa feita de maneira servil.[2]

Justamente porque estou convencido de que os sindicatos podem e devem ter uma função bastante útil, e talvez necessária, na passagem da sociedade atual para a sociedade igualitária, gostaria que eles fossem julgados com seu devido valor. Gostaria também que, sempre que os sindicatos manifestarem sua tendência natural de fechar-se em suas próprias corporações – propondo-se somente a defender interesses egoístas da categoria, ou, ainda pior, somente de seus filiados –, possamos combater essa tendência e impedir que os sindicatos transformem-se em órgãos conservadores.

Justamente pelo fato de reconhecer a imensa utilidade que podem ter as cooperativas – naquilo que diz respeito a acostumar os operários à gestão de seus assuntos e de seu trabalho, a funcionar, no começo da revolução, como órgãos prontos para a organização da distribuição dos produtos, e a servir como centros que poderão reunir a massa da população –, eu também combato o espírito mercantilista, que tende naturalmente a desenvolver-se nelas. Gostaria que elas estivessem abertas a todos, que não outorgassem nenhum privilégio a seus sócios e, sobretudo, que não se transformassem, como acontece com frequência, em verdadeiras sociedades anônimas capitalistas, que empregam e exploram assalariados, e especulam com as necessidades do público.

As cooperativas e os sindicatos, tal como existem no regime capitalista, não levam

naturalmente, por sua própria força, à emancipação humana (e é este o ponto em discussão), mas podem produzir o mal ou o bem. Podem hoje ser órgãos conservadores ou revolucionários, servir amanhã à reação ou à revolução, dependendo se vão estar limitados a sua função de defensores dos interesses imediatos dos filiados ou se vão estar animados pelo espírito anarquista, que os faz esquecer os interesses em benefício dos ideais. Por tal espírito anarquista entendo o sentimento amplamente humano que aspira ao bem de todos, à liberdade e à justiça para todos, à solidariedade e ao amor entre todos, e que não é um dom exclusivo dos anarquistas, propriamente, mas anima todos os homens de bom coração e de inteligência aberta.[3]

O movimento operário, mesmo com todos seus méritos e potencialidades, não pode ser, por si só, um movimento revolucionário, no sentido de negação das bases jurídicas e morais da sociedade atual.

Pode, como toda nova organização pode, no espírito daqueles que a iniciam e nas palavras dos estatutos, ter os mais elevados anseios e os mais radicais propósitos, mas se quiser exercer a função básica do sindicato de trabalhadores, ou seja, a defesa imediata dos interesses de seus membros, deve reconhecer as instituições que têm negado em teoria, adaptar-se às circunstâncias e tratar de obter cada vez mais, negociando e transigindo com os patrões e o governo.

Em uma palavra, o sindicato operário é, por sua própria natureza, reformista e não revolucionário. Os aspectos revolucionários devem ser-lhe introduzidos, desenvolvidos por obra constante de revolucionários que atuam fora e dentro dele, e não a manifestação natural e normal de sua função. Ao contrário, os interesses reais e imediatos dos trabalhadores associados, que o sindicato tem como missão defender, estão freqüentemente em disputa com as aspirações ideais de futuro e o sindicato só pode atuar de maneira revolucionária se estiver penetrado pelo espírito de sacrifício, e na medida em que os ideais estejam acima dos interesses. Ou seja, somente quando o sindicato deixar de ser estritamente econômico e se transformar em um grupo político e com ideais, o que não é possível nas grandes organizações que, para atuar, necessitam do consentimento da massa, sempre mais ou menos egoísta, temerosa e retrógrada. E isso não é o pior.

A sociedade capitalista está constituída de tal maneira que, em geral, os interesses de cada classe, de cada grupo, de cada indivíduo são antagônicos com os de todas as demais classes, dos demais grupos e de todos os outros indivíduos. Na prática da vida verifica-se os mais estranhos entrelaçamentos de harmonias e interesses entre classes e indivíduos que, do ponto de vista da justiça social, deveriam ser sempre amigos ou sempre inimigos. Ocorre com freqüência que, pese a já proclamada solidariedade proletária, os interesses de um grupo de trabalhadores opõem-se aos demais e harmonizam com os de um grupo de patrões; como ocorre também, pese a desejada fraternidade internacional, os interesses reais dos operários de um determinado país os vinculam com os capitalistas locais e os projetam na luta contra os trabalhadores estrangeiros. Devem servir de exemplo as atitudes das mais diversas organizações de trabalhadores frente à questão das tarifas aduaneiras, e a parte voluntária das massas de trabalhadores que tomam parte nas guerras entre os Estados capitalistas.

Não me estenderei citando muitos exemplos de contrastes de interesses entre as diversas categorias de produtores e consumidores: o antagonismo entre ocupados e desocupados,

entre homens e mulheres, entre operários de um país e estrangeiros, entre trabalhadores que usufruem de um serviço público e os que trabalham nesses serviços, entre os que sabem um ofício e os que desejam aprendê-lo, etc. Recordarei especialmente o interesse que têm os trabalhadores da indústria de luxo para a prosperidade das classes ricas e os de múltiplos grupos de trabalhadores das diferentes localidades relevantes para que o “comércio” vá bem, ainda que à custa de outras localidades e com dano à produção útil para a massa. E o que dizer daqueles que trabalham em coisas prejudiciais à sociedade e aos indivíduos, quando não têm outro modo de ganhar a vida? Em tempos comuns, quando não há fé em uma revolução iminente, tente persuadir os trabalhadores da indústria de guerra, ameaçados pela falta de trabalho, dizendo que não peçam ao governo a construção de um novo couraçado. E resolva, se puder, por meios sindicais e fazendo justiça a todos, o conflito entre os estivadores que não têm outra maneira de ganhar a vida, senão monopolizando o trabalho em vantagem daqueles que já exercem o ofício há tempos, e os recém chegados, os temporários, que exigem seu direito ao trabalho e à vida.

Tudo isso, e tantas outras coisas que poderíamos falar, mostram que o movimento operário, por si mesmo, sem o fermento do ideal revolucionário, em contraste com os interesses presentes e imediatos dos trabalhadores, sem o impulso e a crítica dos revolucionários, longe de chegar a uma transformação da sociedade em benefício de todos, tende a fomentar os egoísmos de grupo e criar uma classe de trabalhadores privilegiada, sobreposta à grande massa dos deserdados.

Por isso, explica-se o fato geral de que, em todos os países, as organizações operárias, à medida que cresceram e se fortaleceram, transformaram-se em organizações conservadoras e reacionárias. Também se evidencia que aqueles que consagram seus esforços ao movimento operário com intenções honestas, vislumbrando uma sociedade de bem-estar e de justiça para todos, estão condenados a um trabalho de Sísifo e terão de recomeçar periodicamente seu trabalho.[4]

Isso pode não ocorrer se houver um espírito de rebelião na massa e uma luz ideal que ilumine e eleve os trabalhadores mais capazes e mais favorecidos pelas circunstâncias, e que estejam em condições de construir uma nova classe privilegiada. Sem dúvidas, se o sindicato permanecer no terreno da defesa dos interesses imediatos – que é seu território próprio, visto que os interesses não são harmônicos nem podem harmonizar-se dentro do regime capitalista –, a luta entre os trabalhadores será um fato natural e poderá, inclusive, em certas circunstâncias e em certos grupos, transformar-se em uma luta mais encarniçada do que aquela entre trabalhadores e exploradores.

Para convencer-se disso, basta observar o que são as maiores organizações operárias nos países em que existe muita organização e pouca propaganda ou tradição revolucionária.

Vejamos a Federação do Trabalho dos Estados Unidos da América. Ela não realiza a luta contra os patrões, senão no sentido em que lutam os comerciantes ao discutirem as condições de um contrato. A verdadeira luta é feita contra os que acabaram de chegar, forasteiros ou nativos, que querem ser admitidos para trabalhar em uma indústria qualquer, e também contra os fura-greves forçados, que não podem obter trabalho nas fábricas reconhecidas pela organização porque os dirigentes sindicais se opõem, e se vêem obrigados a oferecer-se nos *open shops*, ou seja, para aqueles patrões que, rebelando-se contra as imposições das organizações operárias, admitem como

trabalhadores pessoas não-filiadas e aproveitam-se dessa circunstância para explorá-los de forma ainda mais desumana que os demais. Esses sindicatos norte-americanos, quando alcançam o número de membros que consideram suficientes para poder tratar de igual para igual com os patrões, buscam em seguida impedir a filiação de novos membros com taxas proibitivas de ingresso, ou fecham diretamente os registros e não admitem novos ingressos. Delimitam rigorosamente o ofício, ou a parte do ofício que corresponde a cada sindicato, e proíbem que um invada, ainda que minimamente, o campo de trabalho dos outros. Os trabalhadores qualificados desdenham dos trabalhadores manuais; os brancos desprezam e oprimem os negros; os “verdadeiros norte-americanos” consideram inferiores os chineses ou os italianos, etc.

Se ocorresse uma revolução nos Estados Unidos, os sindicatos fortes e ricos, certamente fariam oposição ao movimento, porque temeriam por suas riquezas e pela posição privilegiada que conseguiram conquistar. O mesmo aconteceria na Inglaterra e outros países.

Isso não é sindicalismo, sei muito bem. E os sindicalistas combatem essa tendência de os sindicatos transformarem-se em instrumentos de egoísmos baixos; fazem com isso um trabalho bastante útil. Mas essa tendência existe, e não é possível corrigi-la se não se extrapolar os métodos sindicalistas. Os sindicalistas serão muito valiosos no período revolucionário, com a condição de serem... o menos sindicalistas possível.[5]

Não é certo o que pretendem os sindicalistas, quando afirmam que a organização operária de hoje servirá para a sociedade futura e facilitará a mudança do regime burguês para o regime igualitário. Esta é uma idéia que fervilhava entre os membros da Primeira Internacional e, se me recordo bem, os textos de Bakunin falam que a nova sociedade chegaria com a inserção de todos os trabalhadores nas seções da Internacional. Mas isso me parece um equívoco.

As estruturas das organizações operárias existentes correspondem às condições atuais da vida econômica, tal como resultou da evolução histórica e da imposição do capitalismo. A nova sociedade não pode realizar-se, senão rompendo com as antigas estruturas e criando novos organismos correspondentes às novas condições e aos novos fins sociais.

Os operários estão hoje agrupados de acordo com os ofícios que exercem, as indústrias em que trabalham, os patrões contra os quais devem lutar ou as empresas comerciais às quais estão vinculados. Para quê serviriam esses agrupamentos, já que, suprimidos os patrões e alteradas as relações comerciais, devem desaparecer boa parte dos ofícios e das indústrias atuais, alguns definitivamente porque são inúteis e prejudiciais, e outros temporariamente porque serão úteis no futuro, mas não terão razão e nem possibilidade de existir na tormenta da crise social? Para quê servirão, para citar um exemplo entre mil, as organizações de canteiros de Carrara, quando for necessário que esses operários cultivem a terra e aumentem os produtos alimentícios, deixando para depois a construção dos monumentos e dos palácios marmóreos?

As organizações operárias, especialmente em sua forma cooperativista – que, por outro lado, no regime capitalista tendem a acabar com a resistência operária –, podem certamente servir para desenvolver nos trabalhadores as capacidades técnicas e administrativas, mas em tempos de revolução e para a reorganização social, elas devem desaparecer e fundir-se com os novos grupos populares que as circunstâncias exigirem.

É tarefa dos revolucionários impedir que nelas desenvolva-se esse espírito de corpo que as converteria em um obstáculo para a satisfação das novas necessidades sociais.

Na minha opinião, o movimento operário é um meio que podemos empregar hoje para a elevação e a educação das massas, e amanhã, para o inevitável choque revolucionário. Mas é um caminho que tem seus inconvenientes e perigos. Nós, os anarquistas, devemos nos empenhar em neutralizar os inconvenientes, mensurar os perigos e utilizar o movimento, o máximo possível, para os nossos fins. Isso não quer dizer que desejamos, como foi dito, colocar o movimento operário a serviço de nossa organização. Certamente nos contentaríamos com o fato de todos os operários, todos os homens, se tornarem anarquistas, pois isso seria o limite extremo buscado idealmente por todo propagandista; mas, nesse caso, o anarquismo seria um fato e já não haveria lugar nem motivo para essas discussões.

No estado atual das coisas, gostaríamos que o movimento operário estivesse aberto a todas as propagandas de ideal e constituísse parte de todos os feitos da vida social, econômicos, políticos e morais; que ele vivesse e se desenvolvesse livre de toda dominação das organizações, tanto da nossa como das demais.[6]

Existem muitos companheiros que gostariam de unificar o movimento operário e o movimento anarquista, pois, dessa forma, seria possível dar às organizações operárias um programa claramente anarquista, como acontece na Espanha e na Argentina, um pouco na Itália, na França, na Alemanha, etc. Eles são chamados de “anarco-sindicalistas”, ou confundindo-se com outros que não são verdadeiramente anarquistas, adotam o nome de “sindicalistas revolucionários”.

É necessário explicar o que se entende por “sindicalismo”. Se se trata do porvir desejado, se por sindicato entende-se a forma de organização social que deveria substituir a organização capitalista e estatal, então, sindicalismo é o mesmo que anarquismo, e consiste, por isso, em uma palavra que só serve para confundir as idéias. Ou então o sindicalismo é uma coisa distinta do anarquismo e, assim sendo, os anarquistas não podem aceitá-la. De fato, entre as idéias e as propostas de futuro expostas, por um ou outro sindicalista, existem algumas autenticamente anarquistas, mas também existem outras que reproduzem, com nomes diferentes e de diversas maneiras, a estrutura autoritária que é causa dos males em relação aos quais, atualmente, nos lamentamos e, por isso, nada têm a ver com o anarquismo. Não proponho aqui o sindicalismo como um sistema social, já que não é isso que irá determinar a ação atual dos anarquistas, quando o assunto é movimento operário.

Aqui falamos do movimento operário no regime capitalista e estatal, e considera-se, pelo nome sindicalismo, todas as organizações operárias, todos os sindicatos constituídos para resistir à opressão dos patrões e para diminuir ou extirpar a exploração do trabalho humano por parte daqueles que detêm as matérias-primas e os instrumentos de trabalho. Essas organizações não podem ser anarquistas e não faz sentido querer que elas sejam, porque se assim fosse, elas não serviriam ao seu fim, e nem aos que se propõem os anarquistas quando delas participam.

O sindicato está organizado para defender os interesses atuais dos trabalhadores e melhorar sua situação na medida do possível, antes que estejamos em condições de fazer a revolução e transformar, com ela, todos os atuais assalariados em trabalhadores

livres, livremente associados em benefício de todos.

Para que o sindicato possa servir ao seu próprio fim e, ao mesmo tempo, ser um meio de atuação e um campo de propaganda para uma futura transformação social radical, é necessário que ele reúna todos os trabalhadores, ou pelos menos todos os que aspirem melhorar suas condições de vida e que possam capacitar-se em alguma forma de resistência contra os patrões. Por acaso se quer esperar que os trabalhadores convertam-se em anarquistas antes de convidá-los para se organizar e antes de admiti-los na organização, invertendo assim a ordem natural da propaganda e do desenvolvimento psicológico dos indivíduos e fazendo uma organização de resistência quando já não há necessidade disso, porque a massa seria capaz de fazer a revolução? Nesse caso, o sindicato seria a mesma coisa que o grupo anarquista e não teria condições de obter melhorias e fazer a revolução. A alternativa consiste em ter escrito um programa anarquista e contentar-se com uma adesão formal, inconsistente, e reunir assim pessoas que seguiriam como um rebanho os organizadores para se dispersarem rapidamente ou passar para o lado inimigo na primeira ocasião em que for necessário mostrar que é realmente anarquista.

O sindicalismo – entendendo o sindicalismo prático e não o teórico, que cada um imagina à sua maneira – é, por sua natureza, reformista. Tudo o que se pode esperar dele é que as reformas que pretende sejam conquistadas de maneira que sirvam à educação e à preparação revolucionária, abrindo o caminho para exigências cada vez maiores.

Toda fusão ou confusão entre o movimento anarquista e revolucionário e o movimento sindicalista termina tornando impotente o sindicato para sua finalidade específica, ou atenuando, falsificando e aniquilando o espírito anarquista.

O sindicato pode surgir com um programa socialista, revolucionário ou anarquista; com programas desse tipo nascem geralmente diversas organizações operárias. Mas elas permanecem fiéis ao programa enquanto são débeis e impotentes, ou seja, enquanto constituem, mais que organismos aptos para uma ação eficaz, grupos de propaganda iniciados e animados por uns poucos homens entusiastas e já convencidos. Porém, à medida que conseguem atrair as massas para seu seio e adquirir a força para exigir e impor melhorias, o programa antigo transforma-se em uma fórmula vazia com a qual ninguém se preocupa; a tática adapta-se às necessidades contingentes e os entusiastas de primeira hora adaptam-se, eles mesmos, ou cedem seu lugar aos homens “práticos”: aqueles que se preocupam com o hoje sem pensar no amanhã.

Certamente, há companheiros que, mesmo estando nas primeiras filas do movimento sindical, seguem sendo sincera e entusiasmadamente anarquistas, assim como há agrupamentos de trabalhadores que se inspiram nas idéias anarquistas. Mas seria uma crítica bastante fácil simplesmente buscar os mil casos em que aqueles homens e agrupamentos põem-se, na prática cotidiana, em contradição com as idéias anarquistas. A dura necessidade? De acordo. Não se pode promover um anarquismo puro quando se é obrigado a tratar com os patrões e as autoridades; não se pode deixar que as massas procedam por si mesmas quando se recusam a isso e pedem ou exigem chefes. Mas por que confundir o anarquismo com aquilo que não é anarquismo, e assumir, como anarquistas, a responsabilidade dos acordos e das adaptações necessárias, justamente pelo fato de que as massas não são anarquistas, mesmo que pertençam a uma organização que adotou o programa anarquista em seus estatutos?

Na minha opinião, os anarquistas não devem buscar que os sindicatos sejam anarquistas, mas devem atuar em seu seio em favor de fins anarquistas, como indivíduos, como grupos e como federações de grupos. Da mesma maneira que existem, ou que deveriam existir, grupos de estudo e de discussão, grupos para a propaganda escrita ou oral em meio ao público, grupos cooperativos, grupos que atuam nas oficinas, nos campos, nos quartéis, nas escolas etc., também deveriam formar-se grupos especiais nas diversas organizações que fazem a luta de classes.

Naturalmente, o ideal seria que todos fossem anarquistas e que as organizações funcionassem de maneira anárquica; mas está claro que, se assim fosse, não seria necessário organizar-se para a luta contra os patrões, porque eles já não existiriam. De acordo com as circunstâncias, da forma como elas são realmente, e dado o grau de desenvolvimento das massas em meio das quais se trabalha, os grupos anarquistas não deveriam pretender que as organizações sindicais atuassem como se fossem anarquistas, mas deveriam esforçar-se para que elas se aproximassem o máximo possível da tática anarquista. Se – para a vida da organização, as necessidades e a vontade dos organizadores – for necessário transigir, ceder, ter contatos impuros com a autoridade e os patrões, que assim seja, mas que outros o façam, e não os anarquistas, cuja missão é a de mostrar as insuficiências e a precariedade de todas as melhorias que podem ser obtidas no regime capitalista e de impulsionar a luta para soluções cada vez mais radicais.

Os anarquistas nos sindicatos deveriam lutar para que eles permanecessem abertos a todos os trabalhadores, qualquer que seja sua opinião e seu partido, com a única condição de forjar a solidariedade na luta contra os patrões; deveriam opor-se ao espírito corporativo e a qualquer pretensão de monopólio da organização e do trabalho. Deveriam impedir que os sindicatos servissem de instrumento de politicagem para fins eleitorais ou para outros propósitos autoritários, e praticar e defender a ação direta, a descentralização, a autonomia, a livre iniciativa; deveriam esforçar-se para que os organizados aprendam a participar diretamente da vida da organização e a não criar a necessidade de chefes e de funcionários permanentes.

Deveriam, em síntese, continuar sendo anarquistas, manter-se sempre em entendimento com os anarquistas e recordar que a organização operária não é o fim, senão simplesmente um dos meios, muito importante, para preparar a chegada da anarquia.[7]

Não se deve confundir o “sindicalismo”, que quer ser uma doutrina e um método para resolver a questão social, com a promoção, a existência e as atividades dos sindicatos operários... Para nós, não há grande importância se os trabalhadores querem mais ou menos; o importante é que aqueles que quiserem tratem de conquistar as vitórias, por si mesmos, com suas forças, com sua ação direta, em relação aos capitalistas e ao governo. Uma pequena melhoria arrancada pela própria força vale mais – por seus efeitos morais, e também por seus efeitos materiais – do que uma grande reforma concedida pelo governo ou pelos espertos capitalistas, ou ainda, pura e simplesmente por benevolência.[8]

Sempre compreendemos a grande importância do movimento operário e a necessidade dos anarquistas constituírem parte ativa e propulsora dele. E, geralmente, foi por iniciativa de nossos companheiros que se constituíram agrupamentos de trabalhadores

mais vivos e progressistas. Sempre pensamos que, hoje, o sindicalismo é um meio para que os trabalhadores comecem compreender sua posição de escravos, desejar a emancipação e habituar-se à solidariedade com todos os oprimidos na luta contra os opressores. Amanhã, ele servirá como primeiro núcleo necessário para a continuidade da vida social e para a reorganização da produção sem patrões ou parasitas.

Mas sempre discutimos, e por vezes discordamos, sobre como se deveria concretizar a ação anarquista nas organizações de trabalhadores. Seria necessário entrar nos sindicatos ou permanecer fora deles, ainda que tomando parte nas agitações, e tratar de dar-lhes o caráter mais radical possível e colocar-se na primeira linha na ação e nos perigos? E, sobretudo, seria necessário ou não que, dentro dos sindicatos, os anarquistas aceitassem cargos de direção e se prestassem, por isso, aos acordos, aos compromissos, às adaptações, às relações com as autoridades e com os patrões, às quais esses organismos devem adaptar-se, por vontade dos próprios trabalhadores e por seu interesse imediato, nas lutas cotidianas, quando não se trata de fazer a revolução, mas de obter melhorias ou defender aquelas já conquistadas?

Nos dois anos que seguiram a paz, até as vésperas do triunfo da reação por obra do fascismo, não encontrávamos em uma situação singular. A revolução parecia iminente, e existiam, de fato, todas as condições materiais e espirituais para que ela fosse possível e necessária. Mas para nós, os anarquistas, faltavam, em grande medida, as forças necessárias para fazer a revolução com métodos e homens exclusivamente nossos: necessitávamos das massas, e as massas estavam certamente dispostas à ação, mas não eram anarquistas. Além disso, uma revolução feita sem a ajuda das massas, ainda que tivesse sido possível, não poderia ter dado origem senão a uma nova dominação, a qual, ainda que levada a cabo pelos anarquistas, teria sido a negação do anarquismo e corrompido os novos dominadores, para terminar com a restauração da ordem estatal e capitalista.

Retirar-se da luta, abster-se porque não podíamos fazer exatamente o que queríamos, teria equivalido a renunciar a toda possibilidade, presente ou futura, a toda esperança de impulsionar o movimento na direção em que desejávamos, e tornar evidente, não somente aquela vez, mas definitivamente, o fato de que nunca haverá massas anarquistas antes que a sociedade tenha se transformado econômica e politicamente, e a mesma situação voltará a acontecer todas as vezes que as circunstâncias possibilitarem uma tentativa revolucionária.

Seria necessário, portanto, ganhar a qualquer custo a confiança das massas, colocar-se em situação de poder impulsioná-las para as ruas e, para isso, parecia útil conquistar cargos de direção nas organizações operárias. Todos os perigos de domesticação e de corrupção passaram para o segundo plano, e, além disso, supúnhamos que não teriam tempo de produzir-se. Assim, chegou-se à conclusão de deixar a cada um a liberdade de decidir, segundo as circunstâncias ou como acreditasse ser melhor, com a condição de nunca esquecer que era anarquista e de sempre guiar-se pelo interesse superior da causa anarquista.

Mas agora, depois das últimas experiências, e em vista da situação atual, parece-me que convém voltar a discutir sobre essa questão e ver se não seria oportuno modificar a tática, em relação a esse ponto importantíssimo de nossa atividade. Do meu ponto de vista, é necessário entrar nos sindicatos, porque, permanecendo fora, seremos vistos

como inimigos, nossa crítica será considerada com desconfiança, e nos momentos de agitação seremos considerados intrusos e nossa ajuda será recebida com má vontade.

Em relação a solicitarmos e aceitarmos o posto de dirigentes, creio que, em linhas gerais, em tempos calmos é melhor evitar. Penso, contudo, que o problema e o perigo não residem tanto no fato de ocupar um posto de direção – o que, em certas circunstâncias, pode ser útil e até necessário –, mas em perpetuar-se nessa posição. Seria necessário, a meu ver, que os dirigentes se renovassem o mais freqüentemente possível, tanto para capacitar um número muito maior de trabalhadores nas funções administrativas, quanto para impedir que o trabalho de organização transforme-se em um ofício que faça com que aqueles que o realizam levem para lutas operárias a preocupação de não perder o emprego. E tudo isso, não somente no interesse atual da luta e da educação dos trabalhadores, mas também, e, sobretudo, vislumbrando o desenvolvimento da revolução depois que elas se iniciem.

Os anarquistas se opõem, com razão, ao comunismo autoritário, que supõe um governo que, ao querer dirigir toda a vida social e colocar a organização da produção e a distribuição das riquezas sob as ordens de seus funcionários, não pode deixar de produzir a mais odiosa tirania e a paralisação de todas as forças vivas da sociedade.

Os sindicalistas, aparentemente de acordo com os anarquistas na aversão ao centralismo estatal, querem prescindir do governo substituindo-o pelos sindicatos, e dizem que são eles que devem se apoderar das riquezas, confiscar os provimentos, distribuí-los, organizar a produção e a troca. Eu não veria inconveniente nisso se os sindicatos abrissem as portas para toda a população e deixassem os dissidentes em liberdade para atuar e tomar sua parte. Mas essa expropriação e essa distribuição não podem ser feitas, na prática, de maneira tumultuada; as massas não podem realizá-las, ainda que estejam agrupadas nos sindicatos, sem produzir um desperdício funesto de riquezas e o sacrifício dos mais fracos por obra dos mais fortes e brutais; menos ainda poderiam ser estabelecidos, entre as massas, os acordos entre as diversas localidades e as trocas entre as distintas corporações de produtores. Seria necessário realizar essa tarefa por meio de deliberações tomadas em assembléias populares levadas a cabo por grupos e indivíduos que se oferecessem voluntariamente ou por aqueles designados regularmente.

No entanto, se houver um número restrito de indivíduos que, pelo hábito longínquo, forem considerados chefes dos sindicatos, e se houver secretários permanentes e organizadores oficiais, serão eles que estarão, automaticamente, encarregados de organizar a revolução, e tenderão a considerar intrusos e irresponsáveis aqueles que quiserem tomar iniciativas independentes deles, desejando, ainda que com as melhores intenções, impor sua vontade, inclusive pela força.

Nesse caso, o *regime sindicalista* se transformaria rapidamente na mesma mentira e na mesma tirania que se transformou a assim chamada *ditadura do proletariado*. O remédio contra esse perigo e a condição para que a revolução seja verdadeiramente emancipadora dependem da formação de um grande número de indivíduos capazes de ter iniciativas e de realizar tarefas práticas, em habituar as massas a não abandonar a causa de todos nas mãos de qualquer um e de delegar, quando a delegação for necessária, somente para cargos determinados e por tempo limitado. Para criar tal situação e tal espírito, o meio mais eficaz é o sindicato, se ele estiver sendo organizado e gerido com métodos verdadeiramente libertários.[9]

[A União dos Trabalhadores nasceu da] necessidade de sanar as carências atuais, do desejo de melhorar as próprias condições e de defender-se contra as possíveis pioras; nasceu o sindicato operário, que é a união daqueles que, privados dos meios de trabalho e obrigados, portanto, a viver deixando-se explorar por quem possui esses meios, buscam na solidariedade com seus companheiros a força necessária para lutar contra os exploradores. Nesse terreno da luta econômica, ou seja, da luta contra a exploração capitalista, teria sido possível e fácil chegar à unidade de classe dos proletários contra a classe dos proprietários.

Mas acontece que os partidos políticos – que frequentemente criaram e animaram, de início, o movimento sindical – quiseram servir-se das associações operárias como campo de recrutamento e instrumento para seus fins específicos, de revolução ou de conservação social. Daí surgiram as divisões da classe operária, que se organizou em diversos agrupamentos sob a inspiração de distintos partidos. Daí surgiu o propósito daqueles que querem a unidade e tratam de retirar os sindicatos da tutela dos partidos políticos.

Entretanto, nessa afirmativa de acabar com a influência dos partidos políticos, de “excluir a política dos sindicatos”, escondem-se um equívoco e uma mentira. Se por política se entende aquilo que diz respeito à organização das relações humanas e, mais especificamente, as relações livres ou forçadas entre cidadãos e a existência ou não de um “governo” que assuma para si os poderes públicos e se sirva da força social para impor a própria vontade e defender os próprios interesses e os da classe da qual ele emana, é evidente que essa política permeia todas as manifestações da vida social, e que uma organização operária não pode ser realmente independente dos partidos, a menos ela que se transforme num partido.

É por isso que não adianta esperar e, para mim, nem desejar, que a política seja excluída dos sindicatos, visto que toda questão econômica de alguma importância se transforma automaticamente em uma questão política, e é no terreno político, ou seja, na luta entre governantes e governados, em que se deverá resolver definitivamente a questão da emancipação dos trabalhadores e da liberdade humana. É natural e está claro que deve ser assim.

Os capitalistas querem manter a luta no terreno econômico enquanto os trabalhadores exigirem pequenas e, geralmente ilusórias, melhorias, mas assim que vêem diminuir seus lucros ou sentem seus privilégios ameaçados, apelam para o governo, e se ele não se mostrar suficientemente solícito e forte para defender-los, como ocorreu nos recentes casos da Itália e da Espanha, empregam suas riquezas para financiar novas forças repressivas e constituir um governo que melhor lhes possa servir. Portanto, as organizações operárias devem, necessariamente, possuir uma linha de conduta frente a ação atual ou potencial dos governos.

Pode-se aceitar a ordem constituída, reconhecer a legitimidade do privilégio econômico ou do governo que o defende, ou contentar-se com as manobras entre as diversas frações burguesas para obter alguma melhoria, como ocorre nas grandes organizações que não são animadas por ideais elevados, como a Federação Americana do Trabalho e boa parte das *trade-unions* inglesas. Com isso, essas organizações transformam-se, na prática, em instrumentos dos próprios opressores e renunciam a própria libertação da

servidão.

Mas, se se aspira à emancipação integral, ou, inclusive, se se desejam somente as melhorias definitivas que não dependem da vontade dos patrões e das alternativas do mercado, não há, senão, dois caminhos para libertar-se da ameaça do governo. Apoderar-se do governo e dirigir os poderes públicos, a força da coletividade absorvida pelos governantes, visando a supressão do sistema capitalista; ou debilitar e destruir o governo para deixar que os interessados, os trabalhadores, todos aqueles que de alguma maneira realizam o trabalho manual e intelectual para a manutenção da vida social, fiquem em liberdade para prover as necessidades individuais e sociais da maneira que melhor considerarem, excluindo o direito e a possibilidade de impor com a violência a vontade de uns sobre os outros.

Como fazer para manter a unidade quando existem aqueles que desejam servir-se da força da associação para chegar ao governo, e aqueles que acreditam que todo governo é necessariamente opressor e nefasto e, portanto, desejam fazer com que essa mesma associação caminhe para a luta contra toda instituição autoritária presente ou futura? Como manter juntos os social-democratas, os comunistas de Estado e os anarquistas? Eis aqui o problema. Um problema do qual se pode esquivar em certos momentos, nas ocasiões de uma luta concreta que reúna todos os homens, ou pelo menos uma grande massa com interesses e desejos em comum, mas que ressurgue sempre e não é fácil resolver, enquanto existirem condições de violência e de diversidade de opinião sobre o modo de resistir à violência.

O método democrático, ou seja, aquele que consiste em deixar que uma maioria decida, “mantendo a disciplina”, não resolve a questão, porque também ele é uma mentira e não o promovem sinceramente senão aqueles que têm ou crêem ter a maioria. Deixando de lado o fato de que “a maioria” é sempre, além do mais, a dos dirigentes, e não a das massas, cujos desejos geralmente são ignorados ou falsificados, não se pode pretender, nem sequer desejar, que quem está profundamente convencido de que a maioria segue um caminho desastroso sacrifique suas próprias convicções e assista passivamente ou, pior ainda, apóie aquilo que considera ser um mal.

A afirmação de que é necessário deixar fazer e tratar de conquistar, no seu tempo, o consenso da maioria, assemelha-se ao sistema que do qual se utilizam os militares: “sofra a pena e então reclame”; é um sistema inaceitável, visto que o que hoje se faz destrói a possibilidade de proceder amanhã de outra maneira.

Existem questões em torno das quais convém adaptar-se à vontade da maioria, porque os danos da divisão seriam maiores do que aqueles que derivariam de um determinado erro. Há circunstâncias em que a disciplina constitui um dever, porque deixá-la de lado seria deixar de lado a solidariedade entre os oprimidos e significaria a traição frente ao inimigo. Mas quando se está convencido que a organização toma um caminho que compromete o futuro e faz com que seja difícil remediar o mal produzido, é um dever rebelar-se e opor-se, ainda que com o risco de provocar uma cisão.

Mas então, qual é a saída para essas dificuldades, e qual é a conduta que deveriam ter os anarquistas em relação a essa questão? Para mim, o remédio seria o entendimento geral e a solidariedade nas lutas puramente econômicas, a completa autonomia dos indivíduos e dos diversos agrupamentos nas lutas políticas. Mas é possível perceber a tempo

quando a luta econômica se transforma em luta política? E ainda: existem lutas econômicas importantes que a intervenção do governo não as torne políticas desde o princípio? De todo modo, nós, os anarquistas, deveríamos levar nossa posição a todas as organizações para defender a união entre todos os trabalhadores, a descentralização, a liberdade de iniciativa, no campo comum da solidariedade contra os patrões.

E não devemos dar muita importância ao fato de que a mania de centralização e autoritarismo de alguns e a intolerância de outros a toda disciplina, inclusive a razoável, leve a novos fracionamentos, pois se a organização dos trabalhadores é uma necessidade primordial para as lutas de hoje e para as realizações de amanhã, não há muita importância na existência e na duração desta ou daquela organização determinada. O essencial é que se desenvolva o espírito de organização, o sentimento de solidariedade, a convicção da necessidade de cooperar fraternalmente para combater os opressores e chegar a uma sociedade em que todos possamos gozar de uma vida verdadeiramente humana.[10]

NOTAS

- 1 *Il Risveglio*, 1–15 de outubro de 1927.
- 2 *Umanità Nova*, 14 de março de 1922.
- 3 *Umanità Nova*, 13 de abril de 1922.
- 4 *Umanità Nova*, 6 de abril de 1922.
- 5 *Umanità Nova*, 13 de abril de 1922.
- 6 *Umanità Nova*, 6 de abril de 1922.
- 7 *Pensiero e Volontà*, 16 de abril de 1925.
- 8 *Umanità Nova*, 6 de abril de 1922.
- 9 *Fede!*, 30 de setembro de 1922.
- 10 *Pensiero e Volontà*, 16 de fevereiro de 1925.

* Compilação: Vernon Richards

* Tradução: Júnior Bellé

* Revisão: Felipe Corrêa

CRIAR UM POVO FORTE

Contribuições para a discussão sobre Poder Popular

Felipe Corrêa

“Um povo forte não precisa de líderes.”
Emiliano Zapata

A ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Para iniciar uma discussão sobre o poder popular, é relevante retomar a concepção que temos de estratégia de transformação social, já que é nossa *prática política*, como anarquistas, que poderá apontar para esta transformação. Diz o programa da FARJ, em relação a esta estratégia de transformação social:

“Conceber nossa estratégia de transformação social é o que estamos tentando realizar neste texto. Primeiramente, refletindo sobre a primeira questão, e mapeando o capitalismo e o Estado, que dão corpo à sociedade de dominação e exploração, depois, refletindo sobre a segunda questão, tratando de conceber nossos objetivos finalistas de revolução social e socialismo libertário. Finalmente, refletindo sobre a terceira questão e propondo uma transformação social que se dê a partir dos movimentos sociais, constituídos em organização popular, em interação permanente com a organização específica anarquista. Tudo isso, considerando prioritariamente os interesses das classes exploradas. Assim, por trás da concepção de todo este material teórico, está um raciocínio estratégico.”[1]

Portanto a estratégia que concebemos baseia-se nos movimentos populares (movimentos de massas), em sua organização, acúmulo de força, aplicação de violência visando chegar à revolução e ao socialismo libertário. Processo que se dá conjuntamente com a organização específica anarquista que, funcionando como fermento/motor, atua conjuntamente com o nível de massas e proporciona as condições de transformação. Estes dois níveis (dos movimentos populares e da organização anarquista) poderiam ainda ser complementados por um terceiro, o da tendência, que agrega um setor afim dos movimentos populares. Poderíamos então dizer que o caminho para a construção desta transformação social possui relação com a nossa concepção de círculos concêntricos.

“O conceito fundamental da organização política libertária são os círculos concêntricos. Este conceito é simples e implica separar as formas de atuação e os níveis de compromisso. O político-específico corresponde ao ideológico e é para os militantes politicamente organizados [a organização específica anarquista]. Como esta organização não é de massas, portanto não tem filiação aberta. Compreende-se que o nível político-social e social devem ser massivas e abertas a todos os militantes populares. O político-social é para um setor afim, que compartilhe um estilo de trabalho, mas não necessariamente

adepto no sentido ideológico-doutrinário [a tendência]. Já o social propriamente dito é para o conjunto das classes oprimidas, para a noção generalizável de povo como um todo. Corresponde às instâncias gerais da luta de classes e popular, proporcionando a organização do tecido social-produtivo, que é o pilar e o terreno do projeto de Poder Popular [os movimentos populares].”[2]

Assim, uma discussão sobre o poder popular deve levar em conta algumas premissas. Primeiramente, que o capitalismo é uma sociedade de classes e que, portanto, a luta de classes é um aspecto central. Em segundo lugar, que as mobilizações das classes exploradas, as lutas populares de massas, são imprescindíveis e que, baseando-se no conjunto de necessidade, vontade e organização, expõem as contradições deste sistema de classes. Finalmente, a discussão de poder popular deve implicar uma crença de que a transformação deve basear-se no protagonismo destes movimentos, ou seja, no protagonismo do povo organizado, o que diferencia esta estratégia de outras que concebem a transformação feita pelo partido de vanguarda, ou pela ação de minorias descoladas da base (como no caso do insurrecionalismo anarquista – propaganda pelo fato – ou do foquismo, por exemplo).

A QUESTÃO DA POLÍTICA

A política tem de ser compreendida para além do Estado. Ainda que diversos setores tenham relacionado estritamente a política com o Estado, entendemos que, diferentemente, ela se trata de algo além, dando conta das relações de força na sociedade – o que a liga completamente à questão do poder – e também da gestão dos assuntos sociais – o que envolve a questão das decisões, e, portanto, da política. Neste caso, as relações políticas da sociedade envolveriam as diversas forças em jogo e, para uma análise da sociedade contemporânea, não há como não entender o principal jogo de forças a luta de classes, em que um conjunto de classes exploradas (trabalhadores urbanos, rurais, camponeses, setores precarizados etc.) está em permanente conflito com uma classe dominante (proprietários urbanos e rurais, gestores etc.), que tem no Estado um de seus aliados.

Retomando nossa estratégia em relação a este conflito, temos por objetivo aumentar a força social das classes exploradas e organizá-las para que sua força seja aplicada no conflito, ou seja, criar poder popular.

Ao contrário do que reforçam setores autoritários, para nós, os movimentos de massa não possuem somente a capacidade da luta econômica de curto prazo; entendemos que é possível, na organização econômica em torno das necessidades, desenvolver uma luta que contenha elementos políticos e capacitar estes movimentos para serem os protagonistas da construção de uma nova sociedade.

PODER POPULAR NA AMÉRICA LATINA

Pelas informações que conseguimos levantar, parece-nos que o conceito de poder popular é relativamente novo, ainda que se possa identificar seu conteúdo nos clássicos como Proudhon ou Bakunin, a partir desta análise das forças sociais em conflito.

Na América Latina, conseguimos identificar duas fontes principais na utilização deste termo que o utilizam desde os anos 1960. Primeiramente pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU) que reivindicava ser necessário *criar um povo forte* desde os anos 1960 e que, em 1970 afirmava em “A Organização Política é o Decisivo”:

“O problema do poder, decisivo em uma transformação social profunda, só pode ser resolvido a nível político, através da luta política. E esta requer uma forma específica de organização: a organização política revolucionária. Só através de sua ação, enraizada nas massas, é possível se conseguir a destruição do aparato estatal burguês e sua substituição por mecanismos de poder popular. Certamente, as formas de poder, o Estado, localizam-se em um nível preciso da atual estrutura social. Embora tenham, obviamente, relações de interdependência com os níveis restantes da realidade social (econômico, ideológico, jurídico, militar, etc.) não podem ser reduzidos, simplesmente a eles. Em termos concretos, isto significa que a atividade política não pode ser reduzida à luta econômica, à prática sindical [...]”[3]

O Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) chileno enfatizava, nos anos 1970:

“Concebemos o poder popular como um poder independente do governo atual [...], como um poder autônomo que unifica o conjunto dos setores sociais (operários, estudantes, camponeses, empregados, pequenos comerciantes) de uma determinada comuna, tomando esta como a organização celular de toda cidade ou região. [...] A tarefa da classe operária é destruir o Estado capitalista e para isto deve desenvolver o poder popular, que progressivamente deverá enfrentar o poder dos patrões. [...] O poder popular não se cria por vontade de ninguém. Nasce e se fortalece ao calor da luta. [...] [Deve-se levar em conta o] problema de acumular forças. Um período pré-revolucionário implica uma forma particular de somar forças, através da unidade de todas as camadas do povo [...] em organismos de poder popular. Estes irão forjando uma aliança de classe maciça ao largo dos enfrentamentos sociais, e daí modificando a situação para uma situação revolucionária que permita para a classe operária tomar o poder.”[4]

No entanto, nesta época, da mesma forma que hoje, os setores que reivindicavam o poder popular queriam dizer, por este termo, coisas distintas. Vejamos:

“Acreditamos que a idéia do Poder Popular, tão em voga nos anos 60 e em começo dos 70, é fiel reflexo da persistência de uma tradição libertária subterrânea no seio da esquerda. No entanto, deve-se recordar que o termo ‘Poder Popular’ recebia distintas interpretações: enquanto para os partidários mais conservadores da Unidade Popular, Poder Popular queria dizer unicamente bases de apoio do governo, pois não concebiam um processo por fora do governo, nem contra o Estado (talvez por não conhecessem um movimento que tivesse ido para além das meras reformas), para setores operários e populares de base, e para a cultura mirista, Poder Popular queria dizer a organização direta do povo, em

oposição ao Estado e o Poder Burguês. Qual era o sentido que se dava, se era tático ou estratégico, também é outra discussão. Muitos setores que assim compreendiam o Poder Popular, atribuíam a ele um papel único na luta contra o Estado, mas acreditavam que este deveria assumir posição subordinada quando o partido de vanguarda conquistasse o poder. Mas para setores de base do mirismo, e ligados a experiências de construção popular nos Comandos Comunais e nos Cordões Industriais, estes deviam ser as próprias bases da futura sociedade.”[5]

Nota-se, desta maneira que, desde o início, poder popular era um conceito em disputa, assim como socialismo ou mesmo anarquismo. Para a FAU, o poder popular deveria ser construído no seio dos movimentos populares, estimulado pela organização política anarquista. Outro elemento importante que aparece, e que será muito enfatizado pela FAU anos depois, é a contestação do esquema de infra e super-estrutura, negando que a transformação econômica resolva todo o problema do poder presente em outras instâncias. Para o MIR, o poder popular constrói-se na luta das classes exploradas, independente do governo, com objetivo de acumular força para derrubar Estado e capital, dando o todo poder ao povo. Identificamos em ambas as posições a idéia, também presente no sindicalismo revolucionário, de que é no seio da sociedade presente, em meio às lutas, que se forja o embrião da sociedade futura.

O CONCEITO DE PODER

Muitos anarquistas no passado motivaram-se em afirmar que os anarquistas seriam contra o poder, relacionando muitas vezes poder ao Estado ou à dominação. No entanto, para diversos anarquistas da nossa corrente, que realizaram elaborações teóricas à luz de autores que trataram deste tema posteriormente, o poder está ligado à questão das forças sociais em jogo e pode ser bom ou ruim, dependendo de como se julga. Vejamos novamente duas boas definições que aproximam o que se poderia entender por poder. Em um documento conjunto sobre o tema, a Federação Anarquista Gaúcha (FAG) e a FAU afirmam:

“Está claro que isto nos leva ao tratamento de outro conceito: o de poder. Ferramenta imprescindível. Os estudos que parecem mais rigorosos nos indicam algumas questões fundamentais, a saber: que o poder circula por todo o corpo social, pelas diferentes esferas estruturadas. Vale dizer por todas as relações sociais. Teríamos assim poder no econômico, jurídico-político-militar, ideológico-cultural. Teríamos poder em todos os níveis da sociedade. Nas escalas menores o poder adquire importância também a luz da formação de embriões de nova civilização, no tramado de diferentes formas de auto-organização ou autogestão.”[6]

Fábio López, no livro *Poder e Domínio: uma visão anarquista*, que discutiu, a meu ver, de maneira muito acertada a questão, conceitua poder da seguinte forma:

“Uma força social tem determinada capacidade de realização. Capacidade de realização pode ser entendida, como a possibilidade de produzir de determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém. [...] Quando um agente tem a capacidade de realizar

ou produzir determinado efeito, se diz que ele tem poder. Não é nada disto, o agente pode ter a capacidade de realizar até uma relação de poder, contudo, nem tudo que o agente realiza é poder. [...] Nosso trabalho se restringe ao poder como relação social. Então só entendemos por poder aquilo que atinge os agentes sociais. O poder, também, não pode ser entendido apenas como sinônimo de repressão: o poder constrói, o poder cria, o poder articula e estrutura toda a sociedade. Sempre em favor de quem o detém. Contudo, isto não é necessariamente antipopular. [...] Poder não pode ser mero sinônimo de força social, pois para ter poder é necessário fazer uso de sua força e ela ter efeito – ou ao menos poder fazer uso desta força (quando lhe convier) e isto ser o suficiente para conseguir o efeito. [...] *Poder* é a imposição da vontade de um agente através da força social que consegue mobilizar para sobrepujar a força mobilizada por aqueles que se opõem.”[7]

Vejamos então os elementos que nos trazem FAU, FAG e Fábio López. Primeiramente, uma informação relevante, de que poder circula por todas as relações sociais sejam elas entre classes, entre grupos ou mesmo entre duas pessoas que possuem alguma relação. Desta maneira, o caso não é de acabar com o poder, visto que o poder está ligado ao conflito e os conflitos são infinitos, portanto, o poder pode modificar-se, mas nunca deixar de existir. Assim, podemos entender que não há vácuo político e se uma das partes envolvidas em um conflito não tem poder, podemos afirmar que a outra tem.

Portanto, ao tratarmos da luta de classes, o caso não é discutir como acabar com as relações de poder, mas como conceber um modelo libertário e em acordo com aquilo que pregamos tanto para a característica das lutas, ou para o estilo militante, como para a sociedade que desejamos construir.

Outra questão de relevância: uma coisa é capacidade de realização, quando alguém pode vir a produzir uma força social, outra coisa é quando há uma força social implicada no conflito e outra, ainda, quando esta força social supera as outras forças em jogo, o que constitui o poder. Tomemos estes conceitos aplicando-os rapidamente em nossa sociedade: as classes sociais, ou mesmo todos os indivíduos, possuem capacidade de realização. Tomemos o exemplo das classes exploradas: elas possuem esta capacidade, ou seja, uma força elementar e potencial, mas precisam ser colocadas em prática para constituir uma força social real, como enfatizou Bakunin:

“É verdade que há [no povo] uma grande força elementar, uma força sem dúvida nenhuma superior à do governo, e à das classes dirigentes tomadas em conjunto; mas sem organização uma força elementar não é uma força real. É nesta incontestável vantagem da força organizada sobre a força elementar do povo que se baseia a força do Estado. Por isso, o problema não é saber se eles [o povo] se podem sublevar, mas se são capazes de construir uma organização que lhes dê os meios de chegar a um fim vitorioso – não por uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro.”[8]

Quando, como coloca Bakunin, o povo organiza-se, colocando sua força no conflito de classes, e constrói uma organização capaz de gerar os meios para garantir os desejados fins – ou seja, a revolução social e o socialismo libertário – ele sobrepuja as forças da

classe dominante. Utilizando os conceitos de FAU, FAG e Fábio López, poderíamos dizer que, no momento que o povo consegue aplicar sua força social no conflito e vencer a revolução, ele consolida, de fato, um poder que, por ser realizado pelas classes exploradas, poderia ser chamado de poder popular.

Mas se os anarquistas não são contra o poder, contra o quê então eles lutam? Aqui cabe outro conceito importante, que se diferencia do de poder, que é o de domínio.

“Domínio (ou dominação) é dispor da força social de outrem (do dominado), e, conseqüentemente, de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) – que não são os objetivos do agente subjugado. [...] O domínio não pode ser o mesmo que poder. [...] No domínio encontramos exatamente os mesmos elementos, mas a diferença entre ambos é que, na relação de poder, o objeto controlado pelo poderoso é distinto do subjugado. Já na relação de domínio, o objeto controlado é a própria força social do subjugado. Na relação de domínio, a força social do subjugado não é mais comandada pelo próprio, mas por seu dominador. [...] Para considerarmos que o agente está dominado, este agente terá de usar sua força social para a realização dos objetivos do dominador.”[9]

No caso do domínio, a diferença é que a força social daqueles que foram subjugados no conflito, é usada em favor daquele que domina, sendo os objetivos dos dominados diferentes dos objetivos do dominador, ainda que esta dominação possa ser ou não consentida. Aplicando o conceito no conflito de classes do capitalismo, podemos afirmar que a sociedade capitalista é uma sociedade em que existe domínio pois o proprietário, por exemplo, por meio da propriedade privada dos meios de produção, domina os trabalhadores, obrigando-os a vender sua força de trabalho, que é utilizada para os objetivos do proprietário – a obtenção de lucro, dentre outras maneiras, pela obtenção da mais-valia. O domínio nunca é popular e não pode ser defendido por aqueles que querem construir uma sociedade de liberdade e igualdade, portanto, podemos afirmar que não é contra o poder que lutam os anarquistas, mas contra o domínio.

Muitos anarquistas defendem que construir poder – o que é caracterizado pela mobilização dos setores de base de baixo para cima – e portanto um poder popular – é, na realidade, o caminho da transformação. Vejamos mais detalhadamente do conceito de poder popular.

O PODER POPULAR

Aqui estão algumas definições de poder popular para continuar as discussões. Gilmar Mauro, militante do MST, tem uma forma interessante de definir o poder popular, como sendo este um novo poder:

“O Poder Popular, portanto, brota e se realiza com e pelo povo (enquanto classe social) num projeto de construção do socialismo. É a capacidade de pensar, propor e fazer o seu próprio destino e os destinos da comunidade, da região e de um País, respeitando-se as diferenças culturais e as

individualidades. Individualidade aqui, não no sentido do individualismo burguês, mas das capacidades físico-psíquicas e da subjetividade dos indivíduos, já que todo processo de construção do Poder Popular, necessariamente terá que ser coletivo.

Criar o novo poder, ou seja, criar o poder popular, significa criar novas formas de relações humanas, novas relações societárias, novas relações políticas. Estas não podem começar apenas a partir da ‘tomada’ do aparelho de Estado, mas devem realizar-se no processo, na caminhada. [...] Se queremos liberdade, o nosso fazer tem que ser libertário.

Criar o Poder Popular significa construir novas relações cotidianamente nos processos de lutas, nas escolas, nas famílias, nas relações entre militantes, nas estruturas organizativas. Em todos os espaços devemos ir forjando e exercitando os valores e a cultura do poder popular. Os sujeitos não se realizam por uma concessão que lhes é dada. Mas por sua luta, pois através dela é que se conquista o direito e se adquire consciência do mesmo. A consciência do Poder Popular não será imposta de fora e nem de cima para baixo, mas de um processo que se dará a partir da ‘práxis’ inovadora, lutas/reflexão, prática/consciência, erros/acertos.

Na atualidade e, para não cair no idealismo, o Poder Popular, enquanto forma, deverá ser o de uma ‘democracia popular’, uma vez que ainda, experimentamos e aprendemos em meio às desigualdades. Se existem desigualdades deve haver democracia, respeitando-se as opiniões e os direitos das minorias (politicamente), e que, ao mesmo tempo, se faça um permanente exercício de construção de hegemonia da classe trabalhadora, o mais horizontal possível. Todavia, não pode ser a democracia burguesa, balizada na falsa noção de igualdade, em que as possibilidades se diferenciam pelas posses de cada um. Deverá ser um exercício da democracia solidária, de participação direta e de construção da consciência de classe.”[10]

Fábio López também traz uma contribuição:

“No ‘modelo de poder popular’ não existe domínio. O chamamos assim, pois esta é a única forma de haver uma organização com poder, onde seus componentes não sejam meros instrumentos alienados da vontade de terceiros. Ou seja, o membro de uma organização autogestionária compõe o poder daquela organização voluntariamente: suas sugestões, vontades e força são elementos relevantes. [...]

A justificativa de chamarmos esta forma de poder como popular, consiste no fato de esta ser a única forma de organização onde seus componentes *não* são meros instrumentos alienados submetidos à vontade de terceiros. Isto significa que, para existir de fato um poder popular, as vontades e sugestões dos que compõem voluntariamente aquela força social têm de ser elementos relevantes no planejamento e na tomada de decisão da organização. Quando o denominamos ‘poder popular’, estávamos querendo realçar que esta é a única forma de o povo se organizar e ter

poder sem cair nas mãos de um comandante, dominador, chefe, dono, déspota, príncipe, tirano, seja lá o nome que receba, aquele que impõe sua vontade a todos na organização.”[11]

Juan C. Mechoso, da FAU, contribui também:

“O poder popular exercido pelos trabalhadores e pelo povo com organismos por eles controlados, amplamente democráticos e participativos, serão os que assumirão tal controle, apropriando-se das funções tutelares, exercidas a partir da esfera estatal. Por isso uma estratégia de poder popular deve ter como premissa essencial a construção destes organismos e esta é uma tarefa política chave que desde já deveria ter um papel primordial na determinação do futuro revolucionário: se ele será socialista e libertário ou não. Por isso que a derrota do sistema capitalista e autoritário, da criação de um autêntico poder popular, está ocorrendo todos os dias, em relação a como se orienta e concretiza o trabalho político e social permanente.”[12]

Destas definições, podemos tentar amarrar algumas coisas. Primeiro, insistimos que resolver o problema do poder, em termos de relações sociais, não significa ser amigo do patrão. Estamos falando de uma sociedade de classes e de um processo que se dá na luta de classes e por isso, deve ter sempre perspectiva classista. Desta forma, como enfatizamos, um projeto de poder popular é aquele que busca aumentar permanentemente a força social do conjunto de oprimidos e, pedagogicamente, fazendo-o aplicar no conflito esta força lutando por conquistas de curto prazo e tendo um horizonte revolucionário e socialista. No momento em que os oprimidos conseguem sobrepor sua força à da classe dominante eles consolidam sua hegemonia e o poder popular de fato, já que entendemos que este poder só se realiza completamente em uma nova sociedade de igualdade e liberdade, ou seja, uma sociedade em que o domínio não exista e as associações e organizações sejam voluntárias, não-alienadas e que não haja mais exploração e dominação; uma sociedade em que haja liberdade individual, mas que esta se dê dentro da liberdade coletiva.

Isso implica necessariamente uma discussão de meios e fins, que também está presente na discussão de poder popular. Ou seja, se queremos construir uma sociedade em que a liberdade e a igualdade sejam seus pilares, teremos que escolher um caminho que conduza a este fim. E os anarquistas foram sempre muito felizes em reivindicar esta coerência entre meios e fins, defendendo que a estrada que pegarmos, determinará o lugar aonde chegaremos. Não adianta pegar uma estrada para o sul se queremos chegar ao norte. Assim, criar o poder popular, ou seja, criar um povo forte, que seja protagonista tanto de suas lutas como da sociedade futura, exige que o próprio povo tome seu destino em suas próprias mãos. Portanto, pensar em poder popular significa pensar em um modelo de organização popular, um estilo militante para as lutas que determinarão os objetivos finalistas. A forma destas lutas devem constituir o novo mundo dentro deste, e, no seio destas lutas, deve-se buscar retomar uma cultura própria das classes exploradas e um reforço de novas relações sociais, que vão contribuir para a construção do poder popular. Mas falar de como devem constituir-se as lutas, implica que discutamos um pouco mais a estratégia.

PODER POPULAR E ESTRATÉGIA

Deve-se pensar o poder popular em dois momentos distintos. Um, enquanto ele está sendo construído, nas lutas presentes e outro, quando está consolidando-se, no momento pós-revolucionário.

Pensar o poder popular no presente, implica pensar nas lutas dos movimentos populares. Portanto, construir poder popular hoje só pode significar duas coisas: criar movimentos populares ou integrar movimentos populares já existentes. Neste processo, é uma discussão tática e não estratégica se se deve fazer uma coisa ou outra. Em situações em que for possível atuar em movimentos já existentes, esta é a melhor alternativa, mas em casos de impossibilidade (pelo modelo de funcionamento do movimento, etc.) ou em casos de não haver movimentos, pode-se optar pela sua criação. Lembrando que em nossa concepção os movimentos devem ser sempre construídos em cima das necessidades (emprego, terra, trabalho, teto, luta contra a violência, etc.) e lutar pelas conquistas de curto prazo (reformas) que é o que mobiliza. A maneira de como se conquistarão estas reformas e de como será desenvolvida a luta determinará se o poder popular estará ou não sendo criado e apontando para uma nova sociedade assim como a concebemos. Vejamos quais são as características dos movimentos sociais que os farão apontar para um projeto de poder popular, de acordo com a FARJ:

“Eles são os mais fortes possível, com o maior número de pessoas e boa organização, estando voltados para a luta que elegeram como prioritária. [...] Os movimentos sociais não devem caber e encerrar-se dentro de uma ideologia, seja ela qual for. [...] Da mesma forma pensamos ser a questão da religião. [...] Outra característica importante aos movimentos sociais é a autonomia, que se dá fundamentalmente na relação com o Estado, os partidos políticos, os sindicatos burocratizados, a Igreja, entre outros. [...] Sua combatividade. Ao reivindicarmos que devem ser combativos, queremos dizer que os movimentos sociais devem estabelecer suas conquistas impondo sua força social e não depender de favores ou boas ações de quaisquer setores da sociedade, incluindo o Estado. [...] A ação direta, como forma de ação política que se opõe à democracia representativa. Os movimentos sociais não devem ter por objetivo a confiança em políticos que atuam dentro do Estado, para que representem seus interesses. [...] Eles estão sempre organizados fora do Estado, defendendo a devolução do poder político ao povo. [...] Democracia direta como método de tomada de decisões. A democracia direta acontece nos movimentos sociais quando todos os que neles estão envolvidos participam efetivamente do processo de tomada de decisões. [...] As decisões são tomadas de maneira igualitária (todos possuem a mesma voz e o mesmo poder de voto) em assembleias horizontais, onde os assuntos são discutidos e deliberados. [...] Neste modelo de movimento social, há uma importância para a conduta militante com ética e responsabilidade. [...] Os movimentos sociais constituem um espaço privilegiado para o desenvolvimento de cultura e educação popular. [...] Todos que estão mobilizados desenvolvem seu aprendizado e as novas formas, manifestações, linguagens, experiências e vivências traduzem o espírito da luta. [...] As conquistas de curto prazo, chamadas reformas, quando conquistadas pelos movimentos sociais, servirão como maneiras de

diminuir o sofrimento daqueles que lutam e ao mesmo tempo os ensinarão as lições da organização e da luta. [...] A perspectiva revolucionária de longo prazo. Neste caso, a idéia é que os movimentos sociais, além de terem suas bandeiras específicas (terra, moradia, trabalho etc.) possam ter como objetivos a revolução e a construção de uma nova sociedade. Entendemos que as lutas de curto e médio prazo são complementares com esta perspectiva de longo prazo e não excludentes.”[13]

Portanto, estas características dos movimentos, estimuladas por um determinado estilo de trabalho que envolve um processo e um comportamento militante, apontam para a criação de poder popular. Ou seja, têm como objetivo, no seio da luta de classes, criar um povo forte capaz de protagonizar a transformação social.

Havendo uma revolução social o poder popular que viria sendo construído durante a luta terá de funcionar como um “período de transição”, da forma que defendeu o Dielo Truda na “Plataforma”, garantindo a destruição do Estado e sua substituição pela participação popular generalizada, ou seja, pela autogestão e o federalismo em sentido pleno. É nesta perspectiva que o coletivo Luta Libertária trata do tema:

“O Poder Popular é também socialista, já que todos terão a possibilidade de participar de todos os processos de decisão e de planejamento da sociedade através do mecanismo federativo, que permite a participação de todos e possui uma instância globalizante das decisões em que isso seja necessário. Ou seja, o poder será efetivamente socializado. [...] No que tange ao funcionamento do Poder Popular Socialista, os mecanismos são exatamente os mesmos que projetamos para o federalismo político na etapa comunista-anarquista: participação de todos, decisões coletivas, revogabilidade de funções; igualdade no acesso a informações e poder de decisão, etc. Quanto à estrutura de organização o mesmo se dá: conselhos com tarefas deliberativas e federações de ramo com tarefas executivas.”[14]

Portanto, é neste sentido que o poder popular que veio sendo construído ao longo das lutas seja o mesmo que proporcione o desenvolvimento e o caminhar da sociedade futura, rumo à consolidação do socialismo libertário.

Nesta discussão de estratégia, surge uma série de outras questões que neste artigo não teremos condições de desenvolver, mas que merecem reflexão futura. São temas que caminham junto com a discussão de poder popular, que realmente é muito extensa. Poderíamos citar: a questão do sujeito revolucionário, sendo que na concepção de poder popular dos anarquistas, não se dá preferência a uma ou outra classe ou setor da classe, como os socialistas que priorizam o operariado urbano e industrial; o esquema de infra e superestrutura, já que para os anarquistas, apesar de o âmbito econômico ser absolutamente central, ele não é responsável por determinar todos os outros âmbitos da sociedade e, portanto, um projeto de poder popular deve levar em conta, além do âmbito econômico os âmbitos jurídico-político-militar e ideológico-cultural; a relação entre organização política e movimentos populares, já que, se sustentamos uma organização anarquista para funcionar como fermento/motor, devemos saber acertadamente como deverá se dar seu trabalho para proporcionar protagonismo aos movimentos e não a si

mesma; a função da organização anarquista entre a criação e organização das lutas ou simplesmente fazer propaganda; as diferenças de teoria e de ideologia, apontando para uma reflexão de que, para nós, a ideologia está no campo das aspirações e dos desejos, muito mais do que no campo da ciência e que, por isso, há uma necessidade de se elaborar leituras com uma lente conceitual que, baseada na teoria e na ciência, e não na ideologia, nos permita ver as coisas com clareza; o papel das lutas antiimperialistas, anticolonialistas, contra a opressão de gênero e raça na construção do poder popular; finalmente, as alianças táticas e estratégicas e a necessidade de coerência das táticas com a estratégia. Muito mais poderia ser dito sobre estas ou outras questões.

FINALIZANDO E LEVANTANDO O DEBATE

Uma questão a ser tratada, neste caso, é como está a disputa deste conceito de poder popular por aqueles que o utilizam. Não há dúvidas de que a nossa corrente desenvolveu discussões e raciocínios bastante produtivos sobre o tema. No entanto, infelizmente, se ampliarmos um pouco a busca desta discussão veremos que hoje, poder popular, como conceito – assim como socialismo, democracia, liberdade, etc. – já não diz muito por si só. Outras muitas correntes, fora do campo do anarquismo, mas ainda no campo da esquerda, vêm reivindicando o poder popular como projetos a serem construídos dentro do âmbito governamental, nas relações com o Estado e com a burocracia; outras o reivindicam como um projeto popular que, no momento oportuno, deve dar lugar à vanguarda e fazem isso por meio de estruturas hierárquicas.

Por este motivo, quando estamos no trabalho social, em meio aos movimentos populares, falar que defendemos o poder popular já não significa muito. Precisamos sempre dar uma explicação e constantemente disputar um conceito que, ainda que outros o defendam, muitas vezes nesta explicação evidenciam-se diferenças inconciliáveis. Ao mesmo tempo isso pode ser um ponto positivo; tendo afinidades com o termo, haveria possibilidade de ir dando a ele o sentido que pretendemos.

Hoje, no Brasil, a FARJ, apesar de utilizar a mesma lógica conceitual explicitada neste debate, até o momento, prefere não utilizar o termo poder popular, para diferenciar-se destes outros setores. Entendeu, a priori, que não é um conceito que vale a pena ser disputado, mas somente isso. No entanto, outras organizações especificistas, além de utilizarem o conceito e o termo poder popular, colocam-no no centro de sua estratégia de transformação e de propaganda. Parece-me importante, neste momento, escutar argumentos de ambos os lados sobre a disputa ou não deste conceito, com os respectivos motivos. Isso será fundamental para o futuro. Devemos estar abertos para as argumentações pesando e avaliando com critério, os prós e contras desta reivindicação.

É necessário, finalmente, debater e discutir mais sobre as questões de fundo, que tentei, por cima, expor neste artigo. Certamente, um anarquismo especificista em nível nacional precisará aprimorar-se neste tema, que eu também julgo de extrema relevância. Por isso convido aos companheiros desta ou de outras correntes, anarquistas ou de outros setores da esquerda, a iniciarmos um debate sobre os temas aqui apresentados.

Concluindo, retomemos a frase do revolucionário Emiliano Zapata, utilizada como epígrafe deste texto, quando enfatizava que “um povo forte não precisa de líderes”. Nisso estamos de pleno acordo. Para um projeto de poder popular, nos termos que

tentamos desenvolver neste artigo, chame-se ele como chamar, parece imprescindível criar um povo forte. Só assim ele poderá protagonizar a desejada transformação social.

Notas:

1. FARJ. *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo/Rio de Janeiro: Faísca/FARJ, p. 198. Ler documento na íntegra em <http://www.anarkismo.net/article/10861>.
2. Bruno Lima Rocha. “A Interdependência Estrutural das Três Esferas”, 2009 (tese de doutorado). O que está nos colchetes foi adicionado por mim.
3. FAU. “La Organización Política es lo Decisivo”. In: Juan Carlos Mechoso. *Acción Directa Anarquista: una historia de FAU*. Montevideo: Recortes, s/d, p. 194. Há trechos deste documento que foram compilados por mim no artigo “A Organização Política Anarquista” (<http://www.anarkismo.net/article/10387>).
4. Victor Toro, dirigente do MIR, em uma entrevista publicada na revista *Punto Final* em 1973. Ver a entrevista na íntegra no final do artigo de José Antonio Gutierrez Danton “Os Libertários e as Lições do Golpe Militar no Chile” (<http://www.anarkismo.net/article/10632>).
5. José Antonio Gutierrez Danton. “Os Libertários e as Lições do Golpe Militar no Chile”.
6. FAU/FAG. “Wellington Gallarza e Malvina Tavares: material de trabalho para formação teórica conjunta”.
7. Fabio López López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001, pp. 61-62.
8. Mikhail Bakunin. “Necessidades da Organização”. In: *Conceito de Liberdade*. Porto: Rés Editorial, s/d, p. 136.
9. Fabio López López. *Poder e Domínio*, pp. 83-87.
10. Gilmar Mauro. “Construir o Poder Popular: o grande desafio do novo século”.
11. Fabio López López. *Poder e Domínio*, pp. 105; 121.
12. Juan Carlos Mechoso. “A Estratégia do Especificismo: entrevista a Felipe Corrêa”, 2009. Ainda inédita, mas será publicada em português e castelhano em breve.
13. FARJ. *Anarquismo Social e Organização*, pp. 111-122.
14. Luta Libertária. “Socialismo Libertário: um projeto em construção” (<http://www.treinoonline.com.br/osl/documentos.asp>).

* Este artigo coloca algumas das contribuições e discussões de um seminário interno da

FARJ em relação à questão do poder popular, realizado em dezembro de 2009. Agradeço aos companheiros Rafael Viana e Gabriel Amorin pelas reflexões feitas em São Paulo e no Rio de Janeiro, e que contribuíram com este trabalho.